

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-graduação em Antropologia Social

Onde mora o perigo?



Um estudo sobre noções e práticas de proteção à
infância entre moradores de uma vila
popular de Porto Alegre

Maria Carolina Vecchio

Dissertação de mestrado em Antropologia Social, sob a orientação
da Professora Doutora Claudia Lee Williams Fonseca

Porto Alegre, julho de 2007

Dedico este trabalho à
Lígia Terezinha Brock,
minha mãe.

À Sílvia Regina Brock e
Inajara Porfírio Cardoso,
in memoriam.

Agradecimentos

O desafio de empreender um estudo antropológico se constituiu na verdade em um duplo desafio para mim. Por um lado entender o “ponto de vista dos meus sujeitos”, suas lógicas e sensibilidades peculiares, por outro, enquanto “neófito”, eu tentava dar conta das categorias analíticas a partir das quais eu deveria expressar essa experiência de deslocamento. Duplo deslocamento, já que venho de uma formação em psicologia.

Não foi uma tarefa fácil e essa dureza foi talvez uma das minhas maiores mestras. Aprendi muito nesse processo e não poderia deixar de agradecer algumas pessoas que foram fundamentais. Mais do que isso, hoje percebo muito claramente a importância das “redes de apoio” que se formaram ao meu redor e sem as quais eu seguramente não teria conseguido realizar esse trabalho, muito menos poderia chegar ao término com essa agradável sensação de que a viagem valeu a pena.

Agradeço a todos os amigos que estiveram próximos pela oportunidade de compartilhar de muitos momentos e de tantas e diversificadas paisagens. Cada um a sua maneira, seja com palavras de afeto, com abraços calorosos, com piadas de fazer rir até molhar as calças, com verdades que doem mas curam, com cumplicidade, enfim, trouxeram-me vida e alegria a um cotidiano que por vezes teimava em parecer-me como uma sucessão de dias nublados. À Daniela Scheifler, Gustavo Correia, Daniele Pires, Maria Lúcia Nidballa, Soraya Fleischer, Pedro Nascimento, Rafael Vecchio, Alessandra Furlan. Às pessoas que cruzaram pelo meu caminho no morro e em meu trabalho como psicóloga, pelos ensinamentos diários e pela generosidade de suas presenças. Aos amigos do Terceiro Milênio e aqueles que tive o prazer de conhecer através da antropologia, agradeço por me ajudarem a dar sentido a todo esse processo. Aos queridos alunos de dança que me contaminaram meu dia-a-dia com sua alegria. Aos colegas assistentes sociais, psicólogos, educadores e outros trabalhadores sociais que têm como ofício o cuidado com o outro, em especial meus colegas do Sase-Travessia: Letícia, Vera, Aline, Jane, Luciano e Maiquel, e coordenadores: Frei Luciano, Waldemar e Denise, com quem muito aprendi. Ao Vitor Richter pelas preciosas contribuições. Por fim, mas de uma forma muito especial, gostaria de agradecer a três mulheres admiráveis que tiveram (e continuam tendo) grande influência sobre minha formação profissional e na elaboração dessa dissertação: Claudia Fonseca, antropóloga e orientadora desse estudo, Tânia Galli Fonseca, psicóloga e Marta Borba, assistente social.

Resumo

Historicamente, o Estado brasileiro tem se colocado no lugar de definidor legal e ideológico das formas de cuidado e proteção à infância. Atualmente, as formas de proteção ideais não são mais o “enclausuramento protetivo” e “educativo” das crianças e adolescentes pobres em fábricas ou em pensionatos, mas na substituição destes pelo modelo da família nuclear de classe média. Se por um lado isto representou um avanço, por outro trouxe uma série de paradoxos. De fato, é possível constatar uma distância enorme entre os ideais de proteção sustentados pelo Estado e algumas práticas de famílias de classes populares. Essas práticas de proteção, pautadas na acumulação de saberes locais e na adaptação das normas sociais às condições socioeconômicas desta população, têm sido frequentemente mal interpretadas ou mesmo desconsideradas pelos setores da classe média (incluindo aí os agentes das políticas públicas). Assim, este estudo tem o objetivo de contribuir para uma maior aproximação entre os agentes sociais e seu público alvo através da compreensão das noções de “perigo” e “proteção” que conferem sentido às práticas ligadas à infância no contexto de uma vila popular de Porto Alegre.

Palavras-chave: Proteção à infância, políticas públicas, direitos humanos.

Résumé

Historiquement, l'État brésilien a toujours joué le rôle de définir légalement et idéologiquement les manières d'exécuter le soin et la protection de l'enfance. Actuellement, les façons de protection idéales ne sont plus “l'emprisonnement protectif” et “éducatif” des enfants et des adolescents pauvres dans l'espace des fabriques et des maisons d'éducation, mais dans la substitution de cela par le modèle familial de la classe moyenne. Si d'un côté cela a représenté un progrès, de l'autre il a amené une série de paradoxes. En fait, il est possible de constater une grande décalage entre les idéaux liés à la protection soutenus par l'État et quelques pratiques des familles des classes populaires. Ces pratiques de protection, basées sur l'accumulation des savoirs locaux et sur l'adaptation des règles sociales aux conditions socioéconomiques de cette population, a souvent été mal interprétées ou même déconsidérées par la majorité de la classe moyenne (on y inclu les agents des politiques publiques). Ainsi, cet étude a le but d'amplifier l'approche entre les agents sociaux et les groupes populaires à travers de la compréhension des notions du “danger” et de la “protection” qui ont donné du sens aux pratiques liées à l'enfance dans le contexte des banlieues à Porto Alegre.

Mots-clés: protection de l'enfance, politiques publiques, droits humains.

Sumário

Introdução	08
I. Porque decidi estudar as diferentes noções de proteção e perigo em contextos de mais baixa renda?.....	10
II. Como foi realizada a pesquisa?.....	13
Capítulo 1. Considerações sobre nossas categorias de apreensão do mundo: infância, trabalho e sexualidade	15
1.1 Relativização da infância.....	17
1.1.1 A invenção da Infância e da Família no Ocidente.....	19
1.1.2 A infância pobre no Brasil como um “problema social”.....	22
1.2 A construção da infância nas produções em ciência e a (recente) redescoberta da criança pelas ciências sociais	26
Capítulo 2. Na fronteira entre o contexto e as práticas “populares”	31
2.1 Considerações as sobre teorias que se voltam para o estudo da <i>práxis</i> humana.....	34
2.1.1 O contexto.....	35
2.1.2 Conceitos chave para entender a antropologia da Prática: a contribuição dos diversos autores.....	36
2.2 Como definir o “popular”?	40
2.3 A periferia urbana como o espaço do “popular”	43
2.3.1 Porto Alegre entra na modernidade: o reordenamento urbano.....	45
2.3.2 A formação da periferia urbana porto-alegrense.....	47
2.3.3 Periferias urbanas hoje: minha entrada no campo.....	49
2.3.4 A periferia é uma cidade dentro da cidade?.....	52
Capítulo 3. Universo de Pesquisa	55
3.1 O bairro São José e adjacências.....	56
3.2 Sobre os recursos públicos disponíveis no bairro.....	60
3.3 Creches comunitárias: de direito universal a privilégio de poucos ou os efeitos de políticas de baixo investimento público.....	62

3.3.1 Tensões com a comunidade.....	64
3.3.2 A “mão de obra local”.....	65
3.4 O Programa de erradicação do trabalho infantil – PETI.....	66
3.4.1 Como funciona.....	68
3.4.2 O PETI dos “cabeças” às pontas.....	69
3.4.3 O PETI na prática: levando em consideração a diversidade.....	72
3.4.4 O PETI: o contexto de Porto Alegre.....	74
3.4.5 Aproveitando os poucos recursos.....	76
3.4.6 Adequando macropolíticas às realidades locais: das “pontas” para cima.....	78
Capítulo 4. Sobre discursos e práticas de proteção à infância.....	80
4.1 Questionando estereótipos sobre causas e conseqüências ou para onde convergem os discursos hegemônicos sobre proteção.....	80
4.1.1 A moralização do discurso sobre as famílias.....	81
4.1.2 Políticas para a infância pós-estatuto: a influência das organizações internacionais.....	82
4.2 A percepção dos sujeitos sobre o que é proteger ou sobre como proceder para dar uma “boa educação” às crianças, a partir de suas próprias experiências.....	87
4.2.1 Relatos de quem sucumbiu aos perigos e deu a volta por cima.....	88
4.2.2 Proteção e perigo <i>da</i> e <i>na</i> comunidade.....	92
4.2.3 Relações com as instituições educacionais: Contornando perigos, calculando o futuro.....	94
4.2.4 A importância das redes.....	99
I. Entre um “bico” e um emprego.....	99
II. A importância de um homem dentro de casa: pai, marido e ... novo marido.....	103
III. Vantagens e desvantagens de um homem dentro de casa.....	105
IV. Acionando a rede familiar	109
4.2.5 Entendendo a importância de “colocar limites”.....	112

4.3 Famílias flexíveis.....	117
4.4 Diferenças de famílias em PETI e fora de programa: o questionável legado da “família estruturada”	120
Considerações finais.....	123
Referências Bibliográficas.....	131

Introdução

O estatuto da criança e do adolescente (ECA), promulgado em 1990, é resultado de intensos debates ocorridos na sociedade civil da época. Envolveu um grande número de militantes, políticos e cidadãos esclarecidos ocupados com a questão da proteção à infância. Contudo, embora o ECA tenha trazido importantes mudanças no campo intelectual e jurídico da sociedade brasileira, entre outras coisas, ao garantir a igualdade de direitos de todas as crianças sem distinção de classe, sexo ou raça, essas mudanças na legislação não vieram acompanhadas por mudanças sociais significativas que pudessem dar o suporte necessário a sua implementação.

Na prática, as desigualdades sociais de um país com proporções continentais como o Brasil tornaram a realização, para todas as crianças, dos direitos “à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária”¹ um empreendimento no mínimo ambicioso. Isso porque uma legislação, por melhor que seja, não tem por si só o poder de transformar a realidade de uma sociedade com tamanho peso e densidade histórica.

A partir de pesquisa etnográfica, pretendo explorar as noções de proteção e perigo em torno de certas crianças que poderiam ser consideradas como “em situação de risco social”.

Vários são os autores que têm se dedicado a estudar a problemática da infância no Brasil, principalmente vinculada à situação de pobreza (Adorno, 1993). Podemos verificar pesquisas sobre a situação dos meninos e meninas de rua (Gregori, 2000; Silva e Milito, 1995) ou daqueles que trabalham (Alvim, 1994). Ou ainda sobre a relação das famílias das crianças que trabalham com o Estado (Neves, 1999).

Em seu estudo sobre trabalhadores infantis da cultura da cana em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Neves (1999) demonstra que, se por um lado os programas de governo têm como objetivo garantir a vivência plena das fases da infância e adolescência como um direito de todo o cidadão, por outro produzem nas realidades que pretendem mudar uma série de paradoxos. Na prática os programas se deparam com uma diversidade de valores e referenciais culturais que já estão colocados e que dialogam com as concepções trazidas pelos programas. Nesse sentido argumenta que

¹ Art. 4º. Das Disposições Preliminares do Estatuto da Criança e do Adolescente.

“os elaboradores e executores dos programas não podem perder de vista a especificidade cultural da definição da infância, da juventude e da idade adulta entre os integrantes do segmento populacional, para efeitos dessa intenção política” (1999: 205). Ou seja, ressalta a importância de um olhar sensível sobre as possíveis diferenças de concepção e experiência que estão informando as práticas com relação à infância nas mais diversas populações em que pretende intervir.

Por outro lado, Neves chama a atenção ainda para o fato de que esta diferença “não se trata de especificidade cultural a ser reivindicada, porque fundada em grande parte, na extrema desigualdade socioeconômica. Todavia, não se pode fazer dela tábula rasa, porque seus pressupostos e efeitos ultrapassam essa determinação importante mas não única” (1999: 205). Assim, de acordo com a autora, faz-se necessário buscar compreender a diversidade da população com a qual lidamos, porém sem fazer disso uma bandeira, visto que as forças que produzem e reproduzem alguns de seus pressupostos culturais são em grande medida fruto de relações sociais assimétricas historicamente engendradas.

Em sua pesquisa, Neves irá deparar-se por exemplo com a ambivalência de muitos pais com relação a uma possível redefinição das fases infantis, ou das atividades consideradas apropriadas ou não para seus filhos. Com a influência dos discursos trazidos pelos agentes públicos, instaura-se uma delicada tensão entre a habitual pressão para inserção dos jovens no mundo do trabalho e o prolongamento do tempo a ser despendido pelas crianças e adolescentes na escola. Trata-se assim, segundo Neves, muito mais de uma reconstrução ideológica sobre as fases de vida biológica do que uma simples adesão a um discurso ou a um programa.

A autora argumenta que, se por um lado existe o reconhecimento por parte dos pais sobre a importância de se “proteger” a infância, por outro há uma forte preocupação com relação ao “despreparo para a vida”. Pautados na sua própria vivência de crianças trabalhadoras e ocupados com demandas de recursos imediatas, muitos pais demonstram posições ambivalentes frente ao abandono da busca por recursos por parte da criança e principalmente do adolescente, para o seu ingresso, exclusivo, nos espaços de ensino formal e de atividades lúdicas. A não ocupação do tempo com atividades produtivas, pode muitas vezes ser associada ao risco de incorrerem os filhos em “vagabundagem” e “marginalidade”. Os programas governamentais, por sua vez, investem na escola e nas atividades extra-classe como prioritárias na aquisição dos

conhecimentos que consideram necessários a essa etapa da vida e como preparação para o futuro.

Nesse sentido, seus achados demonstram que a inclusão das famílias de crianças trabalhadoras nalgum programa governamental virá acompanhada pelas diferentes concepções sobre proteção e risco com relação à infância, de acordo com os referenciais e experiências acumuladas dos indivíduos em questão. Essas diferenças precisam ser negociadas ao longo do processo e poderão ou não conduzir as famílias a uma adesão às concepções que subjazem o programa. Ciente da complexidade dessa questão, Neves nos chama a atenção que: “deve(-se) levar em conta as disputas que se forjam pela provocada interação, pautada em adesões mas também em reafirmações de posições e recriações culturais.” Ou seja, “se a adesão (das famílias aos programas) aponta para a aceitação e a integração, ela não se dá sem conflitos e sem a produção de novas demandas” (Neves, 1999). Assim, a autora reconhece que nenhuma política é neutra e por isso a sua implementação inclui processos de negociação e apropriação mais ou menos “obedientes” de seus pressupostos por parte da população sobre a qual ela incidirá.

I. Porque decidi estudar as diferentes noções de proteção e perigo em contextos de mais baixa renda?

Durante os anos de 2004 e 2005 trabalhei como psicóloga social em programa de atenção à infância do município de Porto Alegre². Nesse trabalho atuava diretamente com famílias cujos filhos realizavam ou já haviam realizado algum tipo de atividade na rua, tais como pedir dinheiro nas sinaleiras, catar material para reciclagem, vender doces, panos de prato ou recolher o refugo nas feiras do bairro. O trabalho visava, através de “orientação” e acompanhamento domiciliar, inserir as crianças e suas famílias na rede de apoio institucional da região e sobretudo nos espaços de “proteção” (escolas e projetos sócio-educativos do município). Tudo para que as crianças e os adolescentes ficassem “longe dos perigos da rua” e assim pudessem desfrutar o “direito à infância”.

² O programa Sase-Travessia inicialmente atendia apenas três regiões de Porto Alegre consideradas mais problemáticas em termos do número de crianças que migrariam para o centro da cidade. O bairro São José, onde foi realizado este estudo, entraria na região “Partenon-Lomba do Pinheiro”. As outras duas regiões são Glória-Cruzeiro-Cristal e zona Leste-Bom Jesus e adjacências. Atualmente, o programa estende-se por cerca de dez regiões e passou a ser chamado pelo novo governo de “Ação Rua”.

Durante esse período, tive a oportunidade de acompanhar com alguma proximidade o dia a dia de alguns grupos familiares. O fato de que o projeto fosse novo e não dispusesse de equipamento próprio, nos impunha o desafio e o privilégio de criar nossas próprias conexões com a comunidade e com a rede de serviços da região. Assim, junto com mais quatro colegas, realizávamos visitas sistemáticas às famílias, às entidades de apoio, às escolas, aos módulos de assistência social, aos conselhos tutelares, enfim, todos os locais que pudessem de alguma forma nos auxiliar a criar conexões construtivas entre as famílias, com suas problemáticas específicas, e os recursos públicos existentes.

Essa experiência me trouxe uma série de questionamentos. Incomodava-me, por exemplo, a unilateralidade dos pressupostos que norteavam boa parte dos programas sociais, pois acabavam por desconsiderar outras possibilidades de agenciamento protetivo diferentes daqueles estabelecidos pelo programa. Esse incômodo levou-me a perceber que existia um hiato entre os discursos sobre proteção dos agentes públicos, representantes do discurso hegemônico, e algumas práticas cotidianas das famílias que acompanhava e que eu suspeitava serem protetivas.

Em vista desta distância simbólica, havia uma grande dificuldade de adesão das famílias aos programas, ou seja, de que elas cumprissem com o que era “negociado” ou que, quando isso acontecesse, que não fosse interrompido após o término do contrato. Essa era uma queixa muito freqüente entre os técnicos dos programas, tendo sido também levantada por Paim e Vidor (1999).

Mas será que é possível falarmos em “negociação” se não estiver em jogo a possibilidade de recuos, de discordâncias, de trocas de opiniões que não necessariamente tenham de convergir para uma idéia comum? Ou se a diferença e o “estranhamento” com relação ao Outro são percebidos mais em termos de desajuste e necessidade de intervenção do que de força e de alteridade?

Assim, meu cotidiano de trabalho trazia constantemente alguns impasses de difícil solução. Certas atitudes que as mães reconheciam como “protetivas” podiam ser facilmente interpretadas em minha cultura de classe média como “negligência”. Isso escancarava para mim nossas diferenças ao mesmo tempo em que me demandava um olhar mais sensível ao contexto e cotidiano peculiares das famílias, a fim de compreender como elas próprias dinamizavam as soluções para aquilo que consideravam problemático com relação aos seus filhos.

Como entender, por exemplo, a atitude de Rebeca que, vez ou outra, deixa seus quatro filhos, entre 4 e 12 anos, dormir sozinhos em casa à noite para ficar com o namorado na casa em frente? Seria o caso de “acionar” o Conselho Tutelar? Ou ainda de aconselhar a abrigagem das crianças? Mas e se soubéssemos que essa mãe viveu dentro de casa a situação de ter seus filhos abusados sexualmente por parte do ex-companheiro e tenha dito que “nunca mais bota homem nenhum dentro de casa”? Essa atitude poderia ser vista como “protetiva”? E o que pensar após ouvir do próprio conselheiro tutelar, morador da comunidade, que “as crianças tão acostumadas a ficar sozinhas, tá na cultura delas”. Estaria esse conselheiro sendo negligente?

E como nos posicionar diante de uma mãe que, ao entrar em programa do governo voltado para a erradicação do trabalho infantil, sonha em um dia melhorar a vida miserável dos filhos comprando-lhes uma carroça com cavalos para que não tenham de caminhar tanto em busca de material para vender aos recicladores? Deveríamos convencê-la de que esta não é uma atividade “adequada” e que seus filhos deveriam freqüentar a escola e o curso de computação? E se considerarmos que, na rua onde eles moram, os carroceiros são o segmento de maior *status* social, uma vez que seus rendimentos podem chegar até R\$ 400,00 ao mês, e que esse valor é muito superior aquele alcançado pelos catadores? Não estaria essa mãe desejando o melhor para seus filhos dentro das escassas opções que seu contexto lhe oferece?

Como entender que uma mãe dê sua filha mais velha para ser criada por uma senhora idosa e suposta madrinha? Estaria ela sendo negligente ao deixar os cuidados de sua filha na mão de terceiros? Será que ela não teme que sua filha seja “usada” para o trabalho doméstico? E se soubermos que seu companheiro é muito violento e costuma agredir a ela e as crianças? Estaria ela então, dentro de suas possibilidades de agenciamento, sendo protetiva?

Este trabalho é ao mesmo tempo uma tentativa de compreender e de dar visibilidade às práticas cuidadosas de homens e mulheres que podem estar sendo desconsideradas ou julgadas de forma pré-concebida. Penso que este estudo pode contribuir para dar visibilidade a essas práticas de modo que se possa compreender como, não obstante toda a complexidade de problemas enfrentados pelas famílias pobres, essas famílias desenvolvem estratégias para criar seus filhos. Mais do que isso, penso que essa visibilidade permitirá através do reconhecimento - quiçá da valorização - de outras formas de cuidado com a infância, uma abertura à construção de novas e melhores formas de diálogo e de atuação junto a essas famílias. Assim, vive-se aqui

nesta pesquisa a tensão constante entre o reconhecimento e o respeito à diferença e a luta pela igualdade de oportunidades e justiça social.

O enfoque desse estudo é o *sujeito social*, aquele que, conforme afirmou Fonseca, tem “um comportamento semelhante ao de muitos outros na sua condição socioeconômica” (1997: 3). Tal abordagem explica ou situa o sujeito individual inserindo-o em relação dialógica com o seu contexto. Entende-se que as relações sociais, essas dialogicidades cotidianas, são relações de subjetivação e que, portanto diferentes contextos produzem distintas sensibilidades.

II. Como foi realizada a pesquisa?

A parte etnográfica desta pesquisa foi realizada entre os meses de agosto e dezembro de 2006 em um bairro da periferia de Porto Alegre. Concentrei minhas observações em uma região específica desse bairro que é a região do Morro da Cruz, mais especificamente, no topo do morro. Local esse onde se pode encontrar, além das casas dos moradores, uma capela, uma pracinha e logo ao lado uma creche comunitária. Durante o período em que freqüentei o morro, conheci alguns moradores do entorno e aproximei-me da equipe da creche, com quem pude contar com o apoio na realização dessa pesquisa. Na creche, acompanhei parte da rotina de trabalho dos funcionários, a relação com os pais e as atividades com as crianças. Através desse contato conheci diversas famílias e com algumas delas realizei visitas, entrevistas e conversas informais.

“O uso apropriado da energia do Amor é uma das maneiras pelas quais a Medicina do Fogo se manifesta. Na época da Trilha de Lágrimas, quando a fome e o frio passaram a ser os companheiros constantes do nosso povo, muitas vezes as crianças pequenas foram salvas das garras da morte pelo uso da Medicina do Fogo. Os adultos mais saudáveis invocavam o Avô Sol que estava dentro deles para que ele aumentasse o calor e a energia vital de seus corpos. Depois serviam literalmente como cobertores para as crianças durante as noites de neve. Ao aninhar o corpo das crianças para transmitir-lhes calor, muitos adultos largavam seus Mantos pela manhã, sabendo apenas que haviam salvo a futura geração através do uso da Medicina do Fogo”.

(Jamie Sams, sobre a tradição dos povos indígenas norte americanos)

Capítulo 1

Considerações sobre nossas categorias de apreensão do mundo: infância, trabalho e sexualidade.

Todo ato de comunicação é também um ato de criação sobre uma realidade intangível. Idéias, conceitos e categorias de conhecimento refletem o esforço de projeção interpretativa do homem sobre um mundo que o cerca e o atravessa. Nesse esforço por apreender os fenômenos que lhe acometem o homem cria códigos, símbolos, fragmentos de sentidos que em seu conjunto criam lógicas e mundos possíveis. Porém, o processo de apreensão do mundo requer de nós, paradoxalmente, que deixemos para trás a própria possibilidade de abarcá-lo por completo, visto que todo o conceito é também um recorte, uma ruptura com os outros mundos possíveis.

Embora possamos aqui teorizar sobre “mundos possíveis”, de fato vivemos em uma sociedade de verdades únicas, onde imperam diversos níveis de intolerâncias e fundamentalismos, seja na esfera dos discursos e das práticas políticas, econômicas, científicas ou religiosas. Dentro de um contexto de sociedade desse tipo, penso que um ponto de vista antropológico, relativista e voltado para a alteridade, torna-se especialmente fecundo tanto para as análises acadêmicas como para as práticas políticas. De fato, o ato de relativizar o olhar, deslocando-o de forma dialógica entre um “eu” e um “Outro”, igualmente sensíveis, igualmente inteligentes, não é mero exercício acadêmico ou “técnica” de trabalho, mas também um posicionamento político.

Desde os primeiros dias de trabalho como psicóloga social em bairros da periferia de Porto Alegre, ficou evidente que se tratava de uma realidade muito diversa da minha. No entanto, recusava-me a perceber essa diferença em termos de superioridade/inferioridade, que significaria reconhecer a diversidade encontrada em termos de “degeneração” em relação a algo melhor, completo. Por outro lado, se tratava efetivamente de uma realidade “empobrecida” material e simbolicamente em relação a uma parcela da sociedade com poder sociopolítico de difícil superação.

Essas assimetrias sociais eram, a meu ver, reforçadas cotidianamente na medida em que as alteridades no morro não gozavam do mesmo respeito e legitimidade do que aqueles conferidos aos valores disseminados entre as classes mais abastadas. Mais do que isso, as diferenças não eram muitas vezes sequer reconhecidas em termos de

alteridade, mas enquanto um *problema*, ou uma multiplicidade de carências com relação à cultura dominante. O não reconhecimento da alteridade é, a meu ver, um efeito adverso do esforço bem intencionado de muitos profissionais que, sensíveis ao aviltamento socioeconômico e subjetivo sofrido pelas classes subalternas, pretendem resolver essa situação “protegendo” as crianças e “organizando” suas famílias a partir de seus próprios modelos conceituais sobre o que é família, infância e proteção.

Segundo argumentou Tânia Fonseca (1999) em seu ensaio sobre relações de gênero a partir da obra de Bourdieu, o desconhecimento de que as categorias de conhecimento que tomamos como naturais – tais como sexo, classe, infância, família – são na realidade arbitrárias e culturalmente produzidas, é fator preponderante para a sua reprodução.

“Natureza socialmente constituída, ajusta-se de imediato as regras do ‘jogo’, o qual é orientado por um conhecimento sem consciência e por uma intencionalidade sem intenção” (Fonseca, 1999: 212).

Assim, as assimetrias de poder que tanto condenamos se reproduzem na medida em que, ao propormos soluções para as desigualdades, não abdicamos de nossos modelos conceituais incorporados. Concepções específicas de “infância”, “família”, “proteção” e “perigo” transfigurados na própria “natureza das coisas”. Um “conhecimento sem consciência”, uma “intencionalidade sem intenção”. Carregamos em nossas maletas profissionais instrumentos conceituais e “boas intenções de mundo”, o nosso mundo, em “cumplicidade ontológica, gerada pelo *habitus*, entre os campos sociais e seus agentes” (Fonseca, 1999: 207).

O exercício do relativismo, nesse sentido, nos permite em alguma medida adquirirmos essa consciência acerca do caráter arbitrário e histórico de nossas categorias de apreensão da realidade, provocando o que poderíamos chamar de uma “ferida narcísica” em nosso olhar habitual. A relativização das nossas verdades sobre o mundo abre com ela a possibilidade de inclusão do Outro, dos novos olhares ou, no sentido proposto por Geertz (2000), o “ponto de vista do nativo”.

Para que possamos empreender nossas análises sobre as práticas e as noções de cuidado e proteção de crianças no contexto de famílias de classes populares proponho que trilhemos um percurso sobre o processo sócio-histórico que engendrou em nossa sociedade diferentes experiências e percepções sobre infância e família.

1.1. Relativizando *infância*

O que é ser criança em um dado contexto sócio-cultural? Como cada cultura entende e significa o desenvolvimento biológico, definindo práticas e sentidos para um corpo em desenvolvimento? E como esses sentidos são agenciados e transformados através das práticas *com* e *pelos* crianças ao longo do tempo?

As práticas sociais assim como os discursos referentes aos cuidados com as crianças nos informam sobre a concepção que cada sociedade possui sobre essa etapa da vida bem como os valores culturais atribuídos a ela. Práticas protetivas dirigidas às crianças, assim como as noções de cuidado e perigo subjacentes a elas, variam segundo os sujeitos, as épocas e os contextos socioculturais em questão. Assim, aquilo que é percebido como inadequado ou até perigoso em uma sociedade pode nem ser levado em consideração em outra.

Uma boa demonstração disso aparece em relatos etnográficos como aqueles realizados por Evans Pritchard (1978) entre os Nuer e por Raymond Firth (1998) entre os Tikopia. Nesses estudos da década de 50, surgidos em um contexto de interesse pelas sociedades ditas sem Estado, os autores nos apresentam exemplos de sociedades onde, ao contrário das sociedades modernas ocidentais, não havia uma ruptura social significativa entre as fases infantil e adulta, mas uma continuidade entre elas. O que eles estavam querendo dizer com isso é que os habitantes do Sudão Meridional e das ilhas da Polinésia, respectivamente, participavam de todas as atividades econômicas, sociais e rituais do grupo desde muito pequenos. Conforme demonstraram, o aprendizado das crianças sobre o que é ser um Nuer ou um Tikopia adulto se dava na relação com os adultos em suas diferentes atividades cotidianas.

Várias descrições trazidas nos relatos etnográficos desses antropólogos apresentam-nos práticas com relação às fases infantis que contrastam fundamentalmente com aquelas que concebemos como adequadas às crianças nas sociedades ocidentais modernas. Em sua obra sobre os Tikopia, por exemplo, Firth (1998) descreve situações em que crianças cuidam de outras crianças, referindo ser esta uma prática comum na organização familiar do grupo. Já em *Os Nuer*, somos informados que as primeiras tarefas das crianças se relacionam com o gado, e que as mais pequenas ajudam as mães a ordenhar cabras e ovelhas e carregam a cabaça quando da ordenha de vacas. Quando mais velhas e fortes, as crianças Nuer passam a ser responsáveis pela limpeza dos

estábulo e ajudam no pastoreio de pequenos bezerros, carneiros e cabras vacas (Evans Pritchard, 1978: 30).

A leitura destas obras clássicas e as descrições das atividades realizadas pelas crianças remeteram-me de imediato às diferentes concepções sobre o papel social da criança entre os Nuer e os Tikopia em relação às concepções de infância privilegiadas em minha própria cultura. Não que em nossa sociedade não existam crianças que cuidem de crianças ou que participem de atividades junto aos adultos. A questão é que aqui essas são práticas marginalizadas, enquanto entre os Nuer e os Tikopia elas são a norma ou a normalidade.

Embora não seja meu objetivo aqui efetuar uma análise comparativa entre as distintas sociedades – até porque os Nuer e os Tikopia são também bastantes distintos entre si – penso que estes exemplos apontam para a existência de outras maneiras de perceber a infância, outros padrões de normalidade possíveis. E é esse deslocamento de olhar, esse exercício de relativização que pretendemos evocar aqui.

Nos discursos de profissionais das políticas públicas voltadas à proteção da infância, é frequente ouvirmos que “*cuidar de crianças não é coisa para criança*”, contrastando com as práticas dos Tikopia – e com práticas marginais em nossa própria sociedade, conforme mencionado. Esse tipo de discurso está ancorado em pressupostos específicos sobre as capacidades e responsabilidades atribuídas às crianças e estão assentados em uma realidade social que se organiza a partir de uma ruptura entre as fases infantil e adulta.

O cotidiano de participação de crianças nas atividades produtivo-econômicas entre os Nuer e os Tikopia é uma diferença que nos ajuda a pensar nossa própria organização social. Nossa sociedade tem se organizado de forma a separar os espaços para crianças e aqueles para os adultos, baseada numa idéia de ruptura entre as fases infantil e adulta. Assim, temos espaços – e idades – para “brincar e aprender” assim como para “trabalhar e saber”. Por isso, a associação entre criança e trabalho – assim como adulto e brincadeira – tende a ser percebida como inadequada, embora isso vá depender da rigidez com que cada grupo construirá essas fronteiras. No Brasil a criação a nível federal de programa social de grande alcance e dispêndio de recursos voltado exclusivamente para a “Erradicação do trabalho infantil” (PETI)³ é forte indicativo da preocupação em demarcar tais fronteiras.

³ O PETI “É um programa de transferência direta de renda do governo federal para famílias de crianças e adolescentes envolvidos no trabalho precoce. Objetivo: Erradicar as chamadas **piores formas**

Não se trata aqui de questionar a validade dessas políticas tampouco a própria idéia de ruptura entre as diferentes fases da vida, mas *sim* de percebê-las circunscritas a um contexto específico que as tornou – e as torna ainda - possíveis. Um contexto sócio-cultural e econômico específico e que não é acessível a todos os que compartilham os limites de nossa sociedade. Trata-se de uma realidade onde é possível manter as crianças em casa até que sejam adultas, onde a casa é grande o suficiente para separar os espaços de intimidade dos pais e o quarto das crianças, onde os salários dos pais são suficientes para que toda essa estrutura seja mantida sem que a criança precise trabalhar (Montgomery, 2001:139).

Um contexto que sustenta e é sustentado dentro de âmbitos da organização social que estão para além daquilo que se refere especificamente à criança. Trata-se de uma visão de mundo mais ampla, calcada em experiências de vida frequentemente ligadas às classes mais abastadas e que acabam por naturalizar-se norteando ações e intenções.

Para pensarmos a trajetória que nos levou a afirmações como “cuidar de criança não é coisa pra criança”, ou ainda que “lugar de criança é na escola”, proponho algumas considerações sobre o contexto sócio-histórico que forjou uma determinada idéia de infância e de família que hoje sustenta tais afirmações.

1.1.1 A invenção da Infância e da Família no Ocidente

Seguindo o percurso trilhado por Áries (1981) em seu livro *História Social da Infância e da Família no Ocidente*, aprendemos que a moderna concepção de Infância e de Família é fruto de contextos políticos e sociais muito específicos. Sua obra trata do processo histórico que se deu até a formação da idéia de Infância enquanto uma fase distinta das demais e nos permite visualizar aquelas que são as bases sobre as quais repousam nossas próprias concepções.

Segundo este autor, o sentimento de infância conforme o concebemos no Ocidente é um fenômeno que remonta ao século XIII. Até este período, existiria uma certa indiferença por parte dos adultos com relação a esta fase da vida. Este fato pode

de trabalho infantil no País, aquelas consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes. Para isso, o PETI concede uma bolsa às famílias desses meninos e meninas em substituição à renda que traziam para casa. Em contrapartida, as famílias têm que matricular seus filhos na escola e fazê-los frequentar a jornada ampliada”. (Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, grifo da autora).

ser verificado, por exemplo, a partir da análise de obras de arte que, até o referido século, distinguiam as crianças dos adultos somente por seu tamanho. “Isso faz pensar”, argumenta o autor, “que no domínio da vida real, (...) a infância era um período de transição, logo ultrapassado, e cuja lembrança também era logo perdida.” (1981: 52). Não obstante as críticas recebidas (e aceitas) por Ariès com relação a uma suposta “obsessão” do autor com o problema da origem, podemos verificar a partir do século XIII um fenômeno que, se não é uma “inovação absoluta”, pode ser compreendido como uma “recodificação” dos modos de conceber a infância na época (1981: 14).

Assim, a partir do referido século, uma distinção para o período da infância passa a tornar-se parte das mentalidades e irá referir-se, conforme argumenta o autor, menos a fenômenos biológicos (puberdade) do que ao seu caráter de dependência física. Dessa forma, a infância emerge intrinsecamente ligada ao seu aspecto de fragilidade física sendo percebida como o período em que a criança ainda necessita de cuidados – em média até os 7 anos – ingressando em seguida no universo dos adultos. Deste período até o século XVII, a aquisição dos conhecimentos necessários para a inserção no mundo do trabalho ainda acontece nos espaços de sociabilidade, onde as crianças convivem diretamente com os adultos e aprendem através do contato com eles. “A mistura das idades decorrente da aprendizagem parece-me ter sido um dos traços dominantes de nossa sociedade de meados da Idade Média até o século XVIII” (1981: 16). Segundo este autor, a partir do século XVII tem início uma mudança substancial na maneira de conceber a infância. Tal mudança, que atingirá também a noção de família, seria fruto do movimento de moralização de uma pequena elite ligada à igreja, às leis e ao Estado. Nesse processo de moralização da sociedade temos a “retirada” das crianças do mundo dos adultos e a sua inserção definitiva nas escolas, que substituirão o estilo de aprendizagem entre os adultos pela educação à distância: “A despeito de muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio” (1981: 11). A rua passa a denotar um espaço “perigoso” e inadequado para o período da infância, e a criança deve então ser separada e “protegida” contra a sua influência. Nota-se que, conforme afirmou o autor, esta separação ou tendência ao “enclausuramento”, corresponderá a um tipo específico de racionalização (que se estende até os nossos dias) e que atingirá também “os loucos, os pobres e as prostitutas” (1981: 11). Poderíamos supor que a noção de “enclausuramento” da

infância como medida “protetiva” tenha justamente sua origem nessa racionalidade, que criava assim uma concepção dos espaços adequados ou não a essa etapa da vida.

Outro processo social importante que irá influenciar a emergência de uma fase específica denominada “Infância” ocorrerá a partir do século XVII e das reformas dos moralistas. Trata-se da atribuição de um novo estatuto à família: “(esta) tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos” (1981:11), algo inédito até então. Não que não houvesse sentimentos de afeto entre os familiares – tanto melhor que existissem, argumenta o autor – porém a sua ausência não era percebida como um problema. Assim, nota-se uma mudança nos modos de conceber a família, que passa a se organizar em torno da proteção dos filhos e de sua educação.

“A partir do século XVII, (...) um movimento visceral destruiria as antigas relações entre senhores e criados, grandes e pequenos, amigos ou clientes. Em toda a parte ele reforçaria a intimidade da vida privada em detrimento das relações de vizinhança, de amizades ou de tradições.” (1981: 274).

Isso significa que nessa época as misturas sociais começam a ser percebidas como ameaçadoras e a criança deve então ser *protegida* dentro do núcleo familiar.

A noção de classe social, segundo Ariès, também surgiria nesse momento histórico e aponta como um dos indicadores disso o sincronismo entre a formação das classes escolares por idade e a separação das classes sociais. Dessa forma, só poderão levar adiante os estudos, ou seja, freqüentar as classes de idades mais avançadas, aqueles que tiverem condições financeiras para tal. Assim, a partir do século XVIII ocorrerá a substituição da escola única por um sistema duplo de ensino dirigido por um lado aqueles em condições financeiras para levarem adiante seus estudos – os burgueses – e por outro, para os sem condições, ou seja, “o povo”. Conforme afirmou Ariès, os “homens do Iluminismo” propuseram “limitar a uma única classe social o privilégio do ensino longo e clássico, e condenar o povo a um ensino inferior, exclusivamente prático”. Assim, o ensino superior, ou o secundário, passa a ser privilégio de poucos.

Serão os burgueses também os que primeiramente irão diferenciar a fase infantil da fase da adolescência em vista do prolongamento do período que antecede à entrada no mundo do trabalho, período que passa então a ser preenchido com os estudos. Por outro lado, as crianças das classes populares não sofrerão essa mesma influência da escola e se manterão ainda por um longo período de tempo muito próximas aos hábitos

de vida antigos, permanecendo em grande parte misturadas com os adultos. Isto se dará em função da manutenção de seus costumes com relação à passagem precoce do mundo infantil ao mundo adulto, abandonando os estudos tão logo estivessem prontos ao trabalho. Assim, o “perigo” da mistura social parece não vigorar nesta parcela da população da mesma maneira.

Temos então por um lado a concepção burguesa de infância: alongada no tempo e intrinsecamente ligada à escola e às fases escolares; por outro, temos a infância do povo, que não pode se dar a este luxo e que terá seus estudos direcionados para um rápido ingresso no mundo do trabalho.

A concepção moderna e ocidental de infância apresentada anteriormente parece trazer no seu próprio cerne a cisão entre uma “infância burguesa modelo” (filha da “família burguesa modelo”), reconhecida como uma fase de dependência e fragilidade, e as outras infâncias pobres. Essas diferentes noções de infância serão importantes para nossas análises posteriores com relação ao lugar ocupado pelas crianças de classes populares no Brasil.

1.1.2 A infância pobre no Brasil como um “problema social”

O processo de configuração social discutido por Ariès (1981) com relação a algumas sociedades européias pode ser tomado como parâmetro para as representações de infância que passam a vigorar no imaginário brasileiro a partir das influências recebidas desses povos. Gostaria de ressaltar, sobretudo as noções de infância enquanto uma fase separada da adulta e a existência de dois tipos de infância: uma “bem nascida” e outra oriunda das camadas menos favorecidas da população. No entanto, conforme ressaltou Fonseca (2000), é preciso resguardar as enormes diferenças entre os processos de desenvolvimento das camadas “populares” na Europa e no Brasil no que concerne a sua distância das culturas da “elite”. Segundo esta autora, o Estado de Providência Europeu reduziu a pobreza a uma parcela mínima da população, diminuindo consideravelmente as desigualdades sociais. No Brasil a situação seria bem outra. O país encontra-se situado entre os campeões mundiais em termos de má distribuição de suas riquezas. Em consequência disto, “se apresenta como um caso extremo da sociedade de classes” (2000: 214). Assim, o desenvolvimento da concepção moderna de infância no Brasil irá apresentar características bastante específicas, conforme veremos a seguir.

Alvim (1995), em seu artigo sobre a construção da infância nas classes populares no Brasil, irá mostrar como diferentes agentes sociais com diferentes interesses irão incidir política e juridicamente sobre a “infância pobre”, constituindo-a já no início do século XX enquanto um *problema social*. É o surgimento da categoria do *menor*. Sobre este termo, Adorno (1993) faz a seguinte consideração:

“Trata-se da criança cuja existência social e pessoal é reduzida à condição de menoridade, passível, por conseguinte, da intervenção “saneadora” das instituições policiais de repressão e das instituições de assistência e reparação social. (...) Seu emprego generalizou-se para designar um tipo específico de criança, aquela procedente das classes populares, em situação de miséria absoluta, expulsa da escola desde tenra idade, que faz da rua seu habitat privilegiado de reprodução cotidiana e imediata de sua existência” (1993: 185).

Nota-se que uma determinada concepção de infância será assimilada como parâmetro de normalidade e a infância pobre torna-se um “desvio”, um “problema” a ser combatido, figurando-se em tema permanente das agendas políticas do país a partir de então. Mas em que consiste exatamente este problema? O quê deve ser combatido?

Segundo Alvim (1995), a existência de crianças expostas aos “perigos” da rua e a sua vinculação direta com o contexto de pobreza de muitas famílias brasileiras é uma realidade que preocupa filantropos, juizes, policiais e cidadãos em geral desde o início do século passado, ganhando expressão na mídia e nos debates políticos da época. A rua era percebida, conforme argumentou, como um espaço perigoso que induziria ao crime e à marginalidade. Nesse sentido, era dever da família moderna brasileira – seguindo os passos da família burguesa européia – “proteger” suas crianças desse ambiente. Os debates públicos subseqüentes buscavam assim soluções para os casos em que a família não tinha condições de executar seu papel “protetivo”, ou seja, o de garantir o “enclausuramento” da infância (Alvim e Valladares, 1988).

A fábrica, por oposição a rua, se colocará como alternativa para as crianças pobres – que nesta época ainda não tinham acesso a escola – pois proporcionava, em substituição à família, proteção contra os perigos da rua e da “vagabundagem”. O trabalho infantil parece se configurar então como a melhor alternativa para o problema da criança de rua até a elaboração do Código de Menores, em 1927. É somente a partir deste novo código que irão surgir as primeiras pressões, senão contrárias ao trabalho

infantil, pelo menos contra os seus abusos. Esse código, que constrói juridicamente o *menor* trabalhador, regulamentou e restringiu essa prática, atingindo em cheio os interesses dos industriais que na época serviam-se amplamente desta força de trabalho. Entre as restrições colocadas pelo Código do Menor temos a estipulação da idade mínima para 14 anos, a redução da jornada de trabalho para 6 horas/dia e a proibição do trabalho noturno. Além disso, o trabalho não poderia interferir na frequência escolar (Alvim, 1995).

Instaura-se nesta época de forma ainda incipiente um debate político-ideológico que perdurará até os dias de hoje. Trata-se da oposição entre as percepções do trabalho infantil como uma atividade “protetiva” e “educativa”, por um lado, e “exploratória”, por outro. Segundo Alvim (1994), os defensores da prática do trabalho infantil – principalmente os patrões e um número considerável de famílias empobrecidas – irão ressaltar os aspectos positivos dessa prática, argumentando que ela não apenas protegeria as crianças da entrada para o mundo do crime, como também proporcionaria o aumento da renda familiar. Ou seja, bom para o *menor* e bom para a família (Alvim, 1994).

Por outro lado, a partir do Código de Menores teremos o incremento da parcela da população – técnicos sociais, médicos, psicólogos e outros representantes da classe média instruída – contrária ao uso do trabalho infantil como solução para o problema do *menor*, buscando nas instituições de internato uma nova alternativa para a questão. A resolução do problema parece então deslocar-se do âmbito das fábricas para o da internação de cunho educativo.

Com o surgimento do SAM (Serviço de Assistência ao Menor) – que parece ter sido a “menina dos olhos” de diversos juizes, médicos, políticos e daqueles que apoiavam o Código na época – temos o apogeu dos internatos. Esses, através de atividades e projetos educativos, tinham o objetivo de “recuperar” e “proteger” o *menor*, as crianças pobres e as abandonadas (Alvim e Valladares, 1988). Após uma séria crise devido às críticas ao seu sistema de internatos, o SAM passará por diversas reformas que darão origem a Funabem (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor). Segundo Alvim, uma das principais novidades introduzidas pela Funabem será o estímulo ao fortalecimento das relações entre os internos e seus familiares, em especial aqueles mais “problemáticos”. Porém, ressalta que estamos na época do regime militar e da “lei de segurança nacional”:

“Os primeiros ideólogos da Funabem que não lidavam com o menor trabalhador mas sim com o ‘infrator’ e o ‘carente’ acreditavam que para assegurar a ordem, para manter a doutrina da segurança nacional, esses menores deveriam ser enclausurados.” (Alvim, 1995:164)

Nota-se que, a partir da regulamentação do trabalho infantil com o Código de Menores, essa prática sai de cena enquanto um “problema social”. A criança e o adolescente que trabalham, agora de maneira regularizada e controlada pelo Estado, não deixam de estar de certa forma “protegidos” ou “sob controle” sendo, portanto, “inofensivos”. Mas esse suposto controle do Estado está longe de garantir que os adolescentes e mesmo crianças pequenas não trabalhem em situações precárias e desumanas. Segundo a autora, essa será uma das bandeiras dos movimentos sociais da década de 80.

Já a partir do final dos anos 70, formam-se por todo o país grupos de defesa da “infância pobre”, que irão criticar o sistema de internatos e propor formas alternativas para o atendimento dessas crianças e adolescentes. Nesta corrente, mudam-se os termos da questão: de *menor* para *menino de rua* (que será posteriormente acrescido do termo *menina de rua*). Segundo Alvim (1995), esta mudança refletirá um esforço dos técnicos sociais em visibilizar o fato de se tratarem de crianças e jovens vítimas da pobreza e de um sistema econômico em crise, o que agravava a situação de desemprego das famílias, atingindo em cheio as suas possibilidades de sustento.

O final dos anos 80 se caracterizará como o auge do processo de redemocratização nacional. Esse processo, que envolveu ativistas sociais, políticos e cidadãos de todo o país, culminará, entre outras coisas, no movimento das Diretas Já, na nova Constituição Federal, aprovada em 1988, e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990.

O novo Estatuto proporá a garantia dos direitos – à vida, à saúde, ao alimento, à escola, à proteção e ao lazer – para todas as crianças e adolescentes, sem distinção. Assim, o destino dos filhos e filhas de famílias pobres, até então marcado pelo trabalho precoce ou pela marginalidade, passa a ganhar através de respaldo legal outro sentido: o de ser *igual*, ao menos em direitos, aos filhos das camadas mais favorecidas da população. O trabalho infantil passa definitivamente de atividade “educativa” e “protetiva” para uma violação de direitos, e o sistema de reclusão em internatos torna-se muito mal visto. É dentro da *proteção* da família nuclear que a infância deverá

encontrar as condições necessárias para se desenvolver com *segurança*. Esta concepção de família nuclear burguesa passa a estender-se, por vias legais (e, portanto com legitimidade), também às famílias das classes populares. Como contrapartida, tais famílias, provenientes de contextos socioculturais marcadamente distintos, recebem o direito – e a incumbência – de adequarem-se às normas estabelecidas pelo novo Estatuto.

1.2 A construção da infância nas produções em ciência e a (recente) redescoberta da criança pelas ciências sociais

Concomitante à construção de um imaginário social sobre a criança, teremos o desenvolvimento de áreas do conhecimento em cuja produção repousará o monopólio explicativo sobre a fase infantil. A psicologia, a educação, a pedagogia e as ciências médicas e biológicas têm concentrado a maior parte dos discursos sobre essa fase, construindo a “infância” como um período de desenvolvimento biológico e a criança enquanto um ser “inacabado”. No âmbito especificamente das ciências sociais, nota-se uma relativa invisibilidade da criança enquanto objeto de estudos (Montandon, 2001 e Sirota, 2001). Se a criança enquanto objeto de estudos científicos tem sido considerada como um ser “em desenvolvimento” ou um adulto “inacabado” pelas áreas especializadas no assunto, isso se refletirá também na abordagem que as ciências não especialistas (como as ciências sociais) terão sobre essa fase da vida. Montgomery (2001) argumenta que a antropologia e a sociologia têm tradicionalmente tratado a criança somente em termos de “iniciação ou socialização, (em) como elas se **tornam** adultos ao invés de como elas **são** crianças.” (Montgomery, 2001: 17). Sua crítica tenta restituir à criança, enquanto objeto de estudos, uma condição de agente de seu meio, com capacidade de percepção e atuação sobre o mundo no qual está inserida.

Alguns cientistas sociais, sobretudo nas últimas duas décadas, têm se empenhado em pensar a infância ou a criança a partir de uma nova abordagem. Trata-se do desenvolvimento de estudos que tomam a criança como sujeito ativo da cultura em contraposição aos estudos anteriores centrados nos processos de socialização, os quais “giravam em torno das práticas dos adultos” (Montandon, 2001: 35).

Em um balanço dos estudos sociológicos em língua inglesa, Montandon (2001) concluirá que, tradicionalmente, o desenvolvimento teórico das ciências sociais colocava a criança em lugar secundário ou até inexistente. Essa autora afirma que,

embora o curso da disciplina esteja mudando e seja possível hoje vislumbrar o surgimento de um novo campo, ainda não podemos falar em uma “sociologia da infância”. O desenvolvimento de um novo campo de estudos, conforme afirmou, precisa dialogar com os paradoxos próprios ao seu objeto, isso significa que o pesquisador precisará colocar em perspectiva suas próprias concepções sobre infância, reconhecendo os condicionantes históricos que determinam seu viés. Segundo Montandon, é somente em torno desses paradoxos que se começa a construir pontos de vista mais originais dentro do debate teórico, e faz uma provocação: “Os sociólogos, sempre prontos a revelar os pressupostos ideológicos dos discursos, não deveriam analisar igualmente os elementos ideológicos de suas próprias perspectivas?” (2001: 55).

Nessa mesma linha, Régine Sirota (2001) volta-se para a análise das produções em língua francesa e afirma que será principalmente por oposição a uma determinada concepção de criança, “considerada como um simples objeto passivo de uma socialização regida por instituições, que vão surgir e se fixar os primeiros elementos de uma sociologia da infância” (Sirota, 2001). Nesse sentido, a autora faz uma retrospectiva das diferentes fases pelas quais a sociologia da educação, inicialmente centrada nas instituições de socialização (tradição durkheimiana), passará até chegar à idéia de criança enquanto ator social e como centro de sua análise. Argumenta ainda, que esse processo faz parte de um movimento mais amplo dentro das ciências sociais que não apenas se voltam para o *agency* infantil, mas também deslocam seu interesse anteriormente centrado processos de socialização. “Para um grande número de autores francófonos, trata-se justamente de uma tentativa de desescolarização da sociologia da educação para abordar o conjunto dos processos de socialização” (2001: 21).

Clarice Cohn (2005) no seu livro *A Antropologia da Criança* depara-se com problemáticas semelhantes e argumenta que o campo de estudos antropológicos precisará desvencilhar-se de alguns de seus pressupostos para reconhecer na criança um objeto legítimo de estudo. A autora refere que, do senso comum às abordagens do desenvolvimento infantil, a criança fora até então percebida enquanto um ser incompleto, necessitando por isso ser “acabada”, socializada. Por isso as ciências sociais têm estado atreladas aos processos de socialização infantil (tendência estrutural-funcionalista) e de formação da personalidade (escola culturalista norte-americana).

Contudo, como foi visto anteriormente, essa idéia de que a criança é um ser inacabado em relação ao adulto socializado é própria a uma determinada construção Ocidental de infância. Ou, conforme nos mostrou Ariès (1981), é uma representação

específica, historicamente situada e que remonta à modernidade. Nesse sentido, Cohn (2005) nos alerta para o fato de que a infância – ou certo “sentimento de infância” – é um modo particular de se pensar a criança e que, portanto, não pode se configurar em categoria de análise para todas as culturas. É por isso que a autora irá falar em uma antropologia da *criança* e não da *infância*.

Assim, as ciências - e os cientistas - são convocados nesse momento a relativizar algumas de suas categorias de conhecimento, tais como *infância*, para então poderem ampliar sua apreensão e conhecimento a cerca dos diferentes grupos e sociedades humanas.

Em seu livro *Modern Babylon*, sobre prostituição infantil na Tailândia, Montgomery (2001) faz um corajoso estudo das representações sociais que sustentam essa atividade entre as camadas mais pobres da sociedade tailandesa. Nessa obra, a autora argumenta sobre a necessidade de buscarmos a suspensão temporária dos significados morais e emocionais que algumas atividades evocam em nossa cultura se quisermos compreender, senão de forma *neutra* pelo menos *objetiva*, os sentidos que são atribuídos pelos agentes às suas práticas (Montgomery, 2001: 6). Segundo afirmou, se partimos de uma perspectiva que espera da criança que ela se comporte enquanto um ser puro, frágil, dependente e inexperiente, então aquelas que não encarnam essas características - como as prostitutas tailandesas ou os meninos de rua brasileiros – se tornam automaticamente “crianças problema”, que nos ameaçam e causam aversão (Montgomery, 2001: 144).

Em seu livro, a autora fará inicialmente uma longa ressalva sobre a dificuldade de se empreender estudos científicos sobre temas moralmente delicados tais como a prostituição ou o trabalho infantil. Ela argumentará que “o processo para compreendermos essas crianças precisa começar com um exame crítico da noção sobre o que seria uma infância ‘correta’ para as crianças, especialmente com relação a sexualidade e ao trabalho”⁴ (Montgomery, 2001: 155).

Ao realizar uma análise sobre a construção sociocultural da infância tailandesa, Montgomery irá apontar para o hiato existente entre a experiência local e as expectativas exteriores. A autora argumenta, por exemplo, que é preciso considerar que

⁴ “The process of understanding these children needs to start with a critical examination of the notion of what is a ‘correct’ childhood for children, specially in relation to sexuality and to work.” (Tradução da autora)

a dicotomia entre infância e idade adulta que caracteriza a noção de infância moderna não acontece da mesma forma na Tailândia.

Segundo afirmou, temos na cultura ocidental uma perspectiva que considera a infância como um tempo de inexperiência e liberdade com relação às pressões do mundo adulto e por isso atividades relacionadas com trabalho, sexualidade e dinheiro, estariam restritas ao universo social dos adultos, sendo proibidas às crianças. Esses seriam os elementos decisivos através dos quais as classes médias Ocidentais (e cada vez mais também as classes médias tailandesas) se apoiariam para definir as fronteiras entre o universo infantil e adulto. Porém, ela ressalta que se trata de um limite simbólico, socialmente construído e que, portanto, pode se dar de diferentes formas nos diferentes grupos e sociedades. Entre seus interlocutores na Tailândia, Montgomery demonstra que a maturidade é percebida de modo diferente. Sexo e trabalho estão também ligados à maturidade, porém não há fronteiras claras de idade. Ganhar dinheiro, trabalhar, ser mãe, cuidar de alguém, são indícios de maturidade mais importantes do que a idade em que ocorrem ou a maioridade legal.

De forma semelhante às crianças tailandesas estudadas por Montgomery, percebi que entre os sujeitos de minha pesquisa essas fronteiras também não estavam marcadas tão nitidamente e poderiam oscilar consideravelmente conforme a situação e arranjos familiares. A permeabilidade dos espaços (que impede uma separação total entre crianças e adultos) e a situação familiar cambiante são fatores que contribuem para que as crianças nesses contextos participem de forma mais ativa de “territórios adultos”. Mais do que isso, conforme argumentou Montgomery, elas demonstram interesse pelas atividades, o que significa que não são necessariamente “obrigadas” quando incluídas no circuito produtivo familiar. A idéia de que elas são “forçadas” ou “exploradas” reforça uma noção de que o *natural* seria que elas não se interessassem. Nesse sentido, refere que é preciso certo cuidado ao se generalizar essa imagem dos pais “exploradores”. O fato de que nós acreditamos e agimos como se as crianças estivessem alheias às questões dos adultos não significa que na prática elas se percebam a parte do que lhes acontece ao redor.

A partir dessa abertura teórica proporcionada pela relativização de nossas categorias relativas aos sentidos que historicamente têm sido atribuídos a “infância”, podemos lançar alguma luz sobre nossas próprias noções acerca do que seria ou não apropriado para esta fase da vida. A partir disso, penso que podemos estar mais atentos

às outras sensibilidades que conferem aos diversos grupos humanos diferentes percepções e práticas com relação às crianças.

Isso não significa, cabe mencionar, uma invalidação dos nossos pressupostos ou uma adesão às práticas “estrangeiras” visto que não se trata aqui de procurar a visão de mundo mais “verdadeira” ou “correta”. Trata-se antes do reconhecimento da diversidade enquanto um dado de realidade. E conhecê-la aqui tem muito mais um sentido de abertura para a possibilidade de uma negociação mais respeitosa com esses outros entendimentos do que um intuito “corretivo” que frequentemente está associado às produções científicas e ao poder que a elas se atribui.

Capítulo 2

Na fronteira entre o contexto e as práticas “populares”

Para que possamos empreender nossas análises sobre as práticas com relação à infância no contexto do Morro da Cruz⁵, penso que é de fundamental importância tentar compreender inicialmente de que contexto se trata. Dito de outra forma, a partir de quais registros e quais referenciais simbólicos estas práticas estão sendo informadas? A que estou me referindo quando falo em “classes populares”, “periferia urbana” ou ainda “famílias de baixa renda”?

O percurso teórico trilhado durante a escrita dessa dissertação aconteceu no ritmo mesmo dos anseios e fragilidades da pesquisadora. Algumas dificuldades se apresentaram, pois como definir o contexto espacial e simbólico sobre o que exatamente estamos falando? Como é possível definir o “popular” sem cair na vala comum das misérias e assujeitamentos que “empobrecem” a visão sobre os grupos das periferias urbanas? Por outro lado, como mostrar as práticas e lógicas protetivas peculiares que eu percebia em campo sem com isso defender ou reificar uma “cultura da pobreza” como se esta não sofresse restrições das forças de dominação hegemônicas?

Fonseca, em seu artigo “Classe e a Recusa Etnográfica” (2006), trata da dificuldade em se reconhecer as fronteiras culturais que são produzidas pelas diferentes experiências de classe. Segundo a autora, haveria um certo silêncio - ou uma “recusa etnográfica”, nos termos de Ortner (1995) – das produções antropológicas atuais que manteriam o viés de classe pulverizado em análises com enfoque em outros temas. Quanto aos motivos desse silêncio, ela argumenta que uma das hipóteses seria a intensificação das relações entre os antropólogos que se voltam para o estudo das classes subalternas e a militância que se empenha em diminuir as desigualdades sociais. Nessa relação, o antropólogo seria cada vez mais incitado a realizar suas pesquisas em termos do impacto causado pela sociedade dominante perdendo de vista com isso as especificidades que surgem de importantes diferenças nas matrizes simbólicas entre os grupos.

Nesse sentido, penso que ao não efetuarmos uma “quebra” analítica no âmbito das condições de possibilidades e dos referenciais simbólicos que determinam

⁵ O Morro da Cruz situa-se no bairro São José, região nordeste de Porto Alegre, a 7 km do centro da cidade. Será descrito com maiores detalhes no capítulo 3.

diferentes experiências de classe, acabamos por criar uma “continuidade” enganosa entre camadas da sociedade que, na prática, encontram-se hierarquicamente dispostas. O perigo está em se avaliar as diferenças em termos de grau, ou seja, daquilo que é “dominante, superior, certo, normal” ou “dominado, inferior, errado, degenerado” e não em termos de diversidade legítima. Sobre este perigo de se tomar as culturas populares em termos de suas carências com relação a cultura dominante, Fonseca afirma:

““Hiposuficiência cultural” assim como “carência” afetiva, moral e cultural constam entre as acusações aplicadas (...) a pobres urbanos. Diante desse quadro, ousar falar de “cultura” entre os variados grupos de baixa renda serve como contrapeso a estereótipos que tenderiam a reduzir essa parte da população a um nível pré-cultural de existência ” (2006:16).

Desta forma, se reconhece aqui a importância de estar atento aos “elementos que possam surpreender a lógica dominante ou o senso comum” no âmbito dos estudos com classes populares, de modo a “manter a hipótese de algo não imediatamente explicado pelo impacto das forças dominantes”, conforme propôs Fonseca (2006: 15). Por outro lado, não se quer negar a relevância do contato com as culturas hegemônicas, tampouco obscurecer no reconhecimento da diferença o caráter dinâmico das culturas.

Canclini (1993), ao se referir às teorias sobre “contato cultural”, traz uma definição de interculturalidade que me parece interessante, uma vez que faz pensar sobre o caráter de extrema permeabilidade que caracteriza os grupos urbanos nas sociedades complexas:

“El problema reside en que la mayoría de situaciones de interculturalidad en este fin de siglo se configura no sólo por las diferencias entre culturas desarrolladas separadamente sino por las maneras desiguales en que los grupos se aproprian de elementos de varias sociedades, los combinan y transforman. (...) El objeto de estudio no debe ser entonces solo la diferencia, sino también la hibridación” (1993: 43).

Dessa forma, não obstante as fronteiras culturais que esta pesquisa pretende ressaltar, está claro também que os grupos populares urbanos se constituem em íntima relação com os demais grupos sociais e que o fato de estarem situados em uma condição

de inferioridade na escala social determinará em grande medida as bases a partir das quais essas alteridades poderão se desenvolver.

Na arena das relações sociais, os vários atores negociam suas identidades a partir de referenciais socioculturais os mais diversos, estejam eles marcados por classe, etnia, geração, religião, gênero, etc, os quais determinam posições e forças políticas. Assim, se por um lado podemos esperar que grande parte das relações estabelecidas entre sujeitos de diferentes classes se dê em condições assimétricas de poder, por outro, veremos ao longo desta pesquisa que esse tipo de relação não é privilégio das diferenças de classes, mas de uma determinada lógica de distinção social. Dessa forma, relações assimétricas, intensificadas nas diferenças entre classes, também acontecem a partir de outros determinantes sociais e em uma mesma classe.

Outro aspecto importante nos estudos sobre “classes populares” é apontado por Grignon e Passeron (1992) em *Lo Culto y lo Popular: Miserabilismo y populismo en sociología y en literatura*. Esses autores nos chamam a atenção para o fato de que as análises daquilo que denominaram como “sociologia legitimista dos gostos”, perdem em densidade e em precisão na medida em que descem a escala hierárquica social. Segundo apontaram, boa parte dos mapas sociológicos que vem sendo feitos (como o apresentado por Bourdieu em “*Anatomia do Gosto*”) mostram uma imagem invertida do território social, ou seja, com uma descrição minuciosa dos gostos e estilos das camadas altas da pirâmide social e a diminuição desse discernimento na medida em que nos aproximamos das camadas inferiores.

Os autores argumentam que este fato ficaria bem evidenciado, por exemplo, na perspectiva sociológica sustentada por Halbwachs, o qual reconhece uma homogeneidade da classe operária. Segundo Halbwachs: “(...) não há sem dúvida classe mais homogênea que a operária, precisamente porque nela a vida social é mais reduzida e menos complicada, e também porque a distância que a separa dos outros grupos é, neste sentido, muito marcada.” (in Grignon e Passeron, 1992: 144). Essa constatação “sociológica” sustentada por Halbwachs seria resultado, segundo apontaram os autores, não de um fato sociológico verificável, mas de uma lacuna nos estudos com relação às classes operárias.

Essa percepção mais ou menos disseminada das classes populares em termos de uma “massa cultural homogênea” estaria ancorada no que Grignon e Passeron chamaram de uma tendência “dominocêntrica”, ou seja, centrada na cultura dominante –

cultura dos próprios sociólogos que não reconheceriam a multiplicidade que está fora de seu campo de visão e experiência.

As críticas levantadas por Grignon e Passeron (1992), e também por Fonseca (2006), referentes à visão superficial e generalista que resultam da escassez de estudos sobre as classes populares não deixa de ser uma provocação e um estímulo ao estudo de suas *práticas*. Pois, em se tratando de culturas não hegemônicas, o estudo dos discursos ou das estruturas sociais por si só pouco nos revela sobre as peculiaridades desses grupos que vivem à margem dos discursos dominantes. Por isso, busca-se nesse estudo enfocar sobretudo o *como* os sujeitos fazem aquilo que dizem fazer - suas *práticas* - do que exatamente aquilo que *dizem* que fazem.

Isso nos conduz ao próximo item deste capítulo onde procuro tratar dos referenciais teóricos que estão embasando o olhar dessa pesquisadora - meu recorte particular sobre a realidade - e que nos conduzirão posteriormente às interpretações e análises sobre as práticas protetivas no cotidiano do Morro da Cruz e de seus habitantes.

2.1 Considerações sobre as teorias que se voltam para o estudo da *práxis* humana

“Isto (prática) não é nem uma teoria nem um método em si mesmo, mas antes, como eu havia dito, um símbolo, em nome do qual diversas teorias e métodos têm sido desenvolvidos.”⁶ (Ortner, 1994: 372)

Conforme apontou Ortner (1994) em seu artigo *Theory in Anthropology since the Sixties*, a antropologia vive um momento de liminaridade, no qual é possível perceber um redirecionamento teórico e metodológico como efeito do desgaste de determinados conceitos e categorias do conhecimento até então amplamente utilizados. Segundo apontou, alguns elementos estariam ganhando força e consistência teórica dentro do campo. Trata-se de interesses que voltam-se para a prática, a *práxis*, a ação, a interação, a atividade, a experiência, a performance e também para o agente, o ator, a persona, o self, o indivíduo e o sujeito (1994: 388). Assim, a teoria da Prática conforme Ortner (1994), não se constitui como um corpo teórico fechado e coerente em si mesmo, ao contrário, pode ser percebido como um conjunto de idéias que tentam dar conta de

⁶ “This (practice) is neither a theory nor a method in itself, but rather, as I said, a symbol, in the name of which a variety of theories and methods are being developed.” (tradução da autora)

algumas problemáticas comuns, mas que receberão enfoques diversos segundo cada autor.

Para melhor compreender este redirecionamento teórico que acontece no cenário acadêmico da antropologia, poderíamos começar contextualizando historicamente suas condições de surgimento – como também propôs Ortner no referido artigo – e, em seguida, delimitar uma teoria voltada para a *prática* a partir das principais questões com que se propõe trabalhar.

2.1.1 O contexto

Conforme afirmou Ortner (1994), alguns dos principais movimentos que provocaram mudanças dentro do campo da antropologia se iniciam nos anos setenta e estiveram motivados por reações ao estruturalismo dominante, pelos desdobramentos políticos pós-colonialistas, por influências marxistas e pelos movimentos sociais nos EUA. Todos esses eventos suscitaram inúmeros questionamentos sobre os rumos da antropologia e culminaram em um resgate do *sujeito* nas análises.

Em 1972, Bourdieu publica na França seu *Outline of a theory of Practice*, quando lança as bases para uma teoria voltada para a *prática*. No final da década de 1960 e início da década seguinte nos EUA, Geertz (1989) contrapõe-se ao mesmo tempo ao “hipercoerente simbolismo” e ao “estéril formalismo” do estruturalismo. Seu interesse volta-se para a investigação de como os símbolos formam a maneira como as pessoas vêem, sentem e pensam sobre o mundo. Assim, o autor propõe que se estudem as culturas a partir do ponto de vista do sujeito, pois entende que o símbolo só existe em ação e a ação pressupõe um *ator*.

No entanto, para grande parte dos autores estadunidenses dos anos setenta, as influências principais eram ainda as do marxismo estrutural e da economia política. Para eles, os fenômenos culturais e sociais deveriam ser explicados a partir de processos e mecanismos próprios às estruturas sociais. No fim dos anos setenta, com a publicação da obra de Bourdieu nos EUA, esta influência começa a enfraquecer e a atenção volta-se marcadamente para as *práticas*. Este fenômeno também se refletirá nos campos da Lingüística (Alton Becker), da sociologia (Anthony Giddens), da História (E. P. Thompson) e da Literatura (Raymond Williams).

Em seu artigo, Ortner (1994) propõe um contraste entre os argumentos dos novos teóricos da *prática* e algumas abordagens mais consolidadas, como o interacionalismo simbólico na sociologia – de autores como Blumer e Goffman – e o

transacionalismo na antropologia – com Barth e Bailey. Cabe ressaltar que essas últimas foram elaboradas em oposição à visão de um mundo ordenado por regras e papéis sociais (Durkheim/Parsons). Essas abordagens reconheciam a existência de organizações institucionais e padrões culturais, porém buscavam quebrar ou minimizar a importância desses fenômenos para entender a vida social. Em contrapartida, os teóricos da prática percebem o sistema como tendo grande poder, dando forma aos eventos. “O interesse pelo estudo da ação e interação é assim não um meio de negar ou minimizar este ponto, mas expressa uma urgente necessidade de compreender de onde o sistema vem – como é produzido e reproduzido, e como pode ter mudado no passado e poderá mudar no futuro” (Ortner, 1994: 390).

Outro aspecto que distingue os então novos teóricos da prática é a sua influência marxista. Essa influência pode ser verificada, principalmente, na importância que será dada às relações de dominação dentro do sistema. As relações assimétricas de poder passam a ser consideradas como principal responsável pelos processos de “conformação de qualquer sistema em qualquer tempo” (Ortner, 1994: 391). Portanto, a abordagem orientada pela *prática*, conforme apresentado por Ortner, identifica a assimetria social – inerente às relações de dominação – como uma dimensão importante, tanto da estrutura quanto da ação cotidiana.

Essa autora ressaltará ainda que as visões Weberiana (idealista) e Marxista (materialista) – incompatíveis até os anos 60 – sofrerão uma interpenetração na teoria da prática. Na realidade, conforme afirmou, o esquema teórico envolvido nesta teoria estaria igualmente em dívida com ambas as influências.

2.1.2 Conceitos chave para entender a antropologia da Prática: a contribuição dos diversos autores.

Proponho neste momento algumas questões fundamentais para a compreensão de uma antropologia centrada na *práxis*, ou seja, na ação dos sujeitos. Tais questões surgem a partir de discussões trazidas por diversos autores com esta orientação e permitem traçar certos contornos naquilo que estamos chamando de uma teoria voltada para a prática.

A partir de Geertz (1989), passamos a entender a cultura como uma teia de símbolos e significados, os quais só existem quando colocados em ação pelos sujeitos. Desta maneira, para estudar a cultura, esse autor irá direcionar seu olhar para os agentes

e suas práticas cotidianas. Não será mais possível reduzir um sistema simbólico a simples estruturas longe do sujeito que as produziu e as atua. Assim, a antropologia centra-se nas práticas desse sujeito produtor de cultura – sua *agency* - e coloca entre parênteses a busca pelas estruturas gerais, é o que o sujeito *faz* – suas práticas – e não simplesmente aquilo que *diz* fazer – seus discursos – que será o foco neste tipo de abordagem. São pessoas concretas lidando com situações complexas e que negociam suas vidas cotidianamente.

Para Ortner (1994), é preciso centrar-se nos sujeitos para entender seus posicionamentos estratégicos, situando-os dentro de uma estrutura sociológica mais ampla e que determina relações antes mesmo que estas aconteçam. Propõe que se iniciem as análises onde existem os conflitos e os mal entendidos, pois é neste espaço que surgem as contradições entre os discursos e as práticas. Da mesma forma, Jean e John Comaroff (1992) ressaltam a importância de estar atento às tensões constantes entre, por um lado, as regras gerais que aparecem à primeira vista e, por outro, às práticas. Esses autores irão trabalhar justamente nessa tensão, e afirmam que o sentido está implícito na prática e não em estruturas ou categorias. É neste ir e vir, entre o que se diz e o que se faz, que podem ser percebidos os diferentes registros e lógicas atuantes e que se remetem, continuamente, uns aos outros.

Se por um lado a antropologia da prática incide diretamente sobre o sujeito, suas estratégias e ações cotidianas, por outro ela não nega a existência do sistema. Ao contrário, é justamente pela percepção do poder condicionante do sistema que ela buscará explicar as relações entre a ação humana e o sistema global, e os impactos de um sobre o outro (Ortner, 1994). Mas nem todas as dimensões do sistema terão, segundo Ortner, a mesma importância: no cerne da análise estão as realidades de assimetrias, desigualdades e dominação. A autora prossegue esta discussão afirmando que, “a abordagem da teoria da prática não necessita quebrar o sistema em subestruturas para compreendê-lo, ao contrário, procura explicá-lo como um todo integrado (o que não significa um todo harmonioso e coerente) através de sua referência com a prática” (Ortner, 1994: 392). Assim, uma instituição – como a religião – é ao mesmo tempo um sistema de relações sociais, arranjos econômicos, processos políticos, categorias culturais, normas, valores, ideais, padrões emocionais, e assim por diante.

Neste mesmo sentido, Abu-Lughod (1991) irá afirmar que não há oposição entre os aspectos micro e macroscópicos de uma sociedade, mas sim uma continuidade entre eles. Aquilo que acontece em níveis sociológicos se atualiza nas práticas cotidianas. A

partir disto, ela irá propor uma “etnografia do particular”, onde um dos objetivos é justamente construir esse percurso do micro às macroestruturas, partindo de um conceito de sociedade “sem costuras”. Uma saída metodológica interessante para esta questão do contato entre os aspectos cotidianos e as análises sociológicas foi apresentada por Wacquant (2002) em sua etnografia *Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Nesse trabalho, o autor descreve situações cotidianas e operacionaliza as diferenças sociais encontradas através de indicadores sociais como índices de desemprego, de escolaridade, etc.

Ainda nesta linha de pensamento, Jean e John Comaroff (1992) propõem uma questão interessante para reflexão: como criar o contato entre o global e o local sem fazer com que o primeiro englobe o segundo? Para os autores, a resposta está na percepção da força histórica endógena, que permite que seja exercida uma pressão local sobre o global.

De Certeau (1994) identificará a resistência local ou “popular” nas práticas cotidianas. Sua análise recairá sobre as ações ordinárias, perguntando-se sobre os usos que são feitos, na prática, dos produtos e discursos hegemônicos em contextos marginalizados. Ele irá demonstrar que nesses usos os sujeitos não são passivos, mas possuem um potencial subversivo e antidisciplinar.

Essa pressão endógena ou resistência em reproduzir a cultura dominante foi um aspecto que também chamou a atenção de diversos historiadores sociais, como Thompson, Bakthin, Burke, e outros. Esses autores, críticos da História hegemônica, passam a deslocar o olhar da história das elites, ou das culturas dominantes, e procuram resgatar a cultura no lugar onde ela se manifestou no cotidiano das pessoas comuns, nas suas *praxis*. Bakthin (1987) em seu estudo sobre François Rabelais, buscou restituir uma visão “por dentro” da cultura popular da Idade Média. Nessa mesma direção, Thompson (1991) irá propor uma história vista “de baixo para cima”, buscando aquilo que acontece para além das atitudes formais – que chamou de teatralização. Esse autor irá pensar a hegemonia cultural a partir dos mecanismos de controle simbólicos – como os ritos de deferência e as instituições de ensino – os quais garantem a manutenção desta hegemonia.

Quando nos referimos à pressão de um sistema sobre outro, estamos conferindo às partes um poder de ação/resistência. Esse poder na teoria da *prática* irá deslocar-se dos grandes movimentos (“os camponeses”, etc.) para os indivíduos, que passam a ser vistos como sujeitos políticos. Foucault, assim como também o feminismo, foram os

principais responsáveis por essa mudança de olhar. Esse movimento significou para a antropologia a possibilidade de uma abertura ao estudo das relações de poder, até então exclusivo à sociologia das grandes estruturas.

Evans Pritchard (1950) foi um dos primeiros antropólogos a reivindicar o método histórico como forma de proporcionar à pesquisa etnográfica uma percepção mais ampla da cultura. Com isso, o autor buscou distanciar-se definitivamente de uma antropologia cientificista para aproximar-se do particularismo histórico boasiano. *O método histórico*, conforme afirmou o autor, permitiria a etnografia uma análise menos superficial e generalista das culturas. Nesse sentido, os teóricos da antropologia da prática irão se nutrir cada vez mais das produções dos historiadores e será principalmente o seu método o que mais influenciará a pesquisa etnográfica. A busca por um maior e diversificado número de fontes, assim como a percepção dos diversos ângulos e significações possíveis para um mesmo fenômeno, conferirão à pesquisa etnográfica uma maior profundidade nas análises.

Com relação ao conceito de cultura, vários autores como Ortner (1994), Abu-Lughod (1991), Kuper (2002) e Turner (1994), irão tecer sérias críticas, abrindo espaço para a discussão da própria validade da utilização desse conceito. Entendem que a concepção clássica de cultura como algo estanque, coerente, homogêneo e isolado não dá conta dos aspectos fluidos trazidos da prática nem da multiplicidade encontrada em uma mesma cultura. Terence Turner (1994), em seu artigo *Anthropology and Multiculturalism*, argumentará que um dos problemas do discurso culturalista é o seu caráter identitário, que impede a percepção da heterogeneidade dentro de uma cultura. Assim, esse autor irá colocar como questão para a antropologia não a cultura, mas os processos históricos e sociais que a engendram.

Nesse sentido, para compreender o significado que os sujeitos dão àquilo que fazem, suas identidades não podem aparecer descontextualizadas. A análise da prática pressupõe a consciência de que estamos inseridos em um extrato hierárquico, no qual atuam sobre um mesmo indivíduo, sistemas de valores diversos e concomitantes. É preciso se perguntar quem é o ator, qual a sua história e como ela se situa dentro da estrutura social que está inserida.

2.2 Como definir o “popular”?

Conforme argumentado anteriormente, o percurso teórico trilhado durante a realização desta pesquisa reflete minha própria tentativa de aproximação e apreensão do campo escolhido. Uma das dificuldades que tinha era a de definir as “culturas populares” para além de sua condição de subalternidade ou de suas carências materiais. O contato com a produção de historiadores das culturas não hegemônicas, tais como Thompson (1998), Bakthin (1987) e Perrot (1988), me foram de grande proveito na compreensão e definição de uma “cultura popular” em termos de sua força cultural endógena, escapando, assim, de seu aprisionamento em uma relação de total dependência para com a cultura ou a história “oficial”.

Esses estudos empreendidos, sobretudo na Europa, a partir da segunda metade do século passado, pelos diversos historiadores e teóricos da cultura, refletem uma preocupação crescente por parte desses acadêmicos com os elementos socioculturais e processos históricos que não eram contemplados nas histórias oficiais dos seus países. Assim, as “culturas populares” emergem do silêncio histórico existente por detrás da História oficial, definindo-se em oposição a esta. Essa *oposição* das culturas populares com relação às culturas hegemônicas ditadas pelas histórias oficiais é, desde já, um primeiro aspecto da tentativa de definição sobre o “popular” na cultura. Cabe salientar que as definições de “popular” emprestadas aqui desses teóricos têm o duplo mérito de: esclarecer ao leitor o que estou considerando como “cultura popular”, aproximando-o do meu campo de pesquisa; e também, de trazer à baila muitas das tensões inerentes a ele e que ficarão evidenciadas quando realizarmos nossas análises mais adiante.

Em seu estudo sobre a cultura popular na Europa do início da Idade Moderna, Peter Burke (1989) empreenderá sua análise ressaltando o fato de que as culturas populares não se limitavam aos contextos rurais, conforme estabelecido pelos folcloristas europeus dos séculos XVIII e XIX. Nesse sentido, o autor demonstra que o popular encontrava-se pulverizado no campo e na cidade, sobretudo em vista dos processos sócio-históricos do período, que aumentavam o contato entre os diferentes contextos. A essa diversidade de “culturas populares” encontradas pelo autor em suas pesquisas ele irá denominar sub-culturas. As sub-culturas pertenceriam a um mesmo arcabouço cultural, em processo contínuo de combinações e re-arranjos, marcados pelos diferentes contextos - aspectos ecológicos e sócio-econômicos - e pela relação entre as sub-culturas e as culturas da elite. Haveria, conforme afirmou, “um tráfego de mão

dupla” (1989: 85), ou uma circularidade, entre os elementos das culturas populares e eruditas.

Esse aspecto de circularidade dos elementos das culturas populares é também ressaltado por Thompson (1998) em sua minuciosa pesquisa sobre a cultura popular inglesa do século XVIII. Nessa pesquisa, o autor analisa os rituais de deferência entre patrícios e plebeus e reconhece a existência de uma circulação de elementos simbólicos que serão manipulados e apropriados, conforme as necessidades e interesses de cada grupo. Em resposta a um marxismo que tenderia a ver nas classes populares uma assimilação passiva das normas impostas pela cultura hegemônica, Thompson propõe um olhar sobre as relações entre patrícios e plebeus a “partir de baixo”. Com isso, ele irá demonstrar que sob a ótica plebéia, ou seja, a partir de um olhar de “baixo para cima”, os rituais de deferência dos plebeus para com os patrícios, antes de serem atos de completa subordinação, faziam parte de um “teatro” onde cada parte cumpria um papel específico. Isso significa dizer que nos espaços de negociação social cada parte assumia os papéis que lhes cabiam no *script* social, mas a interpretação ou o sentido dado aos comportamentos variava conforme o ponto a partir do qual se olhava: “de cima para baixo”, “de baixo para cima”.

Outro grande estudo realizado sobre o popular na história das culturas foi o de Mikail Bakhtin (1987) sobre o *Rabelais*. Nessa obra, o autor tenta restituir uma visão “por dentro” da cultura popular da Idade Média e Renascimento, conduzindo o leitor à outra forma de ver o mundo da época. Através do materialismo grotesco de Rabelais, execrado pelas elites, Bakhtin (1987) irá conceber a cultura popular como fundamentalmente subversiva, dando ênfase ao riso carnavalesco enquanto um patrimônio cultural popular. Afirma que aquilo que faz rir à cultura popular seria agressivo ao *ethos* burguês e que embora haja uma circulação de elementos da cultura entre ambos, aqueles de expressão popular seriam marcados pelo riso e pela paródia, enquanto que nas culturas mais eruditas esses elementos invariavelmente tomariam um tom mais sério e formal.

Bakhtin (1987), assim como também Michel De Certeau (1994), irão localizar o popular nas *ações* e nas *práticas* que se contrapunham à cultura oficial e não em um grupo social específico.

De Certeau (1989), reagindo ao conceito vigente na França de “cultura popular” enquanto algo distante no tempo e no espaço - folclore -, traz o popular para as *práticas*, para as *ações* que subvertem e fogem às normas. Segundo esse autor, para quem a

cultura são os “modos de fazer”, as práticas que escapam à regra são parte da própria estrutura social. Assim, a cultura popular pode estar em qualquer lugar da sociedade, visto que se refere antes às ações humanas do que aos grupos sociais específicos. A existência de uma “cultura popular” seria, segundo o historiador, a própria possibilidade de se fazer frente às formas de poder instituídas através da re-apropriação e uso estratégico dos conteúdos da cultura hegemônica.

Michelle Perrot (1988), em “Os excluídos da História”, propõe um olhar sobre o protagonismo feminino e, assim como De Certeau, irá considerar o “popular” nos atos de anti-disciplina. Para esta autora, que deu ênfase às práticas cotidianas e subversivas empreendidas por mulheres pobres, os espaços da disciplina ou da norma seriam os espaços fundamentalmente masculinos, tais como o exército, a fábrica, etc.

Enfim, muitas foram as contribuições dos diversos autores no sentido de dar visibilidade a uma fração importante das culturas dos povos que permanecia desconhecida, ofuscada pelo brilho dos grandes feitos da História oficial.

O “popular”, nesse sentido, adquire um caráter de subversão e oposição à cultura oficial e hegemônica. Isso não significa que seja revolucionário no sentido de romper com tudo o que é vigente e propor algo completamente novo. Todo o ato que tenciona a ordem contém em si aspectos normativos e revolucionários ao mesmo tempo. Assim, a não passividade está justamente nesse aspecto de criar uma tensão quando se poderia supor uma simples obediência à norma. Diferentes referenciais culturais possibilitam usos diversos dos conteúdos simbólicos que estão circulando entre os grupos e que serão apropriados e utilizados conforme os diferentes interesses em jogo. Os significados e as intencionalidades das práticas “populares” não podem, portanto, ser deduzidas dos significados e intencionalidades amplamente disseminados pelos discursos oficiais.

Dessa forma, a percepção das culturas populares na história, surge a partir de minuciosos trabalhos de pesquisa que precisaram driblar a escassez de documentos e registros sobre os fatos “não oficiais” para poderem nos conduzir a um olhar a partir “de baixo” ou “de dentro” das culturas. Esse movimento de deslocamento do olhar - muito caro aos antropólogos - assim como o próprio método histórico, o qual não nos permite cair numa análise superficial ou generalista, serviram de inspiração para este trabalho.

2.3 A periferia urbana como o espaço do “popular”.

A ideologia urbana moderna passará a vigorar no Brasil mais intensamente a partir do início do século XX recebendo influências das reformas urbanísticas européias. Através de um distanciamento histórico desses processos de modernização e urbanização ocorridos nas grandes cidades no início do século passado, podemos ver emergir um tipo específico e característico de configuração do espaço. Trata-se por um lado, da concentração de segmentos da população com maior poder político e econômico, identificados com os valores da modernidade, nas regiões centrais e mais valorizadas da cidade. Por outro lado e como corolário, temos a expulsão para as periferias das alteridades dissonantes, localizadas num estilo reconhecidamente “tradicional” ou “popular” de viver.

Com o objetivo de melhor compreender o contexto atual dos bairros de periferia de Porto Alegre, no qual essa pesquisa está baseada, proponho primeiramente uma breve incursão sobre a historiografia do processo de urbanização que forneceu as bases para uma segregação sócio-espacial urbana que hoje, naturalizada, separa a cidade e a sua população.

Em seguida, sem que com isso incorra no erro de tratar categorias ou grupos sociais como blocos estanques e sem conexão entre si, pretendo salientar as diferenças e especificidades que foram se produzindo a partir da saída de uma parcela da população para as periferias e os limites socioculturais que foram sendo criados. Trata-se, assim, de reconhecer a estreita relação entre a experiência do espaço e a cultura que ali se produz e de perceber sua expressão, produção e reprodução, no fluxo do tempo.

Atualmente, muitas das periferias urbanas viraram grandes centros populacionais que gravitam em torno de seus próprios núcleos produtivos e muito embora elas certamente não estejam de modo algum desconectadas do resto, poderíamos falar que são como cidades dentro de cidades. Entender os mecanismos que impulsionaram a conformação urbana atual pode nos ajudar a não subestimar a força e densidade histórica deste processo de segregação sócio-espacial, o qual se atualiza cotidianamente não apenas no nível das grandes cidades como também nessas outras cidades, invisíveis, que ela contém.

Enfim, pretendo neste momento trazer algumas considerações acerca do processo de constituição das periferias urbanas de Porto Alegre - processo semelhante ao vivenciado em outras capitais brasileiras - levantando alguns parâmetros necessários para a

compreensão das formas de sociabilidade urbana encontradas na região do bairro São José, local de realização desta pesquisa.

2.3.1 Porto Alegre entra na modernidade: o reordenamento urbano

Com as reformas urbanísticas do início do século XX, Porto Alegre passará por intensas transformações na organização do espaço e no imaginário da cidade. Em virtude do aumento populacional e desenvolvimento econômico, a elite dirigente formada pela burguesia comercial e industrial em ascensão, irá vislumbrar e propor uma remodelação do espaço nos moldes dos grandes centros urbanos modernos⁷.

A expansão de estradas em direção aos arrabaldes aumentava mais e mais o perímetro urbano que, no entanto, se mantinha concentrado predominantemente nas regiões centrais, próximas à península do Guaíba. Sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX, serão implementadas melhorias significativas com a urbanização dos largos centrais, implicando na limpeza e drenagem dos terrenos, e a implantação de serviços de coleta de lixo e saneamento básico, o que reorganizou e modernizou os espaços centrais da cidade (Monteiro, 1995). A ampliação das trocas com os mercados internacionais e o desenvolvimento econômico trouxeram novos padrões de vida e consumo, que por sua vez fomentaram o surgimento de novos parâmetros de conduta e de sociabilidade urbanas.

Segundo Monteiro (1995), será dentro desse contexto de urbanização crescente - intrinsecamente ligado ao crescimento econômico e populacional - que a elite local, apoiada pela imprensa escrita e pelo administrador da cidade Otávio Rocha, encontrará em meados de 1920 as bases para a realização de um projeto urbanístico que já vigorava em outras grandes capitais, tais como São Paulo, Rio de Janeiro e Paris. Isso significou não apenas uma intensificação dos trabalhos de urbanização da cidade mas, sobretudo, um redirecionamento ideológico no que tange à utilização e ocupação do espaço urbano que vigorava até então. A remodelação da cidade viria ao encontro das expectativas das elites comerciais e industriais emergentes, atendendo à sua demanda pela criação de meios para o crescimento econômico e por uma nova e moderna estetização da cidade e das sociabilidades públicas.

⁷ Vários são os fatores conjunturais que prepararam o terreno para a implementação de uma ideologia moderno-urbanística na Porto Alegre de 1920. Poderíamos ressaltar a crise política e a Revolução de 1923, a emergência de novos grupos sociais e a nova inserção do Rio Grande do Sul no cenário econômico nacional. Para uma melhor compreensão desse contexto político, econômico e social ver Monteiro (1995), Pesavento (1988) e Bakos (1986).

Conforme afirmou esse autor, a cidade, enquanto cenário e arena de disputas políticas e ideológicas, era percebida também como locus potencial para mudanças nos hábitos e comportamentos dos cidadãos. Se a conjuntura político-econômica pedia por transformações estruturais para que pudesse se desenvolver, era preciso também que se transformassem as formas tradicionais de organização e planejamento dos espaços urbanos. Assim, a política de remodelação urbana inaugura uma nova fase no âmbito das sociabilidades públicas, através da eleição dos modos e espaços apropriados à vida social nas cidades, eliminando tudo o que simbolizasse o atraso e a “imundície”. Tratar-se-á, cada vez mais, da disseminação de valores progressistas e higienistas como norteadores das ações e representações sobre o meio urbano.

Alguns indicadores apontados por Monteiro (1995) são reveladores do estrato ideológico que compunha as políticas de urbanização pública implementadas por Otávio Rocha. Assim, este autor demonstra como o montante que era destinado à ampliação dos serviços voltados às necessidades coletivas - como as obras de saneamento e fornecimento de água e luz elétrica - era significativamente inferior aquele investido na construção de espaços planejados para o usufruto preferencialmente das elites (parques e demais áreas de lazer).

Assistiremos, dessa forma, ao incremento e domínio do território central por parte das elites e de seus interesses. O centro, núcleo nevrálgico da cidade, tornar-se-á estranho e inacessível às camadas menos favorecidas que assistem à demolição de seus antigos espaços de socialização, bem como são forçadas através de mecanismos administrativos de sobretaxação fiscal a se retirarem do centro da cidade.

Segundo Monteiro (1995), a reforma tributária será um vetor político de grande importância servindo nitidamente como mecanismo de controle e direcionamento da organização e ocupação do espaço. Os cortiços, estalagens e porões estabelecidos em áreas centrais receberão uma taxa bem acima das demais habitações. A força do substrato ideológico das reformas tributárias pode ser percebida em trechos de textos impressos na época:

“Os aumentos feitos no imposto (...) não visaram renda e sim obrigar alguns proprietários renitentes a acompanharem o movimento progressista da cidade, promovido pelos capitais particulares e pelo poder público...”

“Visa este aumento obrigar os proprietários a modificar seus arcaicos prédios, que estão prejudicando essas ruas, e gozando, sem maior dispêndio de uma valorização rápida e parasitária.”⁸

Também os locais voltados ao lazer e divertimento urbanos serão mais severamente taxados do que os setores produtivos da cidade. Porém, dentre os locais para o “divertimento”, adverte Monteiro (1995), teremos um favorecimento nas taxas dos cinemas e teatros em detrimento aos bailes públicos, tabernas, botequins e cabarês. A campanha contra a prostituição, por exemplo, ressaltava como contrapartida os valores da maternidade e da infância. Conforme afirmou: “Trata-se de uma concepção ideológica ligada a reelaboração do imaginário social da cidade” (1995:63), a qual correspondia uma determinada moral do cidadão trabalhador e da família nuclear burguesa. A eliminação desses espaços considerados inadequados à conduta moral do novo homem trabalhador e chefe de família era, portanto, um objetivo a ser perseguido pelo poder público, mais especificamente, pelas elites que disputavam e dispunham desse poder.

2.3.2 A formação da periferia urbana porto-alegrense.

Conforme o que foi exposto anteriormente, nota-se que, para legitimar as reformas urbanas em curso e assegurar o desenvolvimento econômico e o controle político-social da cidade, as elites no poder irão travar uma luta sem trégua contra os hábitos das camadas menos favorecidas, localizados no espaço dos cortiços e botequins, na vadiagem, no alcoolismo, na prostituição, etc. Além disso, a tributação imposta para cobrir o déficit orçamentário - causado pelo incremento das reformas de urbanização da gestão de Otávio Rocha – recairá justamente sobre as classes trabalhadoras, moradoras dos cortiços, estalagens e porões e frequentadoras dos botequins e bailes populares. Assim, parece haver um “desvio” da função social das taxas públicas, que deveriam atuar no sentido de equilibrar a distribuição de renda dos cidadãos, servindo de instrumento de controle e implementação da nova ordem espacial e moral urbana.

Ao cidadão comum restavam apenas duas alternativas: adequar-se ao padrão de vida burguês, usufruindo livremente do centro e das vantagens trazidas pela

⁸ A Federação, Porto Alegre, 4-1-1926, p.2, citado em Monteiro (1995: pág. 65).

modernização da cidade – o que era financeiramente inviável para a maioria da população – ou lançar-se em busca de novas paragens, afastando-se gradativamente mais das regiões centrais. Pressionadas, as classes desfavorecidas acabarão por migrar para as periferias, levando consigo os hábitos e costumes que compunham as sociabilidades urbanas de até então.

Segundo afirmou Monteiro (1995), as festas de São João assim como a tradicional festa do Divino serão pouco a pouco transferidas para os arrabaldes, fato que denota novamente que a “tradição” estava, aos olhos dos “modernistas”, em desacordo com o progresso da cidade.

Dessa forma, percebe-se que o *ethos* “popular” não foi erradicado e tampouco converteu-se em um *ethos* “burguês”, mas foi expelido da cidade juntamente com os homens e mulheres pobres que habitavam os modestos e superlotados cortiços, os quais iam sendo demolidos e substituídos por obras grandiosas e edificações modernas. O empreendimento urbano teve como corolário, portanto, não a erradicação, mas a expulsão para as periferias daquilo que era identificado como influência negativa à cidade e à retidão moral do novo cidadão, o que se evidenciava nos discursos que versavam sobre os perigos da vadiagem, do jogo, da mendicância, da prostituição, do alcoolismo e da infância abandonada.

Embora pressionadas, as práticas e hábitos não hegemônicos ou “populares” não se extinguem nem se convertem, mas se deslocam e sub-repticiamente encontram nas periferias e na ilegalidade dos submundos urbanos novos territórios de expressão e (re)existência.

A política de urbanização das cidades permitia um maior controle sobre a vida pública dos cidadãos, no entanto, ela exercia pouco ou nenhum controle sobre os espaços periféricos ainda pouco tocados por ela. Nesse ponto, se por um lado teremos uma resistência histórica do poder público em investir seu apertado orçamento em obras para a melhoria das regiões fora do perímetro urbano, por outro haverá uma necessidade crescente de adentrar tais espaços para melhor controlá-los.

Assim, na ótica de Monteiro, dessa situação e da segregação sócio-espacial que dela decorreu, teremos o desenvolvimento de duas realidades distintas, porém intrinsecamente relacionadas: o centro e a periferia, o *ethos* “burguês” e o “popular”.

2.3.3 Periferias urbanas hoje: minha entrada no campo

Conforme argumentado anteriormente para o caso da cidade de Porto Alegre do início do século passado, as populações urbanas mais empobrecidas foram pouco a pouco sendo lançadas para longe dos núcleos produtivos da cidade. O elevado custo de vida nas regiões centrais e as altas tributações territoriais impediram ao cidadão comum de usufruir dos benefícios que as reformas estavam trazendo.

Em seus estudos sobre a cidade de São Paulo, Lúcio Kowarick (2000) identifica esse processo de exclusão sócio-espacial como um fenômeno de extrema atualidade e que caracterizaria grande parte das metrópoles sul-americanas. Conforme afirmou, “com a chegada de melhorias urbanas em áreas antes desprovidas, eleva-se seu preço econômico à medida que decai seu ônus social”, diminuindo, portanto, as possibilidades das camadas menos favorecidas de ali permanecer.

Poderíamos ressaltar que um agravante da contemporaneidade é o crescente desaparecimento de terrenos desabitados nos arredores das cidades, impelindo essas populações às zonas de maior risco ou de preservação ambiental, ou ainda, ao aglomeramento na ocupação dos terrenos, como no caso das favelas. Esse processo de expulsão para regiões cada vez mais distantes e descobertas pelo poder público, tratado anteriormente, se atualiza na escolha por locais ilegais ou impróprios para moradia como as regiões de “área verde” e as zonas de risco⁹.

Essa é a realidade de inúmeras famílias moradoras de bairros de periferia da capital gaúcha, como o bairro São José e adjacências. Em meu trabalho junto ao Sase-travessia, acompanhei pelo menos três famílias nessa situação. Eram famílias empobrecidas, chefiadas por mulheres, com 2, 3 e 6 filhos. Todas elas residiam em casas de madeira bastante precárias, com um ou dois cômodos. Todas estavam localizadas em área de risco, duas por desabamento (em vista da inclinação do terreno) e a outra por questões de higiene sanitária. Nesse último caso, trata-se de uma ruela de chão batido nas margens de um esgoto (teria sido um riacho algum dia?) que corre a céu aberto. Os habitantes, na sua maioria carroceiros, têm de compartilhar os poucos espaços de seus quintais com os cavalos, os quais realizam ali mesmo suas necessidades. Esta rua

⁹ Conforme política empreendida pelo DEMHAB (Departamento Municipal de Habitação), “área verde” são as regiões de preservação ambiental e as “zonas de risco” são impróprias para a moradia por incorrerem em risco para a vida, freqüentemente em função de riscos de desabamento e/ou inundação.

chamada de Rua Real, não obstante seu pomposo nome, é reconhecida como uma das mais precárias e mal cheirosas ruas do Campo da Tuca, o que faz com que seus moradores sofram discriminação por parte da vizinhança.

Durante esse período, realizei diversas visitas às moradias junto com Carla, assistente social responsável na região pelos dois únicos projetos de habitação “oferecidos” pelo DEMHAB: os programas de reassentamento e as casas de emergência (cubículos em madeira medindo 3,50m X 2,50m, sem banheiro). “Oferecidos” está entre aspas porque na época – meados de 2004 – não havia nenhum programa de reassentamento acontecendo (apenas uma longa lista de demandas reprimidas), e as casas de emergência não podiam ser “oferecidas”, pois se tratava de “áreas de risco” e assim não era possível a colocação dessas casas nesses terrenos. A única alternativa seria encontrar algum terreno regular “disponível”, mas de que jeito?

Outra característica importante das formas de ocupação dos espaços e construção das casas nas periferias urbanas atuais pode ser compreendida a partir da noção de casa “autoconstruída”, levantada por Kowarick (2000), ainda que em seu estudo esse autor estivesse se referindo principalmente às casas construídas entre as décadas de 1950 a 1970. Nessa época, segundo o autor, existia a possibilidade para as classes trabalhadoras de angariar recursos para a realização do “sonho da casa própria”, seja através da venda das férias, ou de horas extras de trabalho. Esta modalidade de (auto)construção se tornava possível, pois eram os próprios moradores os principais responsáveis pelo planejamento e execução das obras.

Mas o sentido de casa “autoconstruída” levantado por Kowarick (2000) poderia ser ampliado para designar os constantes arranjos e re-arranjos pelos quais passam as casas e os barracos de periferia nos dias de hoje. Ou seja, assim como nas instabilidades da vida cotidiana, a paisagem da periferia envelhece em um eterno devir, nada é acabado ou definitivo, mas vale-se das bases orgânicas de seu passado para se “autoconstruir” - seja para cima, para o lado ou para dentro. Tudo acontece em um constante processo de adaptação e resignificação dos espaços.

Nesse sentido, o casamento de um filho, o nascimento de uma criança, a separação de um casal, assim como a entrada inesperada de recursos, a aquisição de um novo emprego, ou o ingresso da família em programa do governo, podem ser desencadeadores do processo de multiplicação - e divisão - do espaço doméstico.

Algumas mulheres que conheci e que tinham ingressado em PETI¹⁰, abriram conta na ferragem do bairro “para levantar o banheiro” ou “aumentar a casa”. Em um dos casos, uma moça havia feito faxinas durante um ano inteiro sem nada receber, pois havia combinado com a patroa, sua vizinha, que o dinheiro seria “depositado” na ferragem da esquina. No momento, ela já havia conseguido comprar o material necessário para a construção do banheiro, porém ainda não tinha quem fizesse o serviço.

Não há, na maioria das reformas realizadas, um planejamento prévio do espaço ou a contratação de mão de obra “especializada”. Parece que tampouco existe o interesse em obter lucros com a revenda do imóvel, como é corrente entre as classes mais favorecidas, por exemplo. Assim, os resultados obtidos nesse empreendimento dependerão basicamente do fôlego orçamentário e da mão de obra disponível. Claro que, dentro dessa lógica geral, é possível encontrar uma série de arranjos e condições particulares para a realização do projeto. Quando não se tem, por exemplo, mão de obra suficiente dentro da família, lança-se mão das relações de compadrio ou negocia-se a feitura de partes da casa com vizinhos próximos e com mais experiência. Também existem variações quanto ao tipo e a qualidade do material a ser utilizado, que poderá ser adquirido em lojas de ferragem, em depósitos e usinas de reciclagem, em trocas com a vizinhança ou mesmo nas ruas. Em cada caso, materiais diversos serão adquiridos dependendo do que estará sendo ofertado no momento, assim como do orçamento - e gosto - do freguês. Seja para a construção de casas em “material”, com portas, janelas e revestimentos, ou barracos construídos boa parte com restos de tábuas e material de demolição.

Conforme Kowarick (2000), da casa de alvenaria ao barraco da favela, todos querem a segurança de um teto para os momentos de crise, desemprego, doença, acidente e toda a sorte de instabilidades que caracterizam a vida nas periferias urbanas. É essa instabilidade vivida cotidianamente que faz da moradia de aluguel uma opção inviável. Por mais precária que seja, ter a própria casa é sempre um objetivo e uma necessidade para a população trabalhadora sujeita “às intempéries do sistema econômico” (Kowarick, 2000).

De fato, durante os três anos em que frequentei alguns bairros da periferia de Porto Alegre, não conheci nem um caso de famílias que morassem de aluguel. A situação mais freqüente, quando não se tinha uma casa própria e nem mesmo alguma cedida pela

¹⁰ Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do Governo Federal.

família de origem, era a construção ou a aquisição de casas em contratos de prestações fixas. Um destino possível das bolsas dos programas governamentais é o pagamento das prestações da compra de algum “cantinho” próprio. “Cantinho”, porque com a quantia de que dispunham nesses casos, normalmente se tratava de construções bastante precárias, cujos antigos donos conseguiram alguma ascensão social e a troca de residência.

Meus próprios dados de campo reforçam a hipótese de Kowarick (2000) de que dentro do contexto de vida instável das classes menos favorecidas economicamente, é preferível a moradia precária, mas “própria” (como o barraco de favela), do que depender do aluguel ou ainda viver de “favor”.

Porém é preciso ressaltar que o barraco da favela, embora seja uma modalidade mais “segura” do que o aluguel, não corresponde de forma alguma ao status da “casa própria” tradicional. Ao contrário, conforme afirmou Kowarick (2000), o barraco de favela, assim como o cortiço, representam o contraponto material e simbólico do sonho da casa própria. Sendo assim, os moradores das favelas estariam sujeitos a uma condição de existência discriminatória, constituindo-se a favela no “último reduto da escala habitacional” (2000: 87).

2.3.4 A periferia é uma cidade dentro da cidade?

A diversidade, a discriminação e os antagonismos não são privilégios das relações entre “ricos” e “pobres”, ou entre o “centro” e a “periferia”. A heterogeneidade social e econômica também se verifica dentro das periferias e aparece, por exemplo, na diversidade das moradias que ali se avizinham e nas diferentes configurações de pobreza e prosperidade que são materializadas nas construções das residências e que podem ser encontradas lado a lado. No entanto, a organização do espaço define certos limites internos e, pode-se dizer de uma maneira geral, que as melhores casas, as casas de alvenaria, estão localizadas mais próximas das ruas de asfalto e/ou do comércio local. Já os barracos e as residências mais simples situam-se dentro de bolsões de miséria ou “favelinhas” incrustados por entre as grandes ruas. O acesso a essas favelinhas se dá de forma irregular pelos becos e ruelas estreitas que desembocam nas ruas principais e que podem, muito facilmente, passarem despercebidos ao recém chegado.

Em sua etnografia sobre as relações de gênero e violência em grupos populares de Porto Alegre, Fonseca (2000) irá dirigir sua atenção para as práticas e os discursos de distinção social nesses grupos, buscando compreender os valores e regras sociais subjacentes e que criam redes de relações e sentidos. Para essa autora, o que deve ser enfatizado no contexto da vila onde realizou suas pesquisas é justamente o seu caráter heterogêneo: “a observação de rotinas cotidianas revela (...): a heterogeneidade socioeconômica do bairro, vivenciada pelos próprios moradores” e acrescenta, “no grupo descrito (...), são as rivalidades e antagonismos internos que tecem os fios da coesão” (2000:91).

Assim, Fonseca demonstra que ali onde a miséria está tão próxima, diversas estratégias de distinção têm de ser cotidianamente dinamizadas nos processos de negociação das identidades. O tipo e a localização da moradia revestem-se, nesse sentido, de grande valor simbólico. Segundo afirmou, nos processos de aquisição, troca ou renovação das casas segue-se uma ordem crescente e hierárquica: da madeira ao tijolo, do “tradicional” ao “moderno”.

Os valores do “progresso” social estão bem presentes ali, lembrando-nos daqueles encontrados nas reformas urbanísticas da Porto Alegre do início do século. Um “progresso” que incorre não apenas em uma determinada visão de ascensão social como também de fracasso, e nesse caso, trata-se sem dúvida dos “favelados” e de toda a (i)moralidade que passa a ser atribuída a eles. Dessa forma, os elementos que passam a determinar diferenciações e segregações sócio-espaciais nas periferias, não estarão apenas restritos à condição econômica ou ao tipo de moradia dos sujeitos, mas atinge também, e com pleno vigor, um tipo de moralidade específica relacionada a eles.

Se, por um lado, o Morro da Cruz, localizado na periferia de Porto Alegre, apresenta grandes índices de pobreza sendo alvo, portanto, das políticas de assistência social do município, por outro, também possui um grande número de residentes que, assim como a grande parte da classe média, encontra formas mais ou menos estáveis de inserção econômica. Em vista disso, adquirem dentro da comunidade, e até fora dela, espaços de poder e prestígio que lhes conferem uma posição social de destaque.

Enfim, quero apontar aqui para a heterogeneidade de condições, recursos e posições sociais, que estão, em parte, relacionadas às diferentes origens da população que ali vive e, em parte, com a constituição de redes sociais mais ou menos amplas e influentes de ajuda mútua. Redes de relações sociais, hierárquicas e assimétricas em grande medida e

que invariavelmente são atravessadas por territórios de sentidos das classes mais abastadas.

No próximo capítulo, através do mapeamento e de descrições etnográficas do meu universo de pesquisa, espero comunicar algo dessa heterogeneidade ao mesmo tempo em que busco construir o cenário onde vivem os sujeitos que são o foco desse estudo.

Capítulo 3

Universo de pesquisa

Notas de diário de campo:

25 de outubro de 2006 - *É perto das dez da manhã. Fiz o trajeto por entre as ruelas de chão batido que me conduzem por atalhos do ponto de ônibus, localizado no centro comercial do morro, até a creche. No caminho, chamou-me a atenção a mistura de sons que vinham das residências e desembocavam nos ouvidos dos passantes. Os rádios ligados traziam músicas de diversos estilos e pregações religiosas. O estilo das casas, a porosidade ou precariedade dos materiais utilizados, o tamanho reduzido dos terrenos, a estreiteza das ruas, tudo parecia contribuir para criar uma situação de maior permeabilidade entre o que acontecia dentro e fora do espaço doméstico. A sociabilidade das pessoas dava-me uma sensação de que todos ali se conheciam e que a minha presença já tinha sido, de um modo ou de outro assimilada. Os cumprimentos agora partiam das mulheres que, todas as manhãs, encontro sentadas na rua de chão batido e irregular em frente aos seus casebres de madeira em meu percurso até a creche. Os homens também estão por perto, envolvidos em atividades de construção das casas ou passando sei lá para onde. Também eles me cumprimentam com o olhar ou um aceno de cabeça. A maioria das casas ali tem aquele aspecto de “em acabamento”, mas na realidade as obras estão paradas ou acontecem a passos lentos. Hoje dois homens carregavam material para o terreno da esquina, onde levantam as paredes de uma casa que estive por algum tempo estacionada. Também hoje vi homens trabalhando em outra casa bastante precária que estive lacrada até então e agora ganha novas janelas e uma pintura. São quase dez da manhã e apesar do sol forte bate uma brisa reconfortante no alto do morro. (...)*

3. 1 O bairro São José e adjacências

“Aí pelo ano de 40, pouco antes ou pouco depois, gente das classes mais modestas da nossa cidade [...] começou a procurar essa zona da avassalante capital para construir, como pudesse e onde pudesse, a sua moradia. Surgiu então a famosa Vila São José. Foi, na verdade, um núcleo suburbano que se desenvolveu aos poucos, meio clandestino, e que de fato engendrou a primeira vila marginal de Porto Alegre.” (Sanhudo, citado por Franco, 2006)

O bairro São José, conhecido também como “Morro da Cruz”, constituiu-se a partir dos espaços delimitados pelos bairros vizinhos Partenon e Vila João Pessoa em direção aos morros¹¹. Segundo Fonseca (2000), originalmente não se tratava de uma vila de invasão, mas de um território loteado pela prefeitura em meados da década de 50 a fim de instalar as populações dos cortiços que vinham sendo retiradas das regiões centrais da cidade. Não obstante, conforme afirma esta autora, durante a década de 1980 o Morro da Cruz será considerado como a maior vila de invasão da área metropolitana de Porto Alegre.

Em seu estudo sobre parentesco em grupos urbanos de baixa renda - o qual inspirou em grande medida esta pesquisa -, Fonseca busca definir a população que ela pesquisou em contraste a outros grupos urbanos, caracterizando-a como: *levando uma “vida em sanduíche” – entre subproletários e trabalhadores ascendentes -, representa(ndo) uma categoria solidamente no meio dos grupos populares* (2000: 90). Assim, ressalta que embora trate-se de uma comunidade com contornos mais ou menos nítidos, o que se destaca ali é uma heterogeneidade de condições socioeconômicas com tendência a diminuição de *status* à medida que se sobe o morro. A autora demonstra que é possível verificar no bairro São José e adjacências um mosaico social de acentuado contraste, o qual tende a localizar bolsões de miséria nas subidas e topo do morro, e as casas de alvenaria e aqueles em melhores condições de vida mais abaixo, ou perto da faixa (grande avenida que faz a ligação com o resto da cidade). Muito embora

¹¹ O bairro São José pertence à Região 7 do Orçamento Participativo e tem 30.164 habitantes, representando 2,22% da população do município. Com área de 3,56 km², representa 0,75% da área do município, sendo sua densidade demográfica de 8.473,03 habitantes por km². O rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 4,0 salários mínimos (Fonte: Site ObservaPoa, desenvolvido pela Companhia de processamento de dados do município de Porto Alegre - PROCEMPA).

se deva ressaltar que se trata apenas de uma tendência e não uma regra, visto que tanto em cima quanto em baixo do morro encontraremos riquezas e pobreza com diferentes proporções e estilos.

Nesse estudo, Fonseca enfatiza a importância das identidades negociadas dentro da própria comunidade, entre vizinhos e nas redes familiares para perceber *as correntes de rivalidades e antagonismos* como expressões das múltiplas possibilidades identitárias que compõem o cenário cotidiano do morro. Seu enfoque buscará com isso se distanciar de uma análise cujo ponto de partida seja predominantemente os valores das classes dominantes que, ao identificar as assimetrias de poder existentes entre as classes, poderia acabar reificando uma identidade de submissão atribuída ao pobre, ocultando outras possibilidades de expressividade entre as camadas populares.

Ao identificá-los como *levando uma vida em sanduíche*, Fonseca irá demonstrar como os moradores deste bairro, equilibrando-se entre escassez e prosperidade, acionam uma série de táticas para se afastar ou aproximar simbolicamente das identidades que estão em jogo. Neste movimento dinâmico que busca garantir para si um *status* privilegiado, criam-se aberturas ou cerram-se portas nos processos de alianças e de manutenção das redes de sociabilidades que sustentam a vida no morro.

Um exemplo concreto – literalmente – sobre as estratégias de distinção social foi citado anteriormente e se refere à preferência pelas casas em material ou alvenaria que adquirem no contexto das periferias urbanas um símbolo de *status* e de modernidade. O bairro Partenon, logo embaixo do Morro da Cruz, abriga grande parte das casas em alvenaria e prédios residenciais da região, servindo como modelo de sucesso e prosperidade para as regiões adjacentes.

Pode-se ter uma idéia dessas diferentes configurações sócio-espaciais que caracterizam a paisagem do Morro da Cruz e adjacências a partir dos indicadores que apontam para 91% dos moradores do bairro São José morando em casas, grande parte delas ainda em madeira. Logo embaixo, no bairro Partenon, as casas, boa parte delas em alvenaria, dividiriam o espaço com os prédios residenciais, os quais representam 31% das opções de moradia.¹²

As diferentes condições de vida nos dois bairros vizinhos podem também ser verificadas nos índices de desenvolvimento humano, levantados a partir dos indicadores

¹² Todos os dados apresentados aqui têm como base o censo demográfico do IBGE/2000 e estão citados no site do Observatório de Porto Alegre feito pela PROCEMPA.

de escolaridade, renda média e composição etária (Dagnino, Guadagnin, Snel, 2006). Dos 78 bairros de Porto Alegre, o bairro Partenon ficaria com o 45º lugar, enquanto que o bairro São José estaria na 68ª posição. Esse indicador aponta não apenas para uma distância nos níveis de desenvolvimento humano dos dois bairros, como também para a própria posição desprivilegiada do bairro São José com relação ao restante da cidade.

Mas as fronteiras entre um bairro e outro, entre uma realidade social e outra, não são claras, tampouco são rígidas, e é nesta permeabilidade que se dinamizam as estratégias e práticas de distinção social. Processos que, ao mesmo tempo em que empurram, paradoxalmente, para baixo aqueles que ascendem socialmente (Fonseca, 2000) também criam pouco a pouco novos territórios de maior e menor prestígio na região. Até porque a separação por bairros é um recorte circunstancial e exterior sobre uma realidade viva e em constante transformação.

Assim, encontramos no bairro São José, microregiões que, ao se desenvolverem a partir de trajetórias distintas na história local, acabam por adquirir um relevo diferenciado na paisagem concreta e imaginada do morro. É o caso da Zona do Agreste que, segundo uma moradora, se trata de invasão recente. O local é tomado por pedras e areia o que dificultava a construção de moradias, mantendo a região intacta por muitos anos. Em vista do crescente aumento populacional e da falta de melhores opções, hoje a zona do Agreste encontra-se completamente tomada por casas em madeira muito precárias. Alguns moradores se referem ao local como “a favelinha” e identificam-no como uma das zonas de maior pobreza na região.

As práticas de distinção social entre os moradores do morro se reproduzem e se perpetuam em função de que as famílias que ascendem socialmente tendem a permanecer no bairro. Conforme argumentou Fonseca (2000), “Se antigamente as famílias ascendentes conseguiam sair do bairro para se instalar em vizinhanças mais elegantes, o contexto atual as constringe a ficar. Sair? Para onde?” (2000: 93). Segundo essa autora, a permanência no bairro se justifica, por um lado, em vista dos preços proibitivos dos terrenos nas regiões mais nobres e centrais da cidade e, por outro, pela crescente valorização do bairro em vista da sua relativa proximidade com o centro e das melhorias pelas quais vem passando nas últimas décadas.

Paula¹³, que mora há 20 anos no Morro da Cruz, dá seu depoimento a esse respeito:

¹³ Todos os nomes foram trocados para preservar a identidade dos nossos informantes.

Carolina: “E se tu fosse sair do morro, pra onde tu iria?”

Paula: “Poderia ir pra qualquer lugar, mas acho que não sairia do morro, gosto daqui. Pior era quando o ônibus não subia, já imaginou? Faz pouco que ele vem até aqui em cima, antes a gente tinha que subir a pé. E isso tem o quê? Uns 7 ou 8 anos... Hoje isso aqui é um bairro. Antes não tinha nem telefone. Pra qualquer coisa tu tinha que descer o morro. A tendência é melhorar”.

Sem dúvida, houve nas últimas décadas uma melhora significativa em termos de infra-estrutura das ruas, casas e saneamento básico no morro. O percentual de casas sem banheiro ou serviços de água e coleta de lixo, por exemplo, é bastante reduzido, entre 2% e 4%. No entanto, essa melhora não significou a equiparação das condições socioeconômicas com relação aos bairros mais favorecidos no entorno, tampouco, proporcionou o mesmo tipo de acesso aos serviços disponibilizados.

Se por um lado os números nos apontam as melhorias que efetivamente vêm ocorrendo no bairro, por outro, podem desviar nossa atenção com relação as condições e os usos que são feitos desses serviços na prática. Assim, ter acesso a água e luz, por exemplo, não significa que se tenham as condições necessárias para manter as contas em dia. A grande maioria das famílias que acompanhei durante meu trabalho no projeto tinham ligações elétricas irregulares, os conhecidos “gatos”. As instabilidades financeiras não permitiam a manutenção de contratos de prestação de serviços com a CEEE¹⁴. Por outro lado, viver sem energia elétrica parece impensável para qualquer grupo familiar urbano. Assim, bastava que um funcionário da companhia elétrica terminasse de “consertar” a rede local – ou seja, efetuasse o desligamento dos “gatos” – para que novas ligações irregulares fossem feitas. Lembro-me de ter visto essa cena algumas vezes: um funcionário da CEEE em cima da escada fazia seu trabalho enquanto a comunidade ao redor já se articulava para não ficar sem luz, ou seja, para reparar os danos causados pelos consertos na rede elétrica. Verdadeiras redes de reciprocidades eram acionadas para a realização do novo “conserto” das redes alternativas de energia.

A relação dos moradores do bairro São José com a educação formal é outro exemplo para pensar os diferentes usos e apropriações dos valores da modernidade. Se compararmos novamente o bairro São José com seu vizinho mais próspero Partenon,

¹⁴ Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica

veremos que os índices oficiais de alfabetismo não indicam uma grande discrepância entre eles.

Índices de alfabetização:

Bairro	População alfabetizada*	Analfabetos
Partenon	96%	4%
São José	94%	6%

*População com mais de 15 anos:

Se essas estatísticas parecem bastante otimistas, devemos lembrar que, entre ser alfabetizado e ter passado três, oito ou quinze anos nos bancos escolares há uma enorme diferença. Nesse sentido, quando verificamos os dados de cada bairro referentes a quantidade de anos dedicados aos estudos, diferentes trajetórias educacionais se revelam. Se no bairro Partenon teremos cerca de 45% da população abandonando o ensino formal antes de completarem 8 anos de estudos, no bairro São José, esse percentual chega a 75%.

Essas diferentes trajetórias no âmbito do ensino formal, conforme veremos em capítulo posterior, refletem não apenas condições desiguais de acesso ao ensino, mas também diferentes usos e sentidos que os anos de estudo acumulados adquirem no cotidiano das diversas famílias, definindo - e restringindo - desta forma, escolhas e percursos sócio-educacionais.

3.2 Sobre os recursos públicos disponíveis no bairro

O bairro São José dispõe de quatro escolas – duas municipais e duas estaduais –, quatro creches comunitárias conveniadas com a prefeitura, uma delegacia de polícia e dois postos de saúde. A região é também atendida pelas políticas de assistência social do município através do Módulo de Assistência Social, localizado em uma casa no pé do morro.

No Módulo de Assistência Social¹⁵ acontecem duas vezes por semana os atendimentos à comunidade. Nesses atendimentos, os profissionais – na sua maioria mulheres assistentes sociais, psicólogas ou estagiárias – recebem as demandas de

¹⁵ Os dados aqui apresentados foram colhidos durante minha experiência como profissional trabalhando com as equipes do Módulo de Assistência Social da região entre os anos de 2004 e 2005.

auxílio e/ou orientação das famílias residentes na região. No resto da semana, são desenvolvidos os atendimentos de grupos, visitas domiciliares e reuniões com demais profissionais da rede de proteção social.

Os pedidos de apoio dirigidos às profissionais do Módulo englobam as mais diversas problemáticas, que vão desde as demandas por recursos financeiros, emprego, moradia, até orientações sobre como proceder com relação a questões de doença, conflitos com a lei, pedidos de pensões alimentícias, etc. As pessoas são então orientadas no sentido de “buscarem seus direitos” dentro das políticas adequadas para cada caso, embora, certamente, boa parte das demandas por recursos fique sem possibilidade de resolução efetiva tendo em vista que não há, fora do âmbito da Assistência Social, políticas de peso voltadas a esta população e que equilibre as desigualdades socioeconômicas existentes no município.

Dentre as atividades e recursos disponibilizados pelas políticas de assistência social estão o vale-transporte, o encaminhamento gratuito de documentação, cestas básicas, projetos de geração de trabalho e renda para mulheres e programas com bolsas mensais – como o Bolsa Família, NASF e PETI – e atividades sócio-educativas para crianças e adolescentes – Sases e Trabalho Educativo¹⁶. Todas essas atividades e recursos são limitados e a população demandante precisa não apenas estar dentro dos critérios estabelecidos – situações emergenciais ou de risco social - como também contar com a sorte de haver o recurso disponível no momento.

A seguir apresento mais detalhadamente dois destes serviços públicos voltados ao atendimento e proteção infantil e que são importantes veículos de disseminação e implementação do ideário de proteção que caracteriza os serviços e o poder público. Trata-se de uma creche comunitária, ligada a Secretaria da Educação (SMED) e de um programa voltado para a erradicação do trabalho infantil (PETI), executado pela Fundação de Assistência Social e Cidadania do Município (FASC). Foi nesta creche que realizei entre agosto e dezembro de 2006 a parte etnográfica desta pesquisa através da observação-participante do seu cotidiano. A partir deste contato e das relações que ali se estabeleceram realizei entrevistas, visitas domiciliares e muitas conversas informais que me renderam preciosos subsídios para pensar e tentar compreender quais

¹⁶ PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e NASF (Núcleo de Apoio Sócio-familiar), ambos voltados ao atendimento de famílias em vulnerabilidade social e econômica com o repasse de bolsa mensal de R\$200,00(no caso do PETI são 40 reais por criança provenientes de orçamento federal + o valor necessário para completar os 200 reais, repassados pelo município); SASE (Serviço de Apoio Sócio-educativo) para crianças de 7 a 14 anos no turno inverso a escola; TE (Trabalho-educativo) para adolescentes de 14 até 18 anos incompletos, também no turno inverso a escola.

são e como se articulam na prática as noções de proteção à infância dos meus informantes.

A análise sobre o PETI toma como base, além da minha própria experiência anterior como parte da rede executora dessa política, as trajetórias de algumas famílias beneficiadas pelo programa e nos revela algo sobre o lugar que essas políticas têm ocupado nas dinâmicas das famílias encontradas em minha pesquisa de campo. Além disso, o PETI é um programa que se universalizou atendendo crianças e famílias por todo o Brasil e, nesse sentido, ele encarna claramente os pressupostos modernos de infância e de proteção. Nossa análise sobre os efeitos de implementação desse programa apontam para as tensões existentes entre tais pressupostos de infância universal e as noções de infância praticadas em um contexto de periferia urbana como é o caso do Morro da Cruz. Essas tensões que surgem da tentativa de adequar projetos sociais e realidades sociais são, portanto, fontes privilegiadas de acesso as alteridades do morro.

3.3 Creches comunitárias: de direito universal a privilégio de poucos ou os efeitos de políticas de baixo investimento público

O acesso a creches é um direito assegurado pelo ECA¹⁷ desde a sua implementação em 1990. No entanto a sociedade brasileira nunca chegou a alcançar uma situação político-social que fosse efetivamente favorável à implementação deste direito. O que temos na prática é uma enorme demanda reprimida pela escassez de vagas e de recursos.

O bairro São José possui 4 creches comunitárias conveniadas pela prefeitura do município e todas apresentam uma rotina de escassez de recursos e de atendimentos inferiores às demandas locais. A creche do Morro da Cruz onde realizei minha pesquisa pode ser considerada privilegiada. Segundo nos informou Terezinha, assistente social e coordenadora da creche, cerca de 40% dos recursos da instituição têm sua origem fora dos limites públicos, provenientes de uma congregação religiosa estrangeira a qual desenvolve trabalhos junto a diversas comunidades carentes por todo o Brasil.

No entanto, ela referiu também que, muito embora eles tenham de fato uma posição privilegiada quando comparados a outras creches que não têm esse apoio

¹⁷ Artigo 54, IV: “É dever do Estado assegurar à criança de zero a seis anos o atendimento em creches e pré-escolas.”

alternativo, isso não significa que a rotina da casa não seja marcada por restrições materiais. Segundo a coordenadora, a instituição não consegue dar conta do número de crianças que anualmente são inscritas em lista de espera. Para o ano de 2007, haveria uma lista com 90 nomes e apenas 15 vagas em aberto, sendo a sua quase totalidade para o primeiro ano do berçário (para os outros anos, dificilmente há a abertura de vagas visto que são raros os desligamentos de alunos da creche antes da sua conclusão, aos seis anos).

Embora a Secretaria Municipal de Educação (SMED) proíba a cobrança de taxas ou de mensalidades das famílias beneficiadas com o serviço das creches, não é raro ouvir relatos de creches conveniadas pelo município que cobram algum valor pelo seu serviço. De fato, os recursos repassados pela prefeitura são bastante reduzidos e as creches que não possuem outras fontes de renda precisam, invariavelmente, contar com algum tipo de apoio da comunidade.

Mesmo a privilegiada creche do Morro da Cruz estimula os pais a contribuírem de alguma forma, seja com algum dinheiro para despesas gerais (normalmente dez reais), ou produtos de uso diário, como pasta de dentes, sabonetes, fraldas e papel higiênico.

Esse modelo de política com baixo investimento público e que atende a “infância pobre” é, conforme afirmou Rosemberg (2002), também o modelo que vem sendo preconizado pelas organizações internacionais que, ao constatarem que os países pobres não teriam recursos necessários para implementar a “universalização da educação infantil”, acabam por estimular essa universalização a “qualquer custo”. Além de ancoradas em princípios econômicos, essas políticas supõem ainda uma determinada visão de infância fundamentada, segundo referiu a autora, em teorias sobre a importância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento da criança. Segundo essa perspectiva é preciso proteger os primeiros anos de vida da criança para que se assegure o bom desenvolvimento do capital humano e com isso se chegue a superação da pobreza.

As creches teriam nesse sentido um duplo papel – protetivo e educativo – e essa seria, segundo Rosemberg (2002), outra característica das políticas de Educação Infantil voltadas especificamente para crianças pobres. Enquanto nas camadas médias e altas a preocupação nos Jardins de Infância volta-se prioritariamente para as atividades educativas, com profissionais graduados, espaço físico e material pedagógico de qualidade, as crianças provenientes das camadas menos favorecidas teriam acesso a

políticas de educação no estilo das creches comunitárias, com profissionais com pouca qualificação e baixo investimento público.

Para o ano de 2007, Terezinha referiu-nos que os principais critérios propostos pela instituição para a seleção dos beneficiados com vaga na creche serão: 1. Famílias com mães que trabalham fora e 2. Risco social da criança, especialmente casos de desnutrição. Levando em consideração tais critérios, podemos perceber que o benefício desse serviço está fortemente vinculado a um sentido de proteção, mais até do que de educação - muito embora as creches comunitárias integrem as políticas de Educação e não mais de Assistência Social desde 1996¹⁸. As participações intensas de assistentes sociais tanto na seleção e acompanhamento das famílias quanto na própria coordenação das creches atestam essa tendência.

3.3.1 Tensões com a comunidade

“Com a antiga direção foi um problema, as mães se revoltavam. O clima com a comunidade estava insuportável. Quando eu cheguei tive que enfrentar essa situação. E a minha sala não me dá proteção nenhuma, essa mesa não tem proteção”. “Como assim?”, perguntei. “Aqui ó, os móveis, a mesa assim, eu não tenho como sair. Fico acuada, não tem proteção pra mim. Uma vez, uma botou a cadeira em mim, graças a deus que conseguimos segurar a tempo.”

Esse trecho de diálogo com Terezinha exemplifica um clima latente de tensão nas relações entre os funcionários da instituição e a comunidade. A seleção das famílias que serão beneficiadas com vagas é um desses vetores de conflitos. Com a ingrata tarefa de escolher os mais necessitados dentre os necessitados, a coordenação da instituição precisa ter algum jogo de cintura para lançar mão de critérios de seleção que visem não apenas beneficiar as crianças e famílias mais necessitadas, mas também que sejam capazes de incorporar algumas regras de alianças locais, caso queiram manter uma boa relação com a comunidade. Assim, abrigar o filho de uma líder comunitária pode ser uma estratégia de aliança importante. O mesmo acontece com a inclusão de crianças encaminhadas por colegas de outros serviços ou pelos conselheiros tutelares, com os

¹⁸ Ano em que a nova LDB (Lei de Diretrizes Básicas) conferirá à Educação a responsabilidade pelas creches, até então “sob as asas” da Assistência Social.

quais se busca manter uma reciprocidade profissional e amistosa para o bom funcionamento da rede de proteção à infância.

Todos esses aspectos precisam ser levados em conta na hora de lançar mão das vagas e certamente não será possível contentar a todos.

“Este ano (2006), todas as famílias que entraram (na creche) eram famílias em risco social. Essa situação nos causou um grande problema com a comunidade que considerou um absurdo as mães trabalhadoras não terem chance de vaga. É uma situação complicada porque você salva as que estão em risco e põem em risco as que estão bem, as mães que estão empregadas. As mães vinham aqui com o bebê no colo, dizendo que tinham que ir trabalhar e não tinham com quem deixar”.

Embora, conforme afirmamos anteriormente, o acesso a creches públicas seja um direito universal garantido por lei, o número insuficiente de vagas parece ser percebido pelas famílias não enquanto uma falta de atenção pública para com os “direitos do cidadão”, mas como uma responsabilidade única e exclusiva da creche. Mais do que isso, a escassez de vagas parece ser naturalizada em meio a uma escassez de recursos mais ou menos generalizada que caracteriza o cotidiano nos contextos de maior pobreza. Assim, cria-se uma situação onde as vagas são disputadas de forma pessoalizada, onde quem estiver mais bem situado no ranking das piores situações levará a melhor.

Ao invés de uma disputa política com os gestores responsáveis pelo não cumprimento da lei de universalidade das creches públicas, o que vemos são disputas individuais dirigidas muito frequentemente a pessoa da coordenadora. Nos casos em que essa rede “não flui” e algum profissional (ou mesmo uma mãe mais esclarecida) não consegue vagas para as “suas” crianças, aí sim possivelmente serão feitas referências ao não cumprimento da lei.

3.3.2 A “mão de obra local”

Segundo nos contou Terezinha, a própria direção da SMED, consciente da insuficiência dos recursos que são disponibilizados às creches públicas, estaria incentivado a participação “voluntária” das mães em atividades como a limpeza das salas e demais espaços da creche. No entanto, embora Terezinha afirme estar de acordo

com a idéia de envolver as mães em atividades na creche, refere que a instituição tem como norma não adotar essa modalidade de auxílio. Segundo relatou, a equipe de funcionários chegou a experimentar a inclusão de mães em algumas atividades de limpeza, porém a ameaça de uma possível disputa judicial por direitos trabalhistas foi o suficiente para que o padre e diretor da instituição tenha se colocado terminantemente contra: “O padre não pode nem ouvir falar”. E ele tem seus motivos.

A creche do Morro da Cruz foi fundada há cerca de 15 anos atrás pelo já falecido padre Ângelo. Segundo relatos de moradores mais antigos, ele era uma figura muito carismática e querida na comunidade, qualidades que teriam lhe rendido inclusive o apoio dos traficantes que controlavam o morro na época. Terezinha contou que a construção da creche teria sido realizada por membros da própria comunidade, através de trabalho “voluntário”. Anos depois, muitos destes trabalhadores “voluntários” teriam entrado na justiça contra a instituição ocasionando, segundo relatou, enormes dívidas trabalhistas.

Mas esse não seria o único motivo que afastaria a idéia da participação voluntária da comunidade na manutenção da creche. Terezinha refere que estaria havendo uma “distorção” cada vez mais freqüente das atividades ditas “voluntárias”: “Além do risco de um processo trabalhista, tem a situação de necessidade mesmo. Uma mãe que veio trabalhar como voluntária uma vez me pediu dez reais no fim do dia. E eu entendo a situação, que as coisas tavam difíceis em casa. Além do mais, ela tinha passado o dia trabalhando. Não tive como recusar. Tirei do meu bolso e dei. Mas assim não tem como funcionar!”

O que Terezinha está chamando de “distorção” talvez seja a impossibilidade, por necessidade ou por descrença, de adesão a um “altruísmo” para o qual apenas as camadas mais favorecidas podem se dar ao luxo.

3.4 O Programa de erradicação do trabalho infantil – PETI

Diário de campo

16 de outubro de 2006 – *Hoje havia combinado de ir à casa de Lídia. Assim que cheguei na escola do Morro da Cruz liguei para que fosse me encontrar na parada do ônibus. Seguimos por uma rua de chão batido, que estava bastante empoçado devido à chuva de ontem. No final da rua entramos em um beco que subia em direção ao cume do morro. Cheio de curvas e encruzilhadas, ela me guiava mais para a direita, onde*

enfim chegaríamos a sua casa. Comentei que eu já havia estado ali, quando trabalhava em um projeto no morro, mas que tínhamos desistido de seguir por esta trilha com receio de nos perder naqueles caminhos estreitos e também por medo dos cachorrões, presos por uma pequena corda de pano, que latiam para nós. Apesar de uma certa dificuldade com as pedras, o barro e a inclinação do terreno, não tardamos a chegar em sua casa.

Lídia mora em uma casa em madeira, medindo 30m² aproximadamente, com um amplo terreno na frente, quase duas vezes maior que a casa, em barro e areião. Comento que as crianças devem adorar brincar nesse pátio assim tão grande. Mas ela refere não deixar que as crianças brinquem ali sozinhas. De fato, são ainda muito pequenas (entre 1 e 8 anos) e o terreno, bastante íngreme e irregular, está cercado apenas por arames, permitindo facilmente uma escapadela.

Trata-se de uma residência modesta, com pequenas peças separadas entre si por cortinas e tábuas. Muito embora o espaço seja reduzido e as condições precárias, a organização e aproveitamento dos espaços denotam o capricho com a casa. A sensação é de ordem e aconchego, causando boa impressão à visitante. Lídia segue com visível satisfação o tour pela casa, ao mesmo tempo em que fala dos seus planos para a construção do banheiro, a troca de alguns móveis, o aumento do quarto das crianças. De formato retangular, a casa de madeira está dividida em quatro peças: na entrada à direita, uma sala de estar estreita com dois sofás, um em face ao outro, e uma prateleira com a televisão, o aparelho de DVD e algumas peças de decoração; na entrada à esquerda, separada até a metade por uma cortina, fica a cozinha com a geladeira, a pia, o fogão e uma pequena mesa em formato circular rodeada por cadeiras. Por sobre a mesa, um porta-galão de água (daqueles de 20 litros) serve de vaso para um ramalhete de flores de plástico coloridas. Seguindo pela cozinha, aos fundos está o quarto de Lídia, que dá a impressão de ser a peça mais ampla da casa, com cama de casal, berço, penteadeira e televisão. “Aqui dorme eu e a minha filha (8 anos) na cama, e o bebê no berço. Ela não gosta de dormir com os meninos, então dorme aqui comigo.” Atrás da sala de estar, encontramos o quarto das crianças, com um beliche e prateleiras diversas encobertas por brinquedos e inúmeros bichos de pelúcia já bem velhinhos. “Aqui em cima dorme o mais velho (6 anos) e embaixo dorme o Bruno (4 anos) e o Gregório (3 anos) nos pés dele.” (...)

Já era quase 12:30 quando interrompi nossa conversa, embora creio que pudéssemos ficar ainda um bom tempo. Lídia gentilmente me acompanhou até a parada de ônibus.

No caminho perguntei como é que ela fazia para sair em dia de chuva, levando em conta o caminho barrento até chegar a uma rua com calçamento. “Ah, quando chove é um horror, a gente não sai de casa, não dá nem pra levar as crianças pra creche. Mas sabe que eu gosto daqui, gosto da minha vida...” E em meio a risadas completou: “Só não gosto é de ser pobre!”

Nosso interesse em problematizar o PETI neste capítulo reside no fato de que esse programa se dirige especificamente a “proteção infantil” (nosso objeto de estudo) e inside sobre diversas famílias, tais como a de Lídia, com as quais conversamos durante esta pesquisa. Uma análise sobre o PETI pode nos esclarecer desde já as concepções de infância e proteção que embasam essa política e que podem entrar em choque com as práticas protetivas presentes no morro (analisadas no capítulo 4).

3.4.1 Como funciona

O PETI conforme descrito no site do Ministério do Desenvolvimento Social é “um programa de transferência direta de renda do governo federal para famílias de crianças e adolescentes envolvidos no trabalho precoce”. Os recursos totais disponibilizados pelo governo para a execução do programa abrangem os gastos com as bolsas mensais às famílias, à jornada ampliada e aos projetos de geração de trabalho e renda que devem ser executados pelo município.

As famílias de contextos urbanos recebem 40 reais por cada criança em situação de trabalho infantil (em idades entre 7 e 15 anos), no contexto rural esse valor é de 25 reais. Em Porto Alegre, o município completa o valor total da bolsa de modo que todas as famílias, independente do número de crianças, recebam a quantia de 200 reais mensais.

Com relação às entidades que realizam as atividades de jornada ampliada – como os Sases e Trabalhos Educativos – cada uma recebe 10 reais por cada criança em meio urbano e 20 reais em meio rural a cada mês. Apesar de reduzido, os recursos que são repassados às instituições de jornada ampliada devem ser suficientes para promover o “desenvolvimento, em período extracurricular, de atividades de reforço escolar, alimentação, ações esportivas, artísticas e culturais” das crianças (conforme site do Ministério do Desenvolvimento Social).

As instituições de jornada ampliada podem ser da rede própria – ou seja da prefeitura – ou conveniadas. As instituições conveniadas são na sua maioria associações comunitárias que, assim como no caso das creches públicas, caso não recebam verbas de fora para complementar o orçamento público recebido, terão de lidar com um cotidiano de escassez de recursos e com o modelo de política pautado na “valorização dos recursos locais” (Rosemberg, 2002).

Mas os “recursos locais” são visivelmente escassos e a precariedade das associações comunitárias que tentam se manter sem o apoio financeiro de entidades religiosas ou filantrópicas é notável. Prédios construídos em prestações e sem nenhum planejamento, salas muito pequenas e sem janelas, mofo e umidade, portas despencando, cadeiras quebradas, escassez de profissionais, profissionais sem qualificação e número excessivo de crianças por educador. E é muitas vezes dentro de ambientes nada convidativos como esses que as crianças que ingressam com suas famílias no PETI são obrigadas a permanecer no turno inverso à escola caso não queiram que sua família seja excluída do programa.

De fato, o ingresso dos filhos numa atividade extra-classe é uma das contrapartidas exigidas pelo programa. Outras atribuições esperadas das crianças e dos adolescentes em PETI são a frequência na escola e o seu afastamento definitivo do trabalho. Com relação ao restante da família (o que na prática significa na quase totalidade dos casos a mãe), as diretrizes do programa exigem como contrapartida pela bolsa que recebem a participação nas atividades que são propostas pelos gestores dos programas, como reuniões em grupo, atendimentos individuais e projetos de geração de trabalho e renda. Assim, além de receber a bolsa mensal as famílias são acompanhadas por profissionais, a maioria assistentes sociais e psicólogas, que têm por objetivo possibilitar um suporte financeiro, social e psicológico para que família não “precise” colocar as crianças para trabalhar ou ainda para que ela se “conscientize” de que lugar de criança não é trabalhando.

3.4.2 O PETI dos “cabeças” “às pontas”

Assim como foi argumentado com relação às políticas de Educação Infantil, também os programas voltados à proteção social da criança, como é o caso do PETI, sofrem forte influência de diretrizes internacionais. Uma análise dos caminhos percorridos desde a concepção do PETI até sua implementação – ou até chegar “nas

pontas”, como dizemos – revela a posição central dos parâmetros promulgados pelos organismos internacionais sobre o desenrolar de sua trajetória.

O seguinte trecho sobre campanha internacional contra exploração do trabalho infantil liderada pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) foi retirado de um site oficial do governo federal e aponta para essa influência das concepções macropolíticas que percorrem “de cima para baixo” e emanam para “as pontas” determinadas noções de infância e conseqüentemente de ações de proteção adequadas a ela.

“O objetivo é sensibilizar a sociedade civil sobre a importância da infância como tempo para brincar e aprender. Isso porque o trabalho precoce prejudica a saúde física e emocional e impede, no futuro, uma digna inserção dessas pessoas no mercado profissional.” (Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)

Dentro dessa perspectiva de “infância universal”, as soluções apontadas para o enfrentamento das problemáticas mais diversas serão também universalizadas e transmitidas a partir de um poderoso centro irradiador, funcionando como uma matriz ideológica. Temos exemplificado nesse trecho o discurso internacional sendo legitimado pelo discurso nacional do governo federal que, por sua vez, atravessará o país até chegar no Morro da Cruz sob a forma de políticas públicas e programas de governo tal qual o PETI.

Por outro lado isso não significa que o governo federal ou mesmo os gestores das políticas em nível local simplesmente aceitem “goela abaixo” as políticas impostas “de cima”. Não tenho dúvidas de que há nesse trajeto diversas quebras ou estágios de negociações políticas, traduções, deslocamentos de sentidos ou transgressões, até que a informação chegue “às pontas”. Porém a pressão gravitacional dessa matriz ideológica é sem dúvida crucial.

Para entender essa trajetória descendente, façamos uma breve retrospectiva do percurso que conduziu o PETI a ser tornar referência mundial no combate à exploração de crianças¹⁹.

Em 1994, após o Brasil ter ingressado no Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil da OIT, criou-se, sob a coordenação do Ministério do Trabalho, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Este

¹⁹ Segundo fonte do Ministério do Desenvolvimento Social, atualmente o PETI atende um número estimado de 1 milhão de meninas e meninos trabalhadores em todo o país.

fórum teve o amplo apoio de diversos setores da sociedade brasileira e organismos internacionais, tais como a própria OIT e o Unicef. Será a partir desse fórum e do lançamento de um Programa de Ações Integradas, que se esboça a criação de um programa voltado especificamente para “as piores formas de trabalho infantil” (site MDS).

Em 1996, o PETI é implementado em algumas cidades do Brasil onde a situação do trabalho infantil é considerada mais grave. Conforme afirmou Carvalho (2004):

“Com o apoio da OIT e do Unicef, o programa começou a operar em Mato Grosso do Sul, onde denúncias apontavam a existência de 2.500 crianças trabalhando na produção de carvão vegetal e vivendo em condições inaceitáveis. Pouco depois ele se estendeu aos Estados de Pernambuco e da Bahia, privilegiando, respectivamente, a zona canavieira e a região do sisal.”

Segundo essa autora, no ano de 2000 o PETI se expande e passa a atender cerca de 140.000 crianças e em 2002 esse número chegará a 810.769, beneficiando cerca de 2.590 municípios por todo o país. Essa expansão, segundo afirmou, veio acompanhada de uma mudança nos rumos do programa que passou a dar centralidade à *família* e não apenas à criança. Por isso o novo formato do PETI passa a incorporar ações voltadas à geração de trabalho e renda, acompanhamento familiar e orientações sobre direitos sociais.

Em 2003 e 2004, um novo cenário político se configura com a troca de governo federal e cogita-se a diminuição dos recursos para o PETI, algo que conforme afirma Carvalho não caiu bem.

“Com a repercussão negativa dessa decisão e as pressões da rede de solidariedade à infância e à adolescência (que inclui órgãos como o Unicef e a OIT), no dia seguinte essa decisão teria sido revertida, garantindo-se a continuidade do atendimento em 2004 (Folha de S. Paulo, 12/02/2004, p. A3”in: Carvalho, 2004).”

Esse episódio ilustra bem a força e a legitimidade política que esses organismos internacionais dispõe sobre as políticas executadas em nível federal assim como sobre a opinião pública.

3.4.3 O PETI na prática: levando em consideração a diversidade

Embora não esteja explicitado no regulamento do programa que o trabalho infantil seja um fenômeno ligado à classe, na prática o PETI atende basicamente famílias pobres. É onde “mora o perigo”, nas vilas de periferia urbana, que os centros de referência social estão instalados e funcionam dando vida aos projetos sociais junto à população que encontra. Sob essa perspectiva, poderíamos sugerir que as representações que subjazem as causas atribuídas à existência de exploração de trabalho infantil estão intimamente ligadas à pobreza material e uma certa “cultura” atribuída a ela. A idéia de uma “diferença” tornada “problema” cola-se muito bem a esse ponto de vista. No entanto, gostaria aqui de levantar algumas problemáticas que decorrem desse direcionamento do olhar.

Embora tenhamos sem dúvida uma parcela significativa de crianças envolvidas com atividades rentáveis nos contextos de menor acesso às riquezas, é preciso, entretanto, certa cautela antes de concluir que a pobreza seja o único motivador de trabalho infanto-juvenil. Um olhar mais atento sobre a cidade revela que trabalhar nessa faixa etária não é um fenômeno restrito aos morros de favelas e periferias urbanas. Não é raro ver crianças e adolescentes melhores situados economicamente trabalhando, seja ajudando os pais em mercadinhos, lanchonetes e feiras, ou mesmo sozinhos, vendendo picolés e doces no litoral, trabalhando em telenovelas e campanhas publicitárias. Na maioria dos casos, essas atividades não são motivadas pela penúria financeira da família, ou mesmo pela sua ignorância ou “falta de instrução”. Ao contrário, acabam ganhando um caráter mais “educativo” e disciplinador para o futuro trabalhador, ou ainda cumprir a função de possibilitar à criança ter seus próprios desejos de consumo satisfeitos.

Além disso, poderíamos argumentar ainda, como o fez Sandra Werneck em seu documentário “A invenção da Infância”, que muitas atividades extra-classe (normais entre os grupos mais favorecidos, como os cursos de inglês, computação, balet...) podem esconder, sob um verniz lúdico, um sentido de preparação e investimento no futuro trabalhador. Conforme demonstra a cineasta, a própria criança já tem consciência de que se trata de uma atividade de “preparação para o futuro” e que seu excesso é muitas vezes percebido como penoso, exigindo boa dose de responsabilidade e esforço.

Poderíamos argumentar que essas não são atividades de *exploração*, pois não implicam em um desgaste que comprometa o desenvolvimento psíquico e físico da

criança e/ou adolescente nem impedem a frequência à escola. E é provável que isso seja verdade para a maioria dos casos. Assim como também é verdade para a maior parte das atividades realizadas pelas crianças nas comunidades onde realizei trabalho como psicóloga e também onde efetuei essa pesquisa.

Uma questão importante a ser levantada aqui é que as famílias das classes mais abastadas não são em princípio vistas como “potencialmente exploradoras” e as crianças como “exploradas”, ao contrário do que parece acontecer com as famílias pobres. É como se os grupos das camadas médias e altas “instruídas” - as quais, em tese, *não precisam* que suas crianças trabalhem - estivessem acima desse tipo de suspeita. Disso decorre que muito dificilmente um profissional de Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) irá bater nas portas das classes médias e que o fato de que muitas famílias pobres *necessitem* de todo e qualquer trocado para se manterem faz com que sejam vistas como potencialmente exploradoras.

Nesse sentido, gostaria de apontar aqui para o fato de que, na prática, são os trabalhos realizados por crianças pobres, assim como suas famílias, os alvos principais de políticas sociais tais como o PETI.

A partir disso, eu perguntaria: todo o trabalho infantil (ou seja, as atividades produtivas realizadas pela criança, em benefício próprio ou familiar) é exploratório? Existem trabalhos que podem ser considerados “educativos”, também para as crianças pobres?²⁰ O fato de que as famílias pobres – diferentemente daquelas em melhores condições - necessite do dinheiro ou do apoio da criança e/ou adolescente para se manter, indica desde já “exploração”? Nesse caso a exploração está no fato de a criança trabalhar por “precisão” e não por “opção”?

Enfim, essas são algumas questões que buscam sensibilizar o olhar para a complexidade de situações que podem ser consideradas “trabalho” e as diferentes nuances existentes entre elas e que será discutido a seguir com relação a realidade encontrada em meu campo de pesquisa.

²⁰ Pensei agora nas minhas informantes mulheres. Todas elas trabalham com atividades ligadas ao ambiente doméstico (basicamente limpeza e cuidado de criança) e todas referem ter aprendido seu ofício na própria casa desde novas. Embora se deva ressaltar que essas mulheres estejam “enclausuradas” nas atividades “do lar” não conseguindo de fato obter outras oportunidades de trabalho, não se pode subestimar a importância dessa atividade que vem sustentando a grande maioria das famílias de baixa renda em especial aquelas chefiadas por mulheres. Ou seja, foram os conhecimentos adquiridos em casa, com suas mães, avós ou irmãs – mais do que na escola - que possibilitou a elas desenvolver um trabalho.

3.4.4 O PETI no contexto de Porto Alegre

É preciso considerar inicialmente que em Porto Alegre a maior parte das situações envolvendo o trabalho de crianças e adolescentes não podem ser igualadas àquelas dos canaviais, das indústrias de curtume, das carvoarias e outras tantas atividades que estão nas mentes dos gestores quando estes pensam políticas tais como o PETI. Quanto a essa questão, penso que falta, ainda, uma discussão mais aprofundada na literatura sobre trabalho infantil no sentido de problematizar as diferentes práticas e contextos em que aparecem para que nem as crianças nem suas famílias sejam imediatamente jogadas em uma mesma vala comum. Ao conhecer as diferentes atividades em que as crianças se engajam, independente da sua condição social, poderemos ter mais subsídios para pensar não apenas em como intervir mais efetivamente sobre os possíveis abusos como também em como não reificar a idéia de família pobre como potencialmente exploradora. Para tanto, penso que é preciso entender o lugar que essas atividades ocupam em um dado contexto social.

Com relação especificamente ao grupo que compõe essa pesquisa, pretendo demonstrar como programas tais como o PETI e algumas atividades realizadas pelas crianças passam a compor uma forma dinâmica de manutenção do grupo familiar e como essas atividades se diferenciam daquelas realizadas pelas crianças trabalhadoras da cana-de-açúcar, das carvoarias, etc.

A seguir, trago um trecho de diálogo de campo que elucida como as atividades dos filhos e o auxílio do programa PETI podem ser dinamizados cotidianamente para a sobrevivência do grupo familiar entre as famílias pesquisadas.

Lídia: “Eu estou morando aqui há pouco tempo, menos de um ano. Antes morava em Viamão, com meu ex-marido, mas nos separamos e eu vim para a casa do meu cunhado. A irmã de meu ex-marido me ameaçou se colocasse ele na justiça. A única pessoa que me defende é minha ex-sogra, que ajuda como pode. Fiz curso de culinária aqui com elas (funcionárias de entidade comunitária) por três meses. Entrei em PETI e elas me encaixaram na creche. (...) Antes era a minha filha (8 anos) quem cuidava dos pequenos pra eu poder trabalhar, agora graças a deus consegui a creche.(...) Sempre que eu precisava, ela ficava com as crianças.”

Carolina: “Porque tu acha que entrou no PETI?”

Lídia: (pausa...) “Foi por causa da minha mais velha... ela tem idade. Ela e o irmão têm idade, podiam tá trabalhando.”

Carolina: “Mas eles já trabalharam ou trabalham?”

Lídia: “Não, não”.

Carolina: “E a menina ajuda em casa?”

Lídia: “Sim, ela me ajuda com os irmãos.”

Os motivos que fizeram com que Lídia fosse incluída em PETI não são muito diferentes dos motivos que a levaria a ser incluída em outro programa social, como o Bolsa Família ou o NASF (Núcleo de Apoio Sócio Familiar)²¹. Ela estava passando por um momento de crise familiar e financeira que culminou na desnutrição do filho pequeno, situação que chamou a atenção dos agentes sociais da região fazendo com que a família ingressasse em PETI²². Além disso, a idade dos mais velhos que potencialmente lhes possibilitaria trabalhar e a afirmação de que a menina de 8 anos já ajuda a mãe com atividades da casa são argumentos suficientes para que ela seja, no contexto de Porto Alegre, alvo prioritário do PETI. Assim, ainda que consideremos este um caso de trabalho infantil doméstico, não o podemos igualar aos casos de trabalho infantil das fábricas e canaviais - como estudado por Neves (1999) – tão pouco aos trabalhos domésticos das meninas cedidas às famílias mais abastadas como empregadas²³.

No caso especialmente das mulheres chefes de família Sarti afirma que “a sobrevivência dos grupos domésticos das mulheres ‘chefes de família’ é possibilitada pela mobilização cotidiana de uma rede familiar que ultrapassa os limites da casa.” (1996: 46). E nesse sentido tanto a família ampliada quanto as próprias crianças tem um papel ativo nessa mobilização pela sobrevivência do grupo, participando assim das soluções a serem tomadas. Em nossa pesquisa, verificou-se que cuidar dos irmãos para que a mãe possa trabalhar, ajudar nas atividades domésticas, ir passar uns tempos com uma tia²⁴, são estratégias de manutenção e proteção da família em tempos de crise e por

²¹ Para maiores detalhes sobre os programas sociais voltados à família executados pelo município de Porto Alegre ver anexo 1.

²² O PETI, cabe ressaltar, é atualmente o programa social de maior peso em função do orçamento que dispõe e também o mais “disputado” entre aqueles desenvolvidos pelo município tendo em vista o valor da bolsa mensal e o número de anos em que a família pode permanecer vinculada (até quatro anos para o PETI contra os dois anos máximo para NASF). Ver mais detalhes sobre as diferenças dos programas em anexo 1.

²³ Sobre o trabalho infantil doméstico, ver Fonseca e Rizzini (2002)

²⁴ Fonseca trata da “circulação de crianças” em *Caminhos da Adoção* (1995)

isso são percebidas como protetivas à criança, conforme será demonstrado no próximo capítulo.

Para compreender as atividades realizadas pelas crianças dentro das dinâmicas familiares necessárias à manutenção do grupo, é preciso levar em consideração quem são os integrantes da família no momento, suas idades, sexo, relações de consangüinidade e conjugalidade. No caso da família de Lídia, por exemplo, temos nesse momento uma configuração e uma dinâmica marcadas pela ausência de marido e de filhos com idades mais avançadas. A partir dessa configuração específica, Lídia enquanto “chefe” da família irá buscar as soluções possíveis para sua crise, e as crianças certamente não estão alienadas desse processo.

Se por um lado poderia-se argumentar que o caso de Lídia não se enquadra exatamente em critério de “exploração do trabalho infantil”, muito menos nas “piores formas de trabalho infantil”, e por isso poderia não ser contemplada em programa tal como o PETI, por outro não resta dúvidas de que a família necessita de apoio. Nesse sentido, programas como o PETI, assim como também as creches públicas, adquirem um caráter preventivo ao preencher uma demanda familiar que poderia acabar nas mãos das crianças, nesse caso da filha mais velha.

3.4.5 Aproveitando os poucos recursos

Diário de campo:

Uma mãe pergunta para Camila, atendente, quando ela poderá inscrever seu bebê de menos de um mês na creche. “Vou começar a trabalhar e quero colocá-lo na creche no próximo ano.” Camila faz as contas e informa que provavelmente não será possível, pois o bebê terá sete meses no início do próximo ano e somente poderia ingressar caso já tivesse completado dez meses. Quando a mulher vai embora, comento sobre a situação complicada dessa mãe, pois, pergunto, como poderá trabalhar sem ter com quem deixar o bebê? Camila me responde: “Ah, elas dão um jeito, a maioria delas têm bolsa do governo e podem esperar três meses.” Fiquei com vontade de perguntar se o empregador dessa mulher iria esperar, mas não falei nada. Acabei perguntando afinal quais os motivos pelos quais essas mulheres todas que ela referiu entram em programa. Se for PETI – referi - isso significa que temos muitas crianças trabalhando por aqui? Ela então me responde: “Não, não é tão rígido assim, elas (assistentes sociais) dão um jeito de encaixá-las.” “Mas tu já viu se alguma dessas crianças trabalha?” Perguntei-

lhe. “Não. Algumas juntam papelão...” Fala com ar de que não é nada sério, apenas uma atividade corriqueira, sem grandes conseqüências.

Esse trecho faz pensar como o PETI e eventualmente outros programas governamentais de assistência social podem acabar servindo de “tapa-furo” em situações de carências as mais diversas. Podem, como nesse caso, servir de “licença maternidade”, ou conforme caso anteriormente citado, proteger as crianças “potencialmente trabalhadoras” que vivem em situação de extrema pobreza. Não há dúvidas quanto à necessidade de apoio social nessas situações, no entanto creio que é importante também atentarmos para as possíveis conseqüências desses “ajustes” em se tratando de um programa que tem como chamariz a “erradicação do trabalho infantil”. Nesse sentido, embora os profissionais sensibilizados pelas mais variadas situações de crise familiar dêem um “jeitinho” de incluir famílias em programa PETI, essa atitude acaba por aumentar os números oficiais de “crianças em situação de trabalho infantil”, quando, na realidade, os motivos que têm levado famílias a serem incluídas em programas podem ser os mais diversos. “Mas é preciso aproveitar os (poucos) recursos que vem do governo federal”, diriam minhas colegas.

Dessa situação tiramos duas conseqüências problemáticas: por um lado, alardeia-se por todo o Brasil um número superestimado de crianças trabalhadoras em Porto Alegre ao levar-se em conta o número de famílias beneficiadas em PETI. Por outro, essa situação acaba por ofuscar a complexidade da situação de miserabilidade de milhares de famílias gaúchas, impedindo que se criem estratégias de resolução mais eficientes para o contexto local. Uma análise e um diagnóstico mais apurados possibilitariam que o mapeamento preciso dessas especificidades locais apontassem para estratégias envolvendo o apoio de outras secretarias municipais também envolvidas com essa mesma realidade, como é o caso das secretarias de habitação, saúde, desenvolvimento, etc. Aliás, essa é uma queixa muito freqüente dos profissionais da assistência social, ou seja, que “no fim das contas quem tem que dar conta das mazelas sociais dos pobres, seja ela qual for, é sempre a assistência com os poucos recursos que possui”. Nesse sentido, a política social desenvolvida pelo município através da Fundação de Assistência Social e Cidadania, por não contar com uma articulação e um apoio consistentes de outras secretarias acaba por utilizar todo e qualquer programa social disponível como um tipo de “tapa furos”, tentando dar conta das mais diversas situações de vulnerabilidade social e pobreza.

Penso que é mais produtivo nos perguntarmos quais são as reais demandas dessas famílias ao invés de nos “distrairmos” com os poucos recursos que são investidos na superação da pobreza e com o discurso de que estamos salvando as crianças da exploração do trabalho infantil. O que esta pesquisa aponta é para o fato de que em algumas regiões de Porto Alegre os programas de governo, como os que fornecem uma bolsa mensal, incidirem sobre as mais diversas situações de crise familiar, como a perda de um membro importante da família (sobretudo se este era o principal provedor), a falta de trabalho ou moradia, e toda a sorte de problemas relativos à subsistência e manutenção de uma certa ordem familiar. E que essas famílias em dificuldade poderão, ou não, lançar mão da força de trabalho de suas crianças e adolescentes.

3.4.6 Adequando macropolíticas às realidades locais: das “pontas” para cima

Poderíamos nos perguntar de que forma se dá a participação das realidades locais na elaboração das políticas que irão ser executadas sobre elas. Essa é uma importante questão que trata da necessidade de se adequar ideais políticos a realidades sociais locais. Conforme argumentado anteriormente, as diferentes atividades ou trabalhos realizados pelas crianças, assim como os diferentes contextos em que ocorrem, irão demandar certos ajustes de políticas que se colocam como universalizáveis.

Conforme afirmou Penn (2002), embora as políticas sociais estejam embasadas em diversos estudos sobre populações carentes, a maior parte deles têm sido realizados entre a população norte-americana e boa parte delas entre as comunidades pobres dessa sociedade. Disso decorre que para os gestores das políticas públicas sociais de modelo internacional, os conhecimentos produzidos em contexto como o norte-americano são tidos como passíveis de ser transplantados a outras realidades sociais por serem considerados dentro de uma perspectiva que universaliza tanto o desenvolvimento infantil quanto as formas e causas da pobreza.

O PETI surge e é mantido graças à significativa influência dos organismos internacionais. Contudo, ele não se restringirá aos parâmetros idealizados inicialmente. Conforme argumentei, o PETI é – e deve ser- influenciado por agentes internacionais, nacionais e locais. Na medida em que são colocados em prática, os programas sociais

acabam por sofrer alterações e resignificações por parte dos agentes políticos que estão nas “pontas”, ou seja, os profissionais executores das políticas e as famílias que são beneficiárias delas. Isso porque a prática certamente trará novas problemáticas que precisarão ser incorporadas e resolvidas para que o programa dê conta dos diferentes contextos em que será implementado – esta pesquisa tem como objetivo justamente contribuir para o enriquecimento deste conhecimento sobre a realidade local. Assim, as mudanças referentes ao deslocamento de ênfase da criança para a família no PETI, por exemplo, indicam muito possivelmente um movimento de “baixo para cima”, ou seja, uma demanda surgida a partir da prática. No entanto, devemos ressaltar que também o movimento “de baixo para cima” passará por estágios de negociação política, traduções, transgressões e deslocamentos de sentidos, até que a informação possa chegar “às cabeças”. E nesse caso - e talvez pudéssemos lançar mão da metáfora da lei da gravidade - a “subida” dessas informações não acontecerá com o mesmo vigor e força política do que a “descida”.

Capítulo 4

Sobre discursos e práticas de proteção à infância

4.1 Questionando estereótipos sobre causas e conseqüências ou para onde convergem os discursos hegemônicos sobre proteção

Os esforços políticos de diversos agentes sociais em todo o mundo, estejam eles nas “pontas” ou encabeçando projetos, têm sido sem dúvida muito importantes na demarcação das situações de extrema miséria em que vivem milhões de crianças, sobretudo nos os países em desenvolvimento. Essas iniciativas e esse compromisso com a justiça social são fundamentais porque entre outras coisas não permitem que as enormes discrepâncias socioeconômicas que caracterizam as sociedades humanas hoje permaneçam obscurecidas pela enxurrada de discursos sobre os supostos progressos que os avanços tecnológicos e uma economia de mercado globalizada estariam proporcionando aos quatro cantos do mundo.

Numa corrida contra o tempo, inúmeras iniciativas têm sido empreendidas para tentar impedir que mais e mais crianças tenham de viver sob situações degradantes e que atentam contra a sua dignidade. Temos desde a constituição de leis específicas para a infância, a criação de fundos internacionais de apoio, a elaboração de projetos sociais em nível nacional e internacional, a produção de conhecimento científico nas mais diversas áreas de conhecimento, além das atividades e iniciativas locais, na sua maioria invisíveis, e que buscam dar conta das micropolíticas cotidianas.

Todas essas instâncias e iniciativas tomam como base alguns pressupostos sobre o que seja “infância”, “família” e “sociedade” e que norteiam suas ações. Proponho nesse momento lançarmos um olhar crítico sobre alguns desses pressupostos que têm embasado muitos dos discursos sobre proteção à infância (sobretudo a partir das últimas décadas e da influência das visões de mundo oriundas dos países desenvolvidos) para que essa “corrida contra o tempo” não acabe por atropelar, não apenas a nossa capacidade de discernimento sobre a realidade que está engendrando as desigualdades sociais, como também a própria possibilidade de resolução dessa problemática. Cabe ressaltar que não se tem com isso o intuito de deslegitimar nenhuma dessas iniciativas e pressupostos, mas de relativizar o seu alcance

através do entendimento do seu caráter parcial e contextualizado. A partir desta análise procura-se apontar aqui para os possíveis efeitos colaterais indesejados que esses discursos podem ter sobre a população a qual pretende auxiliar.

4.1.1 A moralização do discurso sobre as famílias

Se durante toda a década de 80 o debate político brasileiro conferia à crise social e seus efeitos de precarização das condições de vida das famílias de baixa renda a responsabilidade pela infância abandonada ou marginalizada, a partir do novo Estatuto da Criança e do Adolescente esse discurso sofrerá uma mudança significativa.

No artigo intitulado *Os direitos dos mais e menos humanos*, Fonseca e Cardarelo (1999) discutem alguns efeitos inesperados do ECA a partir da análise de programas para a institucionalização de crianças e adolescentes na antiga FEBEM/RS. Analisando as categorias utilizadas na especificação dos motivos de internação, as autoras encontraram nos documentos referentes aos períodos de 1985 e 1994 uma mudança expressiva nos termos da questão. Os dados referentes ao ano de 1985 indicam que cerca de 81% dos casos de internação eram motivados por problemas “socioeconômicos” ou decorrência direta destes. Por outro lado, os dados de 1994 contabilizarão quase $\frac{3}{4}$ das internações como tendo sido motivadas por categorias que “sugerem a ação maléfica dos pais/tutores adultos: “abandono”, “maus tratos”, negligência”, “abuso”, etc.” (1999:106). Conforme as autoras sugerem, isso não representou uma mudança nas práticas dessas famílias com relação aos filhos, mas sim que aspectos antes considerados pelos técnicos como decorrência da situação socioeconômica, passam a ser “moralizados” e dirigidos aos pais e/ou responsáveis pela criança.

“A passagem do “problema socioeconômico” para a “negligência” revela uma mudança de enfoque na visão da infância pobre e de sua família no Brasil. Se em 1985 considerava-se que motivos como “mendicância”, “maus tratos”, “desintegração familiar” e “doenças do menor” eram decorrência direta de “problemas socioeconômicos”, hoje, mais do que nunca, a família pobre, e não uma questão estrutural, é culpada pela situação em que se encontram seus filhos. É ela que é “negligente”, maltrata as crianças, as faz mendigar, não lhes proporciona boas condições de saúde, enfim, não se organiza”(1999:107).

As autoras nos chamam a atenção para o fato de que, na prática, a sociedade brasileira não possui as condições necessárias para proporcionar aos seus cidadãos aquilo que apregoa suas leis²⁵. Esse descompasso entre aquilo que é o “ideal” e suas condições de possibilidade nos diferentes contextos, poderá ter como um efeito inesperado a culpabilização da família por questões que estão fora de seu alcance: “parece que a família pobre – e não o “Poder Público” ou a “sociedade em geral” é o alvo mais fácil de represálias”(1999:106).

4.1.2 Políticas para a infância pós-estatuto: a influência das organizações internacionais

Rosemberg (2002), em seu artigo *Organizações Multilaterais, Estado e Políticas de Educação Infantil*, afirma que no início da década de 90, logo após os debates que instituíram o novo ECA, alguns projetos elaborados no âmbito do Ministério da Educação tiveram o forte intuito de colocar em prática a universalização dos serviços dirigidos às crianças através da unificação das creches e jardins de infância. Esses projetos segundo a autora buscavam eliminar uma diferença histórica entre as creches, dirigidas às populações pobres, e os jardins de infância das classes médias e altas. No entanto, em função dos novos arranjos políticos e dos acordos econômicos firmados com FMI e Banco Mundial, esses projetos foram interrompidos já que os novos acordos incluíam também a adequação das políticas para a Infância aos moldes ditados pelas agências internacionais.

Em “Primeira Infância: a visão do Banco Mundial”, Penn (2002) demonstra que esses modelos de políticas para a infância, preconizados entre outros pelo Banco Mundial, Unicef e Unesco, estão ancorados em uma perspectiva de infância universal. Essa perspectiva universalista permitiu que as concepções produzidas nos Estados Unidos a respeito do que é adequado ou não à fase infantil fossem generalizadas e assim exportadas aos demais países, sobretudo aqueles em desenvolvimento.

Sobre a questão do *sujeito universal*, Fonseca (2002) nos chama a atenção para o fato de que o “sujeito” dos cientistas sociais não é o mesmo dos psicólogos. “Enquanto é comum estes trabalharem com a idéia de um sujeito humano universal, cujos mecanismos psíquicos são basicamente os mesmos em qualquer lugar, os cientistas

²⁵ Ver também: Adorno (1993), Alvim (1994) e Neves (1999).

sociais tendem a centrar seus esforços nas sensibilidades específicas a determinados contextos” (2002:52). Assim, essa autora pretende recuperar a dimensão do contexto social e econômico na construção das categorias de conhecimento e emoções dos sujeitos, bem como demarcar uma diferença de pontos de vista.

Se por um lado uma visão generalista produz força e legitimidade necessárias para transpor-se fronteiras, por outro, conforme argumentou Penn (2002), pode acabar tomando ares de em uma mera retórica democrática, que acabaria por ocultar o poder dos pertencimentos de classe, generalizando valores e visões de mundo próprios às classes médias anglo-americanas. Dentre esses valores a autora irá ressaltar o individualismo, o qual pressupõe que as desigualdades entre ricos e pobres são o resultado de *fracassos pessoais* e não de um jogo de forças sociais mais amplas e que, portanto poderiam ser “corrigidos” ou prevenidos por uma educação infantil adequada.

Conforme demonstrou esta autora, as políticas públicas voltadas para a infância apoiadas por organizações internacionais baseiam-se em grande medida nos discursos sobre a infância produzidos a partir de pesquisas em psicologia do desenvolvimento e neurofisiologia. Esses estudos, segundo afirmou, identificam a primeira infância como o momento privilegiado para a intervenção, visto que nesse período as crianças seriam mais maleáveis e sujeitas às influências externas. O argumento de que a maior parte do desenvolvimento cerebral ocorre nos primeiros anos de vida passa a ganhar enorme peso nas propostas voltadas à infância que visam, a partir disso, proteger e estimular adequadamente esse período. Ela então nos coloca a seguinte questão: qual seria, dentro dessa perspectiva, o tipo de intervenção que garantiria o desenvolvimento “adequado” do “capital humano do futuro”?

O perigo segundo apontou esta autora esta em que estudos complexos, específicos e “por vezes pouco cuidadosos” nessas áreas do conhecimento serão apropriados por profissionais de outras áreas como economia e desenvolvimento urbano - “pinçando e misturando ingredientes” – e em seguida evocados para justificar uma determinada concepção de projetos sociais e de cuidados com relação à infância. Um exemplo seria a cartilha publicada pelo World Bank Institute²⁶, denominada como “manual definitivo” para programas destinados à primeira infância. Em uma análise crítica desse material, a autora ressalta que essas “práticas adequadas ao

²⁶ “Extensão do Banco Mundial criada em 1995 para treinar funcionários graduados envolvidos com planejamento e desenvolvimento, execução de políticas, análise de investimento e implementação de projeto em países-membros em desenvolvimento” (Evans, Myers, Ilfeld, 2000, in Penn, 2002)

desenvolvimento infantil” estarão assentadas em certas generalizações de sociedade que incorporam valores e práticas como o individualismo, o lar nuclear estável, um cuidador disponível onde a criança é o foco da atenção e a separação entre mente e corpo (Penn, 2002).

Dois fatores têm sido apontados como alvos principais das políticas para a infância dentro dessa perspectiva: a desnutrição infantil, que acarretaria um desenvolvimento cognitivo deficiente e a diminuição da competência escolar; e a “paternidade deficiente”, ou a “desestruturação” familiar como principal responsável pelos desvios de conduta social.

O livro *Introdução à Psicologia* (Atkinson, 1995), muito utilizado por estudantes brasileiros das mais diversas áreas afins, se propõe um apanhado geral sobre as mais recentes pesquisas em psicologia. Nessa obra extensa e de caráter universalista a interface entre a neurobiologia e as teorias do desenvolvimento e da personalidade são bastante evidentes. No entanto, dentre suas 720 páginas consagradas ao tema do desenvolvimento psicológico humano, não há sequer um capítulo dedicado aos determinantes sócio-econômicos ou a experiências de vida dentro de outros contextos e sociedades fora dos parâmetros Ocidentais.

Em “A Criança em Desenvolvimento” de Helen Bee (1996), outra obra clássica voltada especificamente para o desenvolvimento infantil, de suas quase 500 páginas de texto sobre as etapas do desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social da criança “normal”, teremos pouco menos de 5 páginas no final do livro consagradas às diferenças de classe, ou mais especificamente, “Os efeitos da pobreza sobre as famílias e as crianças.” Dessa forma, após uma ampla argumentação sobre as fases “normais” do desenvolvimento infantil, dentro de uma perspectiva universalista e de um contexto das classes médias brancas americanas, fica difícil não chegar até essas páginas finais dedicadas às classes menos favorecidas – ou a *pobreza* – sem considerá-las como “inadequadas”.

“Entre muitas outras coisas, a pobreza reduz as opções para os pais. Eles não podem pagar um atendimento pré-natal, de modo que seus filhos correm um risco maior de nascer com alguma espécie de incapacidade. Quando a mãe trabalha, ela tem menos escolhas quanto ao atendimento dos filhos. Essas crianças passam mais tempo recebendo cuidados de má qualidade, e mudam com mais freqüência de um arranjo a outro. As famílias pobres também são

maiores, com menor intervalo entre as crianças, e vivem em residências menores e menos adequadas. O ambiente total é mais caótico, mais estressado, com menos recursos.” (BEE, 1996)

Tudo se passa como se o exame pré-natal existisse desde sempre, assim como um modelo “correto” de família e de cuidados com relação ao atendimento da criança, e por isso, àquelas que não têm acesso a esses quesitos básicos para seu bom desenvolvimento, passam a ser alvo potencial de “incapacidades”. Embora a autora levante a questão da pobreza enquanto restritiva, será nos cuidados de “má qualidade” das famílias que ela irá localizar a origem dos problemas das crianças pobres. Um determinado *ethos*, ou uma dinâmica familiar e econômica característica das classes mais favorecidas são tomados como modelo de normalidade e usados como parâmetros de comparação. Assim, a “pobreza” que restringe os acessos aos recursos necessários para o sustento familiar e que “reduz as possibilidades de opções para os pais” estende-se do âmbito econômico para todo um contexto social e familiar que passa a ser considerado inadequado.

A autora prossegue afirmando que “as mães e pais que vivem na pobreza também tratam seus filhos de forma muito diferente do das mães e pais das famílias de classes trabalhadoras ou classe média. (...) É mais provável que sejam negligentes ou autoritários do que competentes.”

As classes menos favorecidas representadas aqui sob o prisma do que foi desenvolvido nas páginas precedentes sobre o desenvolvimento infantil adequado ficam em clara desvantagem. Se por uma lado existe certamente por parte desta autora o objetivo de se opor aos efeitos perversos da precarização de segmentos da sociedade, por outro, seu argumento corre o risco de, quando mal compreendido, acabar por justificar a pobreza a partir da própria pobreza, desviando o foco das desigualdades sociais para as diferenças – que viram deficiências – de comportamentos e cuidados com relação à infância:

“As crianças de ambientes pobres apresentam índices mais altos de defeitos congênitos e incapacidades iniciais; elas não se recuperam tão bem desses problemas iniciais; adoecem com mais frequência e são mais mal nutridas durante toda a infância. Tipicamente, elas têm QIs mais baixos e avançam mais lentamente através das seqüências de desenvolvimento descritas por Piaget.

Quanto mais tempo viverem na pobreza, maior a perda do QI por diminuição, mesmo quando a estrutura familiar e o nível de instrução da mãe são levados em conta. Elas não se saem tão bem na escola, e é menos provável que cursem uma faculdade. Essas crianças por sua vez, correm um risco maior de serem pobres quando adultas, mantendo assim o mesmo ciclo na próxima geração.”

Se levarmos em consideração que essas são as únicas páginas dedicadas a outros contextos sociais, embora as possíveis conseqüências de situações de extrema pobreza sobre o desenvolvimento infantil sejam fator importante a ser considerado, elas podem acabar por ser tomadas como norma nesse contexto e não como situações limites. Ou seja, pode-se incorrer no risco de, ao se dedicar todo o espaço referente às camadas menos favorecidas da população aos efeitos nocivos da pobreza sobre o desenvolvimento infantil, reduzir essa população e seu contexto de vida à noção de problema social.

Embora estas obras clássicas, em alguns momentos, reconheçam a existência de “influências ambientais” (Atkinson, 1995), ou mesmo “culturais” (Bee, 1996), essas influências são percebidas a partir do ponto de vista das categorias de infância já naturalizadas. Assim, esse “ambiente” é percebido no máximo enquanto “ambiente familiar” e comunidade próxima. Ou seja, as estruturas socioeconômicas e políticas mais amplas que produzem os diferentes “ambientes”, assim com as alteridades que fundam as diferentes culturas, não são problematizadas.

Esse enfoque teórico, que restringe o “meio ambiente” ao “ambiente familiar”, pode acabar desviando de forma equivocada aquilo que seria de responsabilidade do Estado para o âmbito da família. Mas nenhuma área de conhecimento é capaz de dar conta da realidade em toda a sua complexidade, e esse efeito “adverso” de um discurso que tem como objetivo contribuir para melhorar a vida de crianças afetadas pelas conseqüências danosas das injustiças sociais, precisa no mínimo ser levado em consideração.

A esse respeito, Helen Bee (1996) tece uma consideração em seu livro: “Atualmente também deveríamos considerar a cultura global, porque o mercado mundial afeta as oportunidades de trabalho e o padrão de vida de cada país. Mas este é um nível de complexidade que ainda não posso sequer começar a considerar” (1996:413).

Gostaria de ressaltar que o fato das produções da psicologia do desenvolvimento não darem conta de discutir os efeitos das desigualdades, políticas e econômicas, implicadas nos contextos de baixa renda e a sua relação com os discursos hegemônicos, não pode significar uma redução, ou um obscurecimento desses efeitos²⁷. Conforme argumentado anteriormente, a influência desses discursos e das pesquisas realizadas dentro dessa perspectiva, sobretudo nos Estados Unidos, irão orientar os projetos das políticas públicas voltados para a proteção e educação infantil, através das grandes agências internacionais para a infância, e órgãos de financiamento econômico. Mas não só. Trata-se de todo um imaginário de infância e família que perpassa os mais diversos setores da sociedade, que vai desde as produções escritas, citadas anteriormente, até os cursos de formação de profissionais que irão intervir nas problemáticas sociais.

Nesse sentido, é preciso atentar para que uma limitação, ou um recorte teórico, que restringe o enfoque de “meio ambiente” para o “ambiente familiar” não acabe por culpabilizar segmentos sociais já bastante “desempoderados”²⁸. Além de ser injusto com essas famílias, esse olhar limitado restringe nossas possibilidades de apreciação dos fatos. Dessa forma nos afastamos ainda mais da possibilidade de uma intervenção mais efetiva sobre as desigualdades sociais e sobre o empobrecimento que afetam de forma aviltante as famílias e suas crianças.

Nesta pesquisa, buscamos dialogar com este referencial buscando o ponto de vista dos nossos sujeitos no que tange às estratégias e saídas criativas que eles têm se utilizado para criar e educar seus filhos adequadamente segundo sua própria concepção e experiência de mundo.

4.2 A percepção dos sujeitos sobre o que é proteger ou sobre como proceder para dar uma “boa educação” às crianças, a partir de suas próprias experiências

A partir dessa análise inicial sobre como tem se formado no imaginário social idéias sobre a “inadequação” do contexto das famílias pobres para a criação saudável de seus filhos e tendo esse discurso hegemônico como pano de fundo, pretendo agora

²⁷ É nessa lacuna que a psicologia social terá uma grande contribuição a dar, procurando perceber a produção de subjetividade na interface entre o desenvolvimento biológico e o contexto social dos sujeitos.

²⁸ Sobre a responsabilização das famílias pobres frente ao fracasso dos filhos ver também Schuch (2005).

atentar para os discursos dos nossos informantes. Procurarei assim me distanciar de possíveis estereótipos sobre “infância pobre” para tentar compreender como os nossos sujeitos, vivendo em um ambiente de periferia urbana, percebem os agenciamentos necessários aos cuidados com relação as suas crianças. Quais os “perigos” que estão informando suas práticas protetivas em um contexto tão marcadamente distinto daquele vivenciado pelas classes mais favorecidas? E como a partir de suas próprias experiências de crianças “pobres”, eles dão sentido à educação que receberam de seus pais e passam a (re)significá-las na relação com seus próprios filhos?

A proteção infantil, conforme será argumentado neste capítulo, está diretamente relacionada à articulação da rede familiar e seus encontros e desencontros com outras instituições da sociedade vigente, tais como, a igreja, a creche, a escola e os programas sociais. Para introduzir essa discussão, parece-me que seria útil iniciar com dois relatos de jovens adultos que, tendo passado por uma infância e adolescência turbulentas envolvendo o uso de drogas e em um dos casos roubo, relembram o que consideram os erros e os acertos de sua própria educação infantil. Os relatos desses jovens descrevem experiências muito semelhantes às que aparecem nos depoimentos de outros entrevistados: problemas como doença, separação conjugal e dificuldades econômicas, que colocariam o jovem numa situação de perigo; e as vantagens da solidariedade familiar e outras redes sociais que forneceram importantes recursos para a proteção da família. Estes relatos introduzem, portanto, temas que serão trabalhados ao longo de todo o capítulo.

4.2.1 Relatos de quem sucumbiu aos perigos e deu a volta por cima²⁹

Camila: “O que é uma mulher na vida de um homem, né? Nós éramos a família perfeita, meus pais viviam junto, a gente vivia bem. Daí meu pai conheceu uma mulher e largou tudo, vendeu a casa com nós dentro. Minha mãe ficou com uma parte do dinheiro, mas não dava, então foi todo mundo pra casa de tios, e eu fui morar com minha irmã, que a minha mãe foi morar com a patroa.”

²⁹ Sem dúvida, a morbidade juvenil na periferia, sobretudo relacionada ao uso e ao tráfico de drogas, é extremamente preocupante e vários autores têm se debruçado sobre essa questão (Oliveira, 2001, entre outros). No entanto, nossa intenção aqui é de pensar esses acontecimentos, esses avanços sobre os terrenos minados, a partir de duas situações em que os jovens não tiveram um final trágico. Nesse sentido, apontamos para os caminhos percorridos por eles, suas observações a respeito das próprias trajetórias e as redes de apoio que se fizeram preponderantes nesse percurso.

Carolina: “Com que idade tu começou a trabalhar?”

Camila: “Com 7 anos eu já cuidava de criança, sempre gostei de criança. Ficava na casa deles, mas qualquer coisa ia morar com a minha irmã. Não parava muito tempo num lugar.”

Carolina: “Então tua irmã era a tua referência principal?”

Camila: “É, eu ia morar com ela. É irmã de criação. Porque na época minha mãe podia pegar pra criar, a gente vivia bem quando meu pai tava junto. Era filha de uma amiga da minha mãe, que morreu, então ela cresceu com a gente”

Na época a família de Camila morava em Santo Ângelo e ela refere que eram os irmãos mais velhos quem cuidavam dos menores.

Camila: “Eu e meu irmão mais velho (24anos) assumimos os três pequenos. Ele alugou uma casa e trouxe a mãe pra morar com ele, daí eu dei a menor pra ele cuidar, que ele podia mais.”

Carolina: “Então de um jeito ou de outro eram os irmãos que davam conta de cuidar das crianças.”

Camila: “Sim, a gente ia se virando. (...) Era difícil, a gente passava fome. Não tinha dinheiro pra ter as coisas. Eu comecei a usar (drogas) por isso. Me revoltava pelo meu pai ter feito isso com a gente. A minha mãe não dava conta de sustentar os filhos e começou a se deprimir. Quando eu vi que ela não ia dar conta, que não ia conseguir nos dar as coisas, eu fui a luta.”

Carolina: “E como tu veio parar em Porto Alegre?”

Camila: “Eu vim para passear, na verdade, e acabei ficando. Vim para a casa do meu irmão em fevereiro, nas férias, para cuidar dos meus sobrinhos. Daí ele me convidou para ficar, me pegou para cuidar das crianças. Daí eu fiquei, ele me pagava e não voltei mais para Santa Maria.”

Carolina: “Como era lá em Santa Maria, o que tu fazia?”

Camila: “Bem, eu vim pra cá porque lá eu usava droga, usava mesmo, direto, era mais cocaína. Então meu irmão queria me ajudar, me chamou pra ficar com ele. Tava com 19 anos na época. Minha mãe morava na casa da patroa, então a gente vivia sozinha. Eu tinha 17 anos quando engravidei do Jairo. Mas não quis saber do pai dele. Não queria que ninguém se metesse na minha vida, daí não quis que ele assumisse. Nessa época eu traficava, então tinha como comprar as coisas. Eu tava na 7ª. série, parei na 7ª, e já usava e vendia. A mãe vinha de vez em quando, assim para ‘proteger’. Entre aspas né, porque era a gente que se criava.”

Em Porto Alegre, Camila começou a frequentar a igreja junto com o irmão e a cunhada, e foi quando conheceu seu atual marido (que também era usuário de drogas antes de converter-se). Segundo relatou, o apoio do irmão e do marido, assim como a influência dos colegas de religião, foram fundamentais para que deixasse de usar drogas. “Quando eu conheci meu marido eu ainda usava. Ele era da igreja e me convidou. Eu achava assim... estranho. Mas foi assim que eu consegui largar. Sabia que ali ninguém ia me dar”. Assim, embora Camila tenha ficado “circulando” relativamente “solta” na rede familiar quando pequena, foi esta mesma rede, anos depois, que junto com a igreja “salvou-a” da dependência química. Nota-se com isso o caráter processual e circunstancial das redes de apoio assim como as suas múltiplas possibilidades de agenciamentos.

Tomás (mulato, 22 anos), o jovem educador da creche, é outro exemplo de alguém que conhece os percalços de uma juventude problemática e a partir dessa experiência tece recomendações. Conforme relata, seu pai e sua mãe se separaram quando ele era ainda pequeno. “Minha mãe tem problemas psicológicos desde que me conheço por gente. E o meu pai tinha o problema do álcool. Ele bebia muito e tinha aquela distância, às vezes ele vinha, às vezes não vinha. Então que era tudo por nós. Eu tinha que me virar pra conseguir as coisas. Eu pedia, juntava do lixo... A família me deixou de lado e tive que fazer por mim.”

Após um período com a mãe, Tomás foi levado pelo pai a morar com uma tia paterna. Diz que nunca se adaptou, pois não se dava bem com a família da tia e por isso fugia para ir ver a mãe que morava em outro bairro. Nessa época Tomás tinha entre dez e doze anos e refere que foi aí que conheceu o *mundo das drogas*. Mais tarde ele se envolveu com roubo e aos 19 anos acabou sendo preso. Durante esse tempo, também frequentou alguns cursos profissionalizantes promovidos por uma congregação comunitária do morro, onde recebia uma bolsa mensal. Depois de cumprir parte da pena na prisão, Tomás foi encaminhado para trabalhos comunitários na creche dessa mesma congregação. A experiência foi tão bem sucedida que ele acabou sendo contratado como educador pela instituição.

Tomás é um caso de quem foi “resgatado” (de uma situação que poderia vir a ter um final trágico) através da sua inserção na rede sócio-protetiva do morro. Além disso, também encontrou a possibilidade de reconstruir sua família a partir de uma nova

configuração. Atualmente Tomás vive com a mãe (de quem é o responsável pelos cuidados no tratamento para esquizofrenia) e com seus três irmãos mais velhos.

“Para mim hoje a coisa mais importante é a minha família (mãe, irmãos), é só com o que me preocupo, dos outros prefiro não ter nem contato (família paterna e pai). (...) Mas a autoridade da casa hoje sou eu. Eu sou o mais novo, mas todo mundo me respeita, que eu sou quem diz as coisas ali. Ele (pai) não aparece, quase não vejo ele. Uma vez ele foi lá em casa e tava bêbado, falou bobagem e eu mandei ele embora. Depois, nunca mais voltou.”

O fato de ser um “sobrevivente”, de ter “passado pelo que passou” e hoje ter um trabalho, faz com que Tomás seja também uma referência positiva tanto para a instituição quanto para outros jovens. Com esse reconhecimento público ele parece ter encontrado um terreno mais seguro para agenciar suas relações e sua vida profissional fora dos territórios “marginalizados”. A partir da sua experiência de quem passou pelos “dois lados” Tomás nos traz um discurso capaz de incluir as contradições de uma realidade que se quer evitar, mas que não é possível negar a existência. Sobre o que considera como protetivo para as crianças, ele dá o seu depoimento:

Tomás: “A criança tem que se conscientizar, porque o crime não vai acabar. Porque não tem outra saída. Muitos acabam na prisão. E eu posso dizer: não tem cara ruim lá dentro. Que eu conheço os dois lados. Tem muita droga, mas vai da cabeça da pessoa. Tem aquela idade, da adolescência, que tu quer as coisas, quer experimentar. Eu era assim, tava no meio disso, tinha droga, tráfico. Mas vai da cabeça da pessoa usar.” (...) “Acho que os pais dão muita liberdade. Tem que mostrar os dois lados, porque um dia eles podem perder o que tem, e não vão saber o que fazer. Colo é o que mais falta. É uma coisa muito esquecida, e eu sempre digo que é muito importante. Falo pro pessoal aqui, incentivo. Mas nem todo mundo pensa assim.”

Carolina: “Tu lembra disso? De sentir falta de colo quando era pequeno?”

Tomás: “Eu lembro que sentia falta, eu lembro de tudo. As pessoas dizem que sou melhor que meus irmãos... É porque tenho mágoa. Eles não dão bola, não têm essa mágoa que eu tenho. Mas é isso que me faz querer fazer a coisa certa, sofri muito e não quero repetir com as crianças”.

Tomás refere que as oportunidades recebidas da instituição sócio-protetiva do morro foram fundamentais para que ele pudesse viabilizar e visibilizar um futuro

diferente para sua vida. Mas além desse apoio fundamental, Tomás também referiu a presença de outras redes mais microscópicas e que sem dúvida contribuíram - cada uma a seu tempo e a seu modo - na construção desse “outro futuro possível”. São pessoas que passaram por sua vida, como “um amigo mais velho” que lhe dava conselhos, ou grupos que freqüentou em um determinado momento, como a família de uma ex-namorada que ele diz ter como referência positiva de família. A pouca afinidade que refere ter com a família da tia pode ter sido um dos “furos” da rede, porém podemos supor que a convivência com a mãe e irmãos hoje, por onerosa que seja, confere uma âncora a sua identidade pessoal e certo orgulho como “chefe de família”.

As trajetórias de Tomás e Camila, conforme vimos, nos falam sobre perigos que ameaçam a juventude nesse bairro – em particular a droga. Tomás já aponta para o que considera “falha” nas estratégias de proteção: “os pais dão liberdade” – tema que será explorado mais adiante. Mas devemos destacar também como nesses relatos ressalta-se a importância das redes de apoio, sejam elas familiares, institucionais, religiosas ou ainda aquelas redes “alternativas”, menores e invisíveis. Redes pouco previsíveis, mas que talvez tenham sido, em algum momento do percurso, fundamentais.

4.2.2 Proteção e perigo *da e na* comunidade

Em quase todas as minhas observações, encontrei imagens de perigo e violência ligadas ao espaço do bairro. No entanto, ficou evidente que essas imagens não eram sempre do mesmo grau e intensidade. Assumiam cores diferentes dependendo da situação particular do meu interlocutor. Conversando com Terezinha sobre minha intenção de acompanhar a entrada e a saída das crianças, ela advertiu-me que não era necessário chegar as 7:15, horário em que abre a creche. Segundo ela, eu poderia chegar pelas 7:30, pois além de ser o horário em que chegam a maior parte das crianças, “é mais seguro”. Em seguida, perguntou-me sobre o caminho que faço para chegar à creche. Disse-lhe que descia na rua grande e subia toda a ladeira. “É, esse é melhor para fazer de manhã, é mais seguro. Mas para a tarde eu posso te ensinar outro caminho, que vem por dentro e não precisa subir essa ladeira toda.” E seguiu explicando: “O tráfico é um problema aqui. Tivemos em maio “a lei do silêncio”, o “toque de recolher. Eles tentaram fazer aqui o que fizeram em São Paulo, tínhamos hora para voltar para casa. Teve cinco mortes, porque o traficante maior tava preso e tentaram dominar essa região, mas daí a polícia interveio.”

Em outra ocasião, estava acompanhada de funcionários da creche quando encontrei Cida, uma senhora com quem havia travado uma boa relação quando trabalhava como psicóloga na região. Paramos para conversar e ela começou a tecer elogios a meu respeito em alto e bom tom, o que me causou algum constrangimento. “Essa aqui é de fé! Ai de alguém fazer alguma coisa para a Carol, eu sou a primeira a defender ela”. Ela repetiu isso umas três vezes e fiquei me perguntando o que exatamente ela queria dizer. Estaria ela tentando proteger essa “estrangeira” ao mostrar que eu não era totalmente estranha ali? Estaria me oferecendo, para o caso de precisar, sua rede de solidariedade após eu tê-la ajudado com os problemas que tivera após a morte da filha?

Certa vez, comentando com Lídia sobre o tamanho de seu pátio – maior do que o de muitos de seus vizinhos – referi que as crianças (entre um e oito anos) deveriam adorar brincar ali. Sua resposta, no entanto trouxe-me outra visão sobre aquele espaço. “Eu tenho medo dos tiros que dá aqui. Por isso eu não deixo eles brincarem no pátio. A casa tem um pátio bom até, mas eles brincam mais é dentro de casa. Quando eles saem eu vou junto com uma cadeirinha e fico lá”. Era preciso levar em conta ainda que o “amplo” terreno em frente à casa está cercado apenas por arames, o que permitiria facilmente uma escapadela de uma de suas crianças. Realmente, pensei, não devia ser fácil de segurar as crianças em um ambiente que oferece tão poucas “barreiras” aos seus movimentos. Seria preciso estar sempre “de olho” nas crianças ou poder contar com olhar zeloso da vizinhança. Lídia disse que não conhece muita gente por ali, apenas duas vizinhas e que as crianças não costumam brincar fora de casa ou na casa de vizinhos. “Não gosto, tenho medo que maltratem. Sabe como é quando é o filho dos outros...” “Mas isso já aconteceu? Tu já viu ou ouviu falar algo assim?” “Não, mas tenho medo”. “E as crianças vizinhas, elas vêm na sua casa?” “Não. Só o menino dali de cima que vem de vez em quando, mas daí eu fico cuidando”.

No caso de Lídia, é possível que seu receio em deixar seus filhos “soltos” no pátio e a sua desconfiança com relação aos vizinhos acentue-se pelo fato de ser nova no bairro (mudou-se há cerca de um ano). Paula, moradora há mais de vinte anos na região, nos apresenta outra percepção a respeito do espaço em que vive. “Aqui não tem perigo, que todo mundo conhece todo mundo. A menina ali de baixo, às vezes ela sai pra escola com umas roupinhas minúsculas, daí eu digo pra ela: ‘Carem, onde tu vai com essa roupa? Já pra casa pra trocar!’ Então tem isso de um cuidar do filho do outro. E eu acho que o perigo tá em todo o lugar, não tá só no morro.”

Essa idéia de uma comunidade que se conhece e se protege mutuamente, contrasta com a percepção de que se trata de um bairro violento, com um histórico de homicídios e tráfico de drogas. Essa contradição parece ser resolvida em um discurso que coloca a violência como algo distante, que remete ao passado ou que atinge apenas os que são *de fora*: “Aqui é tranquilo, esse silêncio que tu tá vendo. Logo que viemos dava tiroteio e as crianças morriam de medo, depois nunca mais deu. Acho que devem ter matado uns dois ou três e agora tá em paz” (Lídia). Ou ainda, “Eu vim morar no morro com 10 anos e nessa época o tráfico de drogas era pesado. Hoje não é mais. Hoje o neguinho compra 50 reais de maconha e acha que é traficante. Mas antes era pesado, era tiroteio direto, há uns 20 anos atrás. Eu vivi essa época” (Paula).

Desde meu primeiro dia em campo percebi essa ambivalência nas falas de alguns moradores com quem conversei. Por um lado era o discurso que tentava me avisar sobre o “local perigoso” onde eu estava “me metendo” e por outro eram ressaltadas a segurança e a tranquilidade experimentadas por aqueles que já eram do lugar. Assim, para justificar essa “segurança” e assegurá-la enquanto privilégio de alguns poucos, eram acionados os fatores de pertencimento: “também, meu marido mora há mais de trinta anos no morro, todos aqui me conhecem”. Embora houvesse a intenção de me prevenir sobre os riscos que eu corria por não conhecer o lugar nem ser conhecida ali, por outro lado, me parecia que esse discurso do “quem avisa amigo é” acabava também servindo como uma maneira de “regular” a presença de estranhos no local. Tal “regulação social” atuando nos territórios mais permeáveis como os espaços públicos, neste caso a praça, poderia ser tomada como uma forma de proteção com relação à presença de estranhos (potencialmente perigosos) ao constranger suas entradas e saídas. Ao se aproximarem de mim procurando sondar quem eu era e o que fazia ali, os moradores da região atuavam, de forma mais ou menos consciente, na manutenção da segurança local.

4.2.3 Relações com as instituições educacionais:

Contornando perigos, calculando o futuro

É interessante notar que, enquanto certos observadores localizam o perigo com relação à infância pobre na família (potencialmente desestruturada ou violenta), muitas das mães com quem conversei localizavam esse perigo nas próprias instituições encarregadas de proteger as crianças. Assim, certa manhã, em conversa com Paula e

Diana, na pracinha, perguntei sobre quais atividades elas achavam importante que seus filhos frequentassem.

Paula: “Ali no Sase eu não boto de jeito nenhum. Esses dias eu tive lá pra falar com a Vilma e vi as crianças se pegando no pau e as tias só conversando. Até que a criatura caiu e ainda teve que levar xingão, sendo que o outro que tinha empurrado. Eu só botei o Cristiano na creche porque a direção mudou, e mesmo assim eu tô sempre em cima. De vez em quando eu passo ali e dou uma chamada nas tias. Porque seguido elas estão conversando e não prestam atenção nas crianças.”

Diana: “É tem que ficar de olho. Tinha até uma das educadoras que batia nas crianças. Todo mundo sabia, mas o padre não acreditava e ela continuava. Até que uma vez ela fez assim com a criança na frente de todo mundo e mesmo assim diz que o padre não quis acreditar.”

Carolina: “Você está falando da Carmem?”

Paula: “Essa mesmo”.

Diana: “Diz que ela sempre bateu nas crianças. Meu filho já tinha dito, e depois eu ouvi da filha de uma amiga minha, daí eu disse, então deve ser verdade.”

Paula: “Diz que o padre falou que ela podia “escolher” se queria ficar. Porque eu fiquei sabendo de fonte segura. Daí eu fui lá e exigi que ela saísse. Diz que depois disso o padre nem pôde mais deixar ela ficar.”

(De fato, pouco tempo depois que cheguei na creche, soube que um educadora havia sido mais ríspida com uma menina e que isso teria culminado em seu afastamento.)

O cuidado com relação ao tratamento que é conferido às crianças, o medo de que alguém *de fora* as agrida aparece de forma semelhante com relação aos funcionários do posto de saúde. Vejamos o relato de Camila: “O problema do Posto é o atendimento. (...) Que nem, quando eu fui pra trocar o curativo do meu guri, a enfermeira pegou e puxou assim, sem nem molhar um pouquinho antes, nem perguntou o que tinha acontecido, nada. Nem cuidou se tinha cabelo, nada. Eu falei pro chefe da equipe, reclamei pra ele, disse que não trazia mais ele. Ele me deu razão, disse que ia falar na próxima reunião.”

Na opinião de Paula, esse tipo de situação tem que ser resolvida na hora e ensina seu filho de seis anos como deve agir para se defender.

Carolina: “Que tipo de medos tu tens com relação ao teu filho?”

Paula: “Que maltratam, que xinguem... Quando ele ia no mercado ali pra mim, ele voltava e dizia ‘mãe porque o cara diz negrinho, meu nome não é negrinho’, porque ele chegava lá e o cara dizia: ‘negrinho, o que tu quer?’ Então eu disse pra ele: ‘da próxima vez que tu for lá diz a ele que teu nome não é esse’. Daí ele chegou lá e disse: ‘meu nome não é negrinho é Cris-ti-a-no’. O cara pediu desculpas, disse que não sabia o nome dele e tal.”

Carolina: “E como você lida com as situações de preconceito?”

Paula: “Olha, tem que tomar uma atitude na hora, porque na justiça se arrasta. Eu nunca vi ninguém ser preso por isso, não sei de ninguém que esteja preso.”

Nas minhas conversas com a diretora da creche, soube que essa mãe era bastante criticada. É irônico que, no seu zelo de mãe protetora, Paula acabou sendo vista como “barraqueira” nos locais por onde transitava. Ou seja, o que ela via como esforço para garantir o bem-estar do filho era interpretado como um comportamento exagerado – algo que poderia comprometer seu desempenho de mãe.

Na percepção das mães, o perigo potencial dos filhos serem mal tratados aparece especialmente nos espaços públicos – o que inclui a própria escola do bairro. A escola é hoje uma referência na vida de todos os moradores do bairro, mas caberia perguntar quais as expectativas dos pais com relação ao papel da escola em termos da proteção e preparação de seus filhos para o futuro. Mesmo que as famílias dessas crianças tenham invariavelmente um discurso sobre “a importância da escola”, podem não estar na prática muito convencidas dos benefícios que são atribuídos à experiência do ensino formal.

A trajetória de Lili pode nos ajudar a pensar esses paradoxos que envolvem a ideia de “preparação para o futuro” dentro de uma perspectiva que é também de “proteção do futuro adulto” e que está embasada nos conhecimentos práticos adquiridos nas diferentes experiências dos indivíduos. Conheci Lili – moça branca de cerca de 40 anos – em agosto de 2004 quando ela ingressou em programa do governo (PETI). Na época os dois filhos adolescentes (12 e 16 anos) trabalhavam catando material reciclável nas ruas. A família vivia em situação de extrema pobreza em uma “favelinha” nas imediações do Morro da Cruz.

Sua aparência física revelava a dureza de sua vida. Embora muito vaidosa e zelosa de seus longos cabelos louro-escuros, Lili tinha limites muito concretos que dificultavam seus cuidados com a aparência. No cubículo em que mora com os filhos não há banheiro e a família depende da boa vontade dos vizinhos para “puxar” água por uma mangueira. Além disso, Lili já havia perdido praticamente todos os dentes da boca, restando-lhe apenas alguns caquinhos amarelados que ela tenta esconder com as mãos quando ri um riso tímido e acanhado. Certa vez, ela mesma referiu em tom de deboche que sua aparência “espantava” os candidatos a empregadores: “Assim que ela me viu sorriu e tudo, mas era pra tu ver a cara que ela fez quando eu abri a boca! Mudou totalmente!”

Lili costumava se referir aos seus vizinhos como “aquela gente sem estudo...”, ou ainda “nós que temos educação...”. No entanto, embora tivesse orgulho de sua trajetória escolar (fora até a 8^a. série), fruto de “épocas mais tranqüilas quando vivia com a família em São Gabriel”, na prática, esse “capital” não lhe trazia grandes avanços na superação da extrema pobreza em que se encontrava. Seus vizinhos, embora “sem educação”, viravam-se com suas carroças e alguns até terceirizavam o serviço para os filhos de Lili. Os profissionais do PETI³⁰, por sua vez, tentavam fazer valer as diretrizes do programa, pressionando para que os meninos (12 e 16 anos) voltassem a freqüentar a escola (ambos a haviam abandonado ainda nas primeiras séries) e freqüentassem os cursos oferecidos pela associação comunitária de modo que a mãe pudesse continuar recebendo a bolsa (\$200,00) do programa. Lili incentivava muito os filhos que estudassem, mas parecia não encontrar argumentos para fazê-los largar a carroça que no futuro poderia chegar a lhes render até \$400,00 num mês. Apesar de “ter estudo”, há muito tempo Lili não conseguia emprego nem com faxina. Os muitos anos vividos “batalhando” o sustento dos dois filhos (o mais velho ela deixou desde pequeno para que a avó criasse) em total precariedade material, mais as perdas afetivas que sofreu lhe deixaram marcas bem mais profundas do que os conhecimentos adquiridos nos anos que passara na escola em São Gabriel.

Nesse estudo os dados referentes às trajetórias escolares apontam para uma situação bastante desconfortável dentro de uma perspectiva que, na realidade atual, insiste no acesso à educação como principal saída para o ciclo da pobreza. Embora “ter estudo” seja um forte atributo de distinção social e esse capital simbólico seja

³⁰ Eu e meus colegas.

freqüentemente ressaltado entre os moradores do morro, minhas observações sugerem que, na prática, os anos de estudo acumulados podem não assegurar melhores postos de trabalho ou condições de vida. Entre nossas informantes mulheres, as atividades domésticas são, como no caso de Lili, o tipo de conhecimento profissional que tem lhes proporcionado as mais acessíveis entradas ao mercado de trabalho. Todas as mulheres com quem conversei trabalhavam ou já haviam trabalhado com serviços domésticos. Sem dúvida a percepção dessa realidade pode ser fator desestimulante para algumas jovens manterem-se estudando.

A universalização do acesso a escola no Brasil, sobretudo nas últimas décadas, possibilitou um significativo incremento nos índices de alfabetização e conseqüentemente no número de brasileiros que compartilham certos códigos da cultura letrada. No entanto, isso não significou uma concomitante universalização das realidades sociais, o que acabou acarretando em diferentes usos e sentidos práticos das trajetórias escolares e dos conhecimentos adquiridos em sala de aula. Embora exista uma intenção de “preparar o aluno para o futuro”, na prática, o tipo de preparação que a escola fornece, conforme demonstra Ariès (1981), vincula-se tradicionalmente a uma idéia muito específica de “futuro”, típica das camadas médias e que pode não estar contemplada nas possibilidades de agenciamentos de muitas das crianças oriundas dos contextos de periferia.

Paulo Freire (2006), em seu clássico texto “Pedagogia do Oprimido”, já assinalava o problema de um ensino descontextualizado na formação de crianças, especialmente daquelas provenientes dos ambientes mais empobrecidos. Esse autor chama a atenção para o fato de que os saberes da escola formal estavam não apenas desconectados do cotidiano dos grupos populares, como serviam para reproduzir valores sociais historicamente opressores. Isso porque a universalização da educação disseminou para todos os grupos sociais os conhecimentos produzidos por e para um “seleto grupo de adeptos dos valores da escola” (*apud* Dubet 2004: 552). Outros estudos têm se ocupado em dissertar sobre o que chamam de “crise da educação”. Ela seria motivada, em parte, pela descrença na efetiva capacidade da escola de construir os itinerários necessários ao ingresso no mercado de trabalho (Sarmiento, 2002 e Dubet, 2004). Não somente as escolas não estariam fazendo bem essa passagem entre teoria e a prática profissional, mas também a educação como um todo tenderia a desvalorizar o ensino técnico e profissional (Dubet, 2004).

Certamente a escolaridade universal é desejável. Porém, quero levantar a hipótese aqui de que, para distintas realidades, diferentes lógicas e estratégias serão acionadas nas práticas cotidianas. É evidente que todos querem se dar bem na vida e as decisões acerca do tempo de permanência na escola fazem parte desses cálculos, baseados mais nas experiências práticas dos indivíduos do que nos ideais propostos pelos intelectuais e pensadores da cultura. Nossos dados sugerem que essa é uma questão um tanto mais complexa, e que a percepção acerca dos espaços institucionais e dos anos de estudos acumulados em um contexto como o do Morro da Cruz certamente não adquirem o mesmo sentido do que entre as classes médias.

4.2.4 A importância das redes

I. Entre um “bico” e um emprego

Os profissionais das redes de proteção social podem, com a intenção de ajudar a família, entender que um emprego de “carteira” é sempre mais interessante porque traria estabilidade e segurança para as crianças. Dessa forma, explica-se a preferência, por parte da creche, às mães usuárias do serviço que tenham um trabalho regular. Isso fica claro nas seguintes falas extraídas de meu diário de campo: “Ela (Paula) é muito esperta. Na época que o filho entrou na creche ela trabalhava, depois saiu. Ela não fica em emprego. Sabe aquele tipo que não gosta, que não tem jeito pra ter um trabalho? A família é assim, desorganizada.” Ou “Parece que a família está com problemas. Mas a mãe (Lídia) tá aconchegada. Ela chega pra buscar os meninos, chega correndo dizendo que veio do serviço, mas a gente sabe que ela não tá trabalhando, esses dias eu vi que ela tava lá no orelhão de papo. Ela tem quatro filhos aqui na creche e o pequeno parece que tava desnutrido.”

As falas dos profissionais frequentemente incentivam a realização de cursos de geração de trabalho e renda que têm como objetivo “emancipar” a mãe. No entanto, é preciso certa cautela para que não se esteja com isso sobrecarregando a mulher de atribuições que, tradicionalmente, vêm sendo divididas pelo casal, ou pelos diversos atores da rede familiar que acabam por ocupar temporariamente o papel parental “vago”, conforme veremos mais adiante. Além disso, ironicamente, para o olhar muitas vezes descontextualizado dos profissionais da rede de proteção à infância, as mães que

saem para trabalhar e deixam os filhos “desamparados” serão percebidas como “negligentes”. Por outro lado se não aceitarem alguma oferta de emprego, “elas não querem se ajudar”, conforme vimos acima.

O seguinte caso ressalta dilemas colocados à mulher que tenta se virar sozinha e procurar um emprego, uma vez que seus tradicionais pontos de apoio financeiro – masculinos – falharam:

Lídia é uma jovem branca de 24 anos. Possui longos cabelos ruivos e, apesar dos cinco filhos, parece recém saída da adolescência. Nos conhecemos em uma das manhãs em que acompanhava a entrada das crianças na creche. Lídia conversava com a atendente após deixar quatro de seus cinco filhos na instituição. Neste dia, Lídia estava bastante nervosa com sua situação e, ao contrário da maioria dos pais que trazem as crianças e vão embora, ela queria conversar. Também entrei na conversa e Lídia seguiu em um desabafo sobre a pressão que estava sentindo, a falta de trabalho, o dinheiro curto, a dificuldade com os filhos.

Lídia está inserida na rede sócio-protetiva do município: seus filhos estão em creche, a família está inserida em PETI e ela já frequentou cursos de geração de renda em uma instituição da comunidade. Embora amparada pela rede institucional por um lado, por outro Lídia demonstra sentir-se bastante desamparada. Sua crise é motivada pelo processo de ruptura familiar, iniciado há mais ou menos três anos. Desde que seu pai morreu e o marido foi embora, Lídia se encontra pela primeira vez sozinha para criar os cinco filhos. Suas referências de vida em família até então tinham sido com a presença de um homem, o pai, que centralizava em si a autoridade moral, afetiva e econômica da família.

Lídia é a caçula de cinco irmãos. Todos foram criados pelo pai, funcionário público, enquanto a mãe teria deixado a família para viver com um novo companheiro quando Lídia era ainda pequena. Aos 16 anos Lídia engravidou e trouxe o marido para morar com ela na casa do pai em um bairro da periferia de Viamão. Algum tempo depois, já com um segundo filho, o casal se separa e Lídia vai morar com um novo companheiro em uma casa nos fundos do terreno do pai. Os filhos do primeiro casamento permaneceram morando com o avô na casa em frente. Com o novo companheiro Lídia teve mais três filhos. Durante esse período, Lídia completa o segundo grau e, conforme relatou, até então “nunca tinha trabalhado de verdade”. Com a morte do pai e a separação do segundo marido, Lídia se vê na incumbência de sustentar os cinco filhos. Com a ajuda da irmã e do cunhado ela vem para o Morro da

Cruz, onde encontrou também apoio na rede de serviços públicos e de assistência social e comunitária do bairro.

A necessidade de prover o sustento dos filhos “sozinha”, após a ruptura familiar, acontece concomitante às outras necessidades familiares já incorporadas, como o gerenciamento da casa e os cuidados com os filhos. Assim, Lídia teve que assumir para si atribuições que eram anteriormente de responsabilidade compartilhada. Trata-se de uma condição percebida como transitória e ela segue em busca de auxílio para restituir a complementaridade familiar perdida. Nesse sentido - e enquanto o novo marido não chega -, Lídia “sai de casa”, se insere nas redes institucionais, negocia a ajuda de sua ex-sogra, busca conselho com a atendente da creche, enfim, busca ampliar suas redes de apoio.

De certo modo, Lídia, como muitas mulheres que entrevistei, deixa saber que gostaria de angariar uma estabilidade financeira através de algum trabalho regular. “O meu pai não deixava faltar nada para os meus filhos. Eu não consigo ser como meu pai. Com ele tinha muito diálogo. Eu não consigo. Chega de noite e eu não tenho paciência com meus filhos. Não consigo ficar com eles. Não consigo dar as coisas para eles como o meu pai. Eu nunca tive medo de trabalhar, mas não dá para dar as coisas para eles. Queria ser como ele, não ter que depender de ninguém”. Porém, argumenta que tem encontrado dificuldade para encontrar trabalho e que quando encontra, frequentemente os patrões lhe exigem horários incompatíveis com sua rotina de mãe.

“Eu trabalhava na limpeza. Só que tinha que trabalhar à noite e não dava para pegar as crianças na creche, daí tive que largar. Eu tive outros trabalhos que não pude pegar por causa das crianças. Tinha um restaurante no centro, entrava às sete da noite e saía pelas 3h. A gente limpava tudo e podia ir embora. Mas minha mãe não quis ficar com as crianças. Às vezes é melhor nem dizer que tem filhos para não perder o trabalho. Uma vez eu ia trabalhar vendendo celular, o horário era bom. Daí uma vizinha minha disse que era pra eu dizer que tinha filhos, que ia ganhar mais. (22 reais a mais por cada criança) Foi eu dizer que tinha filhos e eles não me chamaram mais. Me arrependi, não devia ter dito”.

Em função das dificuldades em ajustar seu horário de trabalho aos cuidados que deve dispensar aos filhos, Lídia mostra uma preferência pelo trabalho ocasional de faxina. Certa vez, contou-me toda contente que teria uma entrevista para vaga em

emprego fixo. Mais tarde quando retomei o assunto ela já não me pareceu mais tão empolgada. Logo falou sobre as faxinas que faz duas vezes por semana e que poderia pegar mais algumas. “A professora lá da creche, a que dá aula para as mães, sabe? Ela disse que ia me conseguir uma faxina. Eu queria mesmo era conseguir mais umas duas faxinas, que me sobrava mais tempo.”

Na fala de Paula também encontramos uma nítida preferência por “bicos”:

“Eu vendo Natura, fiz uns cursos ali na Congregação. Mas o que tu me der pra fazer eu faço: arranjo, bolsa, bolo. E trabalho com umas “bibas”, três vezes por semana. (...) Ganho 120 por semana, mais do que o salário mínimo, e trabalho só três vezes por semana, das 10h às 4 da tarde. (...) Quando o Cristiano (filho, 6 anos) era pequeno eu trabalhava o dia todo, quase não ficava com ele, pagava uma mulher pra cuidar. Daí um dia ele chamou ela de mãe, daí eu ‘opa, isso não tá certo, a mãe sou eu.’”

Existe nos comentários dos profissionais uma desvalorização do trabalho doméstico, ou do trabalho que é feito em casa e com maior flexibilidade. Parece que para ser “sério”, um trabalho precisa ser formalizado, de “carteira”, configurando-se em atividade diária e que ocupe boa parte do tempo. Algo assim mais “penoso” do que “apenas” algumas faxinas eventuais. Mesmo as mulheres que trabalham como empregadas domésticas tendem a desvalorizar sua profissão (Fonseca e Rizzini, 2002). Lembro que, certa vez, a atendente da creche perguntou a uma das mães: “Tu ta trabalhando?”, ao quê ela respondeu: “Não... to só com as faxinas”.

Os empregos de “carteira”, nos quais se trabalha cerca de oito horas por dia, cinco ou seis dias por semana, ainda que tragam uma estabilidade desejável, podem ser, na prática, pouco operacionalizáveis para famílias chefiadas por mulheres. Sobretudo aquelas que não contam com grande rede de apoio. Assim, as faxinas e os “bicos”, em se tratando de um contexto que demanda tempo e flexibilidade para cuidar dos filhos, da casa e ainda oportunizando o cultivo das redes de apoio (inclui-se aí a procura por marido), parecem bem mais interessantes dentro de uma gama tão restrita de opções. São também consequência de cálculo matemático, conforme Paula fez questão de nos ressaltar. De fato, cada faxina rende em média 30 reais por turno de seis horas. Com o salário mínimo em 350 reais é possível com cerca de 12 faxinas por mês, ou três por semana, ultrapassá-lo em 10 reais. Sem falar que o dinheiro vem pingado e não todo de uma vez, o que é outra vantagem para quem não trabalha com a lógica bancária.

Nossas observações nos levam a crer que o tempo e energia necessários para a administração da casa e dos filhos podem ser determinantes para a instabilidade profissional vivida por muitas mulheres chefes-de-família das periferias pobres urbanas. Com pouquíssimos recursos, acabam dependendo das redes de sociabilidade local para prover as mínimas necessidades da casa. Lídia, por exemplo, não tem banheiro em casa e vive nestas condições há pelo menos um ano. “Como vocês fazem para tomar banho?” “Eu tomo ali na vizinha, e as crianças é de bacia mesmo. Eu comprei aqueles rabo quente, sabe? Mas eu já to com o material todinho aí, só não tenho ainda quem faça pra mim”.

II. A importância de um homem dentro de casa: pai, marido e... novo marido

O contato com Lídia fez-me perceber desde o início que para ela a proteção dos filhos estava diretamente relacionada com a proteção do núcleo familiar, mais especificamente com a restituição de uma certa estrutura familiar perdida. Sua crise fora desencadeada pelo rompimento de uma dinâmica familiar até então vivida como “segura” e “protegida” das instabilidades cotidianas, garantidas pela figura masculina dessa estrutura. Agora Lídia se via na incumbência de preencher esse vazio. Em nossas conversas, ela frequentemente sondava a minha opinião a respeito de um suposto pretendente a esse lugar: “Ele disse que quer me assumir. Ele quer vir aqui em casa, conhecer meus filhos. Quando a gente se encontra na rua ele é bom com eles. Diz que vai tratar deles como se fossem seus. Ele mora sozinho e ta querendo assim ter uma família. Disse que eu posso parar de trabalhar, que ele vai botar as coisas dentro de casa, que não vou precisar trabalhar. Mas eu tenho medo que ele me deixe depois, e eu sem trabalho, que nem o outro fez.”

Por outro lado, demonstra ainda gostar do ex-marido: “Se ele quisesse eu até voltaria. Ele quis um tempo atrás, mas eu que não quis. Ele tá com outra, mas às vezes vem me ver. Eu acho que ele gosta de mim, pois liga, pergunta como eu estou... Se não gostasse não ligava, né? Eu acho que gosto dele. Tem o outro, que quer me assumir, mas eu não gosto dele.”

Sem dúvida é preciso avaliar bem a situação, pois ao se casar novamente, Lídia poderia perder, além da possibilidade de reatar o casamento com o ex-marido, o importante apoio da ex-sogra. Lembro ter perguntado para Lídia como ela passou um

feriado do dia das crianças: “Foi bom, na quinta a gente foi pra casa da mãe do meu ex-marido lá em Viamão. Ela ligou convidando para irmos pra lá. Almoçamos e as crianças ganharam presentes.”. Uma escolha errada poderia deixá-la em situação ainda mais complicada. Nesse sentido, Lídia vive um dilema, pois ao escolher um novo marido, tanto coloca em risco o apoio que recebe da rede familiar do ex-companheiro quanto a própria possibilidade de reatar com este. Com relação ao tipo de apoio que é dado pela família do ex-cônjuge, ela refere: “A irmã de meu ex-marido me ameaçou se colocasse ele na justiça. A única pessoa que me defende é minha ex-sogra, que ajuda como pode.” Embora essa ajuda pareça não dar conta do sustento financeiro da família ao menos cumpre com um papel importante em termos da manutenção das redes de apoio e nos cuidados com as crianças.

Em um estudo sobre processos de ruptura conjugal e tipos de agenciamentos pós-divórcio na França, Le Gall e Martin (1995) encontraram algumas regularidades interessantes. Segundo os autores, existiriam duas tendências gerais nas dinâmicas pós-divórcio. Uma seria a busca pela *substituição* do parceiro com a restituição da família, “uma família apagando outra”; e outra seria a tendência de *manter* os laços paternos para além da ligação conjugal, levando a família a novas e mais complexas configurações. A primeira dessas modalidades de arranjo familiar funcionaria a partir de uma lógica de *ruptura* enquanto a outra de *continuidade*. Conforme constataram os autores, enquanto entre as classes médias vigoraria o segundo tipo de agenciamento, entre os meios menos favorecidos haveria uma tendência à lógica da *substituição*, com a desaparecimento quase total das relações entre o ex-casal e, em seguida, do cônjuge afastado com os filhos. Seria um tipo de dinâmica onde se buscaria “refazer a vida” através de um novo casamento e buscando a restabilização econômica da casa como forma de voltar a um certo equilíbrio na organização familiar(1995:205).

Os homens ideais nesses casos são aqueles que assumem a nova mulher com todos os seus filhos e passa a ser um pai para eles. Dentro da perspectiva apontada por Le Gall e Martin, nessas configurações que tendem à substituição de uma família por outra, o padrasto tenderá a ocupar um lugar “vago”. “O campo de competências do padrasto se dá quase totalmente como o do pai e se torna mais legítimo quanto mais mãe e filhos estão ligados contra o pai *enfraquecido*”³¹ (1995: 208). Além disso,

³¹ “*Son champ de compétence recouvre alors quasiment celui du rôle de parent, et ce rôle de substitution s’institue et se legitime d’autant plus facilement que la mère gardienne et ses enfants sont ligés contre le père défaillant*” (tradução da autora).

argumentam ainda que essa situação se vê mais facilitada quanto menores são as crianças e se o padrasto de fato cumpre o papel de provedor da família.

Lídia, embora passe por sérias dificuldades financeiras, em nenhum momento se referiu ao primeiro marido como uma possibilidade de apoio para com os filhos do primeiro casamento. Tudo se passa como se a chegada do segundo homem na casa tivesse isentado o primeiro deles de qualquer atribuição ou direito com relação aos filhos. Lídia referia que seu último companheiro era muito ciumento e que havia proibido a ela e a seus filhos de terem contato com o pai das crianças, o que teria contribuído para seu afastamento definitivo.

Conforme argumentaram Le Gall e Martin (1995), a família recomposta dessa forma seria uma busca pela família de referência: a família nuclear tradicional. Sob essa perspectiva, podemos identificar nos agenciamentos de Lídia uma busca pela restituição dos papéis familiares tradicionais: o homem enquanto principal provedor e autoridade familiar e a mulher com as responsabilidades domésticas e maternas. Nesse sentido, há fortes indícios que, à semelhança das famílias das classes trabalhadoras na França, a situação de Lídia justifique seus medos de que um novo relacionamento crie rupturas nas redes de apoio até então existentes.

III. Vantagens e desvantagens de um homem dentro de casa

Se é difícil, conforme vimos argumentando, ter um emprego estável nessas condições e se a estabilidade familiar é desejável, para Lídia a solução dessas equações se daria com a volta do ex-marido ou através de um possível recasamento. Por enquanto, ela tem que se virar como pode, em uma situação considerada como transitória. Mas tem outro fator importante a ser considerado nessa busca por um marido que se refere à segurança da casa. Conforme afirmou Fonseca, “pesquisas etnográficas mostram que, hoje, a polícia é relativamente impotente para controlar furtos e agressão física entre vizinhos nos bairros trabalhadores” (1997:11) Nesse sentido a presença de um homem, de preferência “forte e valente”, seria indispensável para resguardar a segurança do lar e das crianças.

Quando a mulher trabalha “fora” é obrigada a se ausentar da casa. Ora, deixar a casa “sozinha” por longos períodos era algo que minhas informantes evitavam. Muitas casas que conheci não tinham sequer uma fechadura e mesmo que tivessem seria muito fácil encontrar uma maneira de arrombá-las, tendo em vista a precariedade dos materiais

utilizados. Mesmo para uma saída de algumas horas era preciso pensar em uma estratégia que assegurasse a proteção da casa. Deixar as crianças mais velhas cuidando a casa pode ter sido uma prática muito comum, mas que foi pouco a pouco sendo considerada “inadequada” a partir da introdução das modernas noções de cuidado e do controle exercido pelas instituições de direito, como os conselhos tutelares (Fonseca, 2000, Ribeiro, 1998). De qualquer forma, ainda hoje é preciso levar em consideração estratégias de proteção do lar e seus pertences que podem incluir contar-se com a “olhadinha” de um vizinho, deixar a televisão ligada nas pequenas ausências ou ainda manter um cão de guarda.

Com relação a essa figura do “homem protetor” quando o assunto é a segurança do lar, um diálogo com Tomás parece bastante ilustrativo:

Carolina: “Como vocês resolvem essas situações de roubo, a quem recorrem?”

Tomás: “Resolve na mão mesmo. Eu mesmo não recorro à polícia, essas coisas. Que eu já sei o que vão dizer... vão fazer uma ficha e dizer que vão averiguar, mas nada acontece. Prefiro resolver eu mesmo”

Carolina: “E os vizinhos? Dá para contar com a ajuda deles? Na tua rua vocês se conhecem?”

Tomás: “Sim, a gente conhece todo mundo. Todo mundo sabe que ali moram quatro homens. Eles gostam da gente, porque somos quatro homens, eles confiam.”

Certa vez, escutei de uma mulher que não conseguia se separar do marido que bebia, a seguinte explicação: *ruim com, pior sem*. Nesse caso, a permanência do homem em casa pode estar mais ligada ao seu papel de protetor do que à sua capacidade de ser o provedor (Sarti, 1996).

Mas o que seria o pai ideal dentro de uma perspectiva de proteção com relação à infância? Nossos dados apontam para dois fatores fundamentais: pai é o provedor e é quem põe limites. Mas essas assertivas são apenas um referencial e na prática nem sempre são dinamizadas dessa forma. Se o principal provedor é a mãe ou a avó, então elas podem passar a ser a autoridade familiar. Assim como um homem que bebe pode perder sua autoridade moral sobre os filhos, não exatamente porque bebe, mas porque não cumpre com suas obrigações de provedor. Nesse caso, conforme dito acima, ele não necessariamente será expulso de casa, pois ainda cumpre uma função importante como

protetor. Por outro lado, um homem que tenha outras mulheres, ou até mesmo outra família pode ser considerado um bom pai, desde que não deixe de cumprir com suas obrigações. É o caso de Valmor, funcionário público, pai de nossa informante Paula.

“Ele sempre foi assim mulherengo, mas nunca deixou faltar nada pros filhos. Agora tá lá em Uruguaiana e tem uma mulher em Santo Ângelo e outra aqui. Ele diz pra uma que tem que viajar e vai ver a outra (risos). Ele é assim, e se tivesse aqui já ia te perguntar se tu tem namorado, já ia sondar a tua situação. (risos) (...) Porque ele é assim, tem o jeito dele, mas nunca largou a família, sempre foi responsável com a gente.”

O homem que não trabalha, não ajuda, ou seja, não cumpre com seu papel, é visto como “vagabundo” e coloca em risco a estrutura familiar e, conseqüentemente, a segurança das crianças. Reconhece-se que as mulheres também têm responsabilidade pelo comportamento de seus parceiros. Por isso, como me disse Diana – moça casada e com três filhos – a mulher tem que saber colocar limites, “o homem tem que ser tratado ali”.

Paula: “Mas as mulheres aceitam que os homens não façam nada, depois ficam sozinhas com uma carreira de filhos. Não vê a dali de trás? Quantos filhos ela tem mesmo? Seis, sete...”

Diana: “Seis eu acho. Eu não gosto do jeito que ela trata as crianças, tão sempre sujas...”

Paula: “São sete, tem o maior que mora ali.”

Diana: “Ah é, sete!”

Carolina: “E o pai mora junto? Ele ajuda?”

(As duas se olham e dizem praticamente a mesma coisa).

Paula: “Não dá para contar como pai.”

Diana: “Dá pra dizer que é como se não tivesse”.

Carolina: “E teu marido Diana, te ajuda? Ele tá trabalhando?”

Diana: “Ajuda sim, mas eu trato ele ali, ai dele se não ajudar. A mulher tem que se dar o respeito. Ele trabalha, quer dizer, agora tá enconstado, é que passaram por cima do pé dele. Por isso que tá assim manco (risos). Mas tá recebendo.”

Paula, por sua vez, não mora com o pai de seu filho e segundo referiu não quis ficar com ele justamente porque não seria um bom exemplo para o filho. “Depois

também eu fui descobrir que ele bebia. Imagina só meu filho e ele chegando em casa bêbado, então cortei o mal pela raiz. Deus me livre, imagina só... Eu já sabia o amanhã com um homem assim, porque eu tive um exemplo de pai. O cara era mais velho e se não tinha maturidade até agora não teria mais, né?” Em outra fala, torna explícito um medo ainda mais presente: “O perigo tá dentro de casa, em qualquer casa. Esse é um dos motivos de eu não ter me casado. Tenho medo que batam nele” Esse comentário aponta para a ameaça da violência física e do abuso sexual, dentro de casa. Nosso informante Tomás levantou a questão do abuso a partir do seu ponto de vista de quem trabalha diariamente com crianças:

“Mas tem uma coisa de que eu tenho medo (com relação às crianças) que é de estupro. Eu mesmo fico meio assim. Esse final de semana levei um guri que foi meu aluno ano passado lá pra casa que a mãe disse que ele não estava bem. A gente tem boa relação, então levei ele pra ficar comigo. Mas a irmã dele que também se dá bem comigo eu não levei. Porque imagina só, uma casa com quatro homens. Não dá, fica ruim de levar. Mesmo sendo menino já é ruim. Se a minha mãe ou a minha sobrinha estivessem em casa até tudo bem, mas só os homens não dá”.

Essa tensão entre homens e crianças se torna especialmente problemática no que tange às relações entre padrastos e seus enteados³². Há grande preocupação de que o novo companheiro maltrate seus enteados, batendo ou até abusando sexualmente. O receio de agressão por parte dos novos companheiros pode, como vimos no caso de Paula, servir de justificativa para a ausência de um recasamento. Ou ainda, pode gerar estratégias “alternativas” de proteção por parte da mãe, como sair de casa para namorar, ou mandar o filho passar uns tempos com uma madrinha. Mas essa “circulação de crianças” (Fonseca, 1995) não significa necessariamente uma ruptura com a família de origem, mas um trânsito estratégico e protetivo, mais ou menos temporário e circunstancial. No caso de Lídia, os seus dois primeiros filhos permaneceram com o avô (na casa em frente) durante o tempo em que permaneceu casada com o segundo marido. Com a separação e com a morte do pai, os filhos voltaram a morar com ela.

Uma estratégia de proteção possível, no caso em que não se tem um “homem” em casa para impor respeito, pode ser depreendida das atitudes de Paula, a

³² Embora tenhamos aqui nos debruçado sobre a relação dos padrastos com os filhos homens por se tratar da situação de conflito mais comum, ou pelo menos mais evidente, também poderíamos acrescentar outras relações potencialmente tensas entre padrastos e enteadas [ou ainda entre madrastas e enteado(as)].

“barraqueira”. Durante nossas conversas ela não demonstrava nenhum pudor em falar em alto e bom tom, para quem quisesse ouvir, sobre seus “barracos”. Ela divertia-se ao contar-me seus feitos quase heróicos, como a vez em que foi discriminada em loja de madame e terminou por jogar uma pilha de dinheiro na cara da atendente, ou quando “parou” um posto de gasolina ao armar um “barraco” em cima de um funcionário que não quisera lhe dar a chave do banheiro, mas que a havia oferecido a uma outra moça, branca e bem vestida. Paula parece criar uma proteção a partir mesmo dos conteúdos que performatiza em seu discurso, pois quem vai querer mexer com a “barraqueira”?

IV. Acionando a rede familiar

Em nossos dados etnográficos encontramos referências à dinâmica da “circulação de crianças” em todas as famílias com as quais tivemos contato. Como vimos na trajetória de Camila, quando seus pais se separam ela (que morava em Santa Maria na época) “transita” durante algum tempo entre a casa da irmã mais velha (irmã de criação), dos patrões e por último na casa do irmão mais velho em Porto Alegre. Anos depois, será ela quem irá receber a irmã mais nova.

“Minha irmã mais nova tá com 17 anos. Ela mora comigo e é como se fosse minha filha. O mesmo amor que tenho com meus filhos, a mesma preocupação, eu tenho com ela. E ela me vê assim também. A mãe já quis levar ela pra Santa Maria, mas ela não quer, quer ficar aqui.”

Muito frequentemente esse trânsito das crianças ocorre nos momentos de crise familiar, o que nos leva a sugerir seu caráter protetivo. Conforme argumentou Fonseca (1997), que estudou amplamente esse tema: “trata-se de uma prática particular aos grupos populares que deriva, por um lado, da importância da família extensa, por outro da necessidade de acionar estratégias coletivas para a sobrevivência das crianças.” (1997: 18). Zelar pelo bem de um filho, a partir dessa perspectiva, não significa ter que conviver com ele, “no sentido de acompanhamento pessoal e íntimo dos filhos” (1997: 22), ou seja, o amor e o cuidado materno ou paterno não estão restritos ao formato de convivência mútua, íntima e cotidiana (bastante comum entre as classes médias e altas).

Muito embora tenhamos encontrado alguns casos de pais que criaram os filhos sem a presença da mãe das crianças (como o pai de Lídia), na maior parte das vezes era com a mãe, ou pelo menos com uma mulher (irmã ou avó) que as crianças permanecessem após as separações. No caso de Tomás, como vimos, embora o pai permanecesse

relativamente distante, ele nunca se ausentou totalmente, contribuindo mensalmente com as despesas dos filhos que ficaram morando com sua irmã. A mulher, dentro de uma perspectiva de complementaridade de papéis, tem sido tradicionalmente percebida como a mais adequada nos cuidados com as crianças (Fonseca, 1992). Assim, o fato de que um homem deixe seus filhos aos cuidados da ex-mulher ou de uma irmã, pode não significar um “abandono” de suas responsabilidades com relação às crianças, mas sim a busca por essa complementaridade de papéis.

Um dado interessante a ser levantado dentro dessa lógica de cuidados coletivos e de complementaridade se refere aos cálculos efetuados pelos cônjuges no momento em que saem de casa. As trajetórias que seguem as rupturas familiares relatadas pelos nossos informantes apontam não para o “abandono” repentino de uma das partes, mas para um tipo de saída negociada, calculada em função das redes de apoio. Ou seja, uma crise do casal que implique na saída do pai ou da mãe do núcleo familiar não se dá sem que exista por parte deste uma noção anterior da rede de sustentação que poderá dar o suporte considerado necessário às crianças.

Assim, quando a mãe de Lídia decide sair de casa para morar com o novo companheiro, isso provavelmente só se tornou possível porque ela sabia que as crianças estariam amparadas pelo pai, funcionário público.³³ O pai de Tomás quando sai de casa e percebe que a mulher não está dando conta de criar os filhos em função de problemas psicológicos, leva-os para morar com uma irmã e segue pagando as despesas das crianças. Em outro caso, embora o pai já não morasse mais com a família há muitos anos é ele quem volta para cuidar da ex-mulher quando esta precisa ser internada.

Nesse sentido, a idéia de “abandono”, que aparece nos discursos sobretudo das mães que são as que mais freqüentemente ficam com as crianças após as rupturas conjugais, precisa ser relativizado e contextualizado. Primeiro pela tendência anteriormente apontada de *substituição* familiar quando há uma separação, ou seja, uma tendência ao “apagamento” das relações anteriores. E segundo, por uma presença/ausência calculada em termos daquilo que o cônjuge que sai para “refazer sua

³³ Ao deixar os filhos com o ex-marido funcionário público, a mãe de Lídia assegurou não somente a segurança financeira das crianças como também a estabilidade de seu novo casamento que poderia se ver ameaçada pela diáde, potencialmente tensa, padrasto e enteada. No entanto, embora nunca tenham morado juntos e a filha seja hoje adulta, a ameaça de um possível interesse afetivo-sexual entre eles parece persistir conforme relatou-me Lídia: “Eles [meus filhos] ganharam um DVD do meu padrasto e uma televisão, ele tá sempre ajudando. Por isso que eu te falei que minha mãe fica dizendo que ele tem interesse em mim, que eu to andando com ele. Ela chegou e disse isso pra minha filha, vê se pode?”

vida” percebe sobre as redes que podem dar apoio às crianças na sua ausência. Um distanciamento mais acentuado pode significar uma confiança excessiva do cônjuge ausente na rede de apoio familiar. Assim, quando o primeiro marido de Lídia sai de casa e não mais aparece, esta se encontra sob o total amparo do pai. Além disso, logo em seguida, ela irá “juntar-se” a outro homem. Por outro lado, quando a rede de apoio não é percebida como suficientemente sólida, o cônjuge afastado pode continuar a atuar na dinâmica familiar. Assim, quando o segundo marido de Lídia sai de casa, seu pai não está mais vivo e por isso o companheiro precisará acionar sua própria rede familiar (no caso sua mãe) para dar esse suporte enquanto ele vai “refazer a vida” em Santa Catarina.

Um dos fatores que agravaram a situação da família de Lídia após a perda das figuras masculinas, foi o fato de que ela não mantinha uma rede de relações sociais muito ampla e que pudesse lhe dar mais apoio. Segundo relatou, apenas a família da irmã, que também mora no morro, está em condições de ajudá-la. Como sua família de origem tinha estabilidade financeira, talvez nunca tenha precisado “praticar” as redes de reciprocidade. Dessa forma, pode-se dizer que a estabilidade financeira do pai acabou contribuindo para esse isolamento social, reforçando o modelo de família nuclear centrado na figura paterna³⁴.

Por outro lado, nossa pesquisa aponta para a importância do apoio recebido dos irmãos em momentos de crise familiar. Veremos em seguida como Paula percebe sua participação decisiva no afastamento do irmão mais novo das drogas e sobre a sua rede fraterna ela refere com orgulho: “Todos os filhos estão bem, nenhum se perdeu em droga ou bebida. E todo mundo se ajuda. Se eu preciso de alguma coisa tem meu irmão, se minha irmã precisa ela chama. A gente se vê direto. (...) Quando eu tava grávida, era eu dizer um ‘ai’ que eles vinham me ver, saber se eu tava bem. A gente é muito unido e os irmãos se ajudam”.

Camila, que anteriormente vimos ter recebido o apoio do irmão para recomeçar a vida longe das drogas em Porto Alegre, também ressaltou a importância dessa rede: “Todos os irmãos estão bem hoje, têm casa e família. Eu sempre digo que minha mãe teve sorte, que a gente podia ter se perdido na vida.”

Nesse sentido, nossos dados apontam para a necessidade de atentar para a mútua-ajuda que acontece no sentido horizontal das dinâmicas familiares, ou seja, entre

³⁴ Segundo seu relato de infância, desde pequena Lídia e a família não tinham muito convívio com a vizinhança nem com os parentes, os quais moravam em outra cidade. Outro possível agravante desse isolamento tenha sido a situação conjugal do pai: “Eu só tive uma amiga, amiga mesmo. Mas nós não podíamos levar amigas em casa, sabe como é pai separado naquela época, a mãe dela não gostava.”

irmãos, primos, cunhados, etc. Sobretudo como contrapartida a uma tendência, forte entre as classes mais abastadas, de se pensar a proteção como centrada nos genitores ou, no máximo, nos avós.

4.2.5 Entendendo a importância de “colocar limites”

Passamos agora a focalizar diretamente os discursos das mães entrevistadas sobre aquilo que consideram mais importante para a *proteção* de seus filhos, quais os perigos a que estão sujeitos e como procedem para dar conta dessa situação. Acredita-se que é só agora, depois de ter considerado as várias experiências de vida dos adultos, que se pode melhor entender a ênfase que colocam na necessidade de “impor limites”. A importância de se “pôr limites” apareceu como uma das preocupações mais recorrentes entre meus sujeitos de pesquisa quando o tema em questão era a proteção das crianças. O principal perigo nesse sentido convergia principalmente a um possível envolvimento do filho com drogas. Como disse Paula:

“Eu acho que tudo está na criação. Em como você vai criar seu filho. O meu pai foi muito duro comigo, que eu sou a mais velha. Na época eu achava que ele não gostava de mim. Hoje vejo que foi bom. Porque é assim, se tu diz não pro filho, tem que ser não. Não pode voltar atrás. Meu filho sabe que comigo é assim, então ele não vai forçar. Mas com a minha irmã ele já sabe que dá, então com ela ele tenta, desobedece. (...) Meu pai nos educou com muitos limites, mas nunca nos faltou nada. A gente já brigou muito, mas hoje nos damos bem. Hoje eu vejo que ele tava certo. Todos os filhos estão bem, nenhum se perdeu em droga ou na bebida.”

Nessa fala, vemos que “pôr limites” está relacionado com a autoridade exercida primeiramente pelo pai de Paula e depois reproduzida por ela mesma. A figura de autoridade é considerada como aquela capaz de proteger e educar a criança para que tenha um futuro ou para que “não se perca na vida”. Os possíveis significados para essa expressão podem ser múltiplos, todos apontando para um fracasso social, para a impossibilidade de cumprir minimamente com as relações de reciprocidade com o grupo. O álcool e as drogas aparecem como os principais perigos e são temas frequentes nas conversas pelo bairro.

Diana: “Eu tinha tudo pra ser uma perdida, pra tá me matando na bebida. Minha família toda era de beber de manhã de tarde e de noite. Mãe, pai, tios... A vida inteira

foi assim. Eu até tive a minha fase de beber, usar drogas, mas chegou uma hora que eu disse chega, não quero mais, e daí parei. Vejo que tem gente que vai pra clínica faz tratamento, que a família paga tudo, mas de que adianta se não dão limites? Que nem o João, foi internado não sei quantas vezes, e não adianta nada.”

Paula: “É, mas podia ter sido evitado. Quando ele começou a vender as coisas do irmão que é honesto, que trabalha, vendia os tênis, as roupas, o pai ficou do lado dele, que não fazia nada. Daí agora ele vendeu tudo que tinha dentro de casa e ninguém consegue dar limites.

Assim, referem que os limites impostos pela autoridade familiar são responsáveis por “segurar” o adolescente quando ele, em contato com as drogas, “vai querer experimentar, porque é da idade”, conforme argumentou Paula. Essa autoridade embora esteja mais comumente localizada na figura paterna pode, na ausência desta, transitar pela família. Nesse sentido, Paula refere que, num dado momento, teve que assumir esse papel perante o irmão.

“Quando minha mãe arrumou namorado, não quis mais saber dos filhos. A gente já era grande, mas tinha meu irmão menor (na época com 13 anos). Era para ele ter se dado mal, mas a gente (ela e as irmãs) tomou conta dele. Minha irmã até pensava que não podia se separar porque o marido dela sustentava ela e o nosso irmão. A gente levava e buscava da escola, tava sempre em cima. Quando ele começou a ir pro beco, lá ia eu pegar ele, até que desistiu. Hoje ele tá melhor que todo mundo, tem carro, casa...”

Essa preocupação em colocar limites, em não fazer “vistas grossas” para possíveis abusos por parte dos filhos, diz respeito principalmente ao uso de drogas, mas também, no caso das mulheres, refere-se ao comportamento sexual. Nossos dados de campo sugerem a importância dos limites relacionados com a iniciação sexual ou com uma gravidez precoce. Por exemplo, sobre os cuidados de Camila com a irmã mais nova (17 anos), ela refere: “Ela ta namorando e eu não quis no início, mas agora acho melhor que ela namore em casa, o rapaz é legal, mais responsável que o outro que ela tava. Ela diz que é virgem, eu acredito. Brigou com o outro porque ele não aceitou que ela não quisesse fazer com ele. Ela disse que não queria, que ele não era ainda o homem pra ela.”

O rompimento de Paula com seu pai e a sua saída da casa da família deu-se exatamente quando aos 15 anos ela assumiu explicitamente seu namoro.

Carolina: “E como era a questão da proteção, vocês tinham restrições quanto a sair de casa, por exemplo?”

Paula: “Até tinha, mas a nega pulava o muro! (risos) Uma vez eu comecei a namorar um rapaz e ele (o pai) disse: ‘eu não quero saber disso, se tu quiser ficar com ele vai ter que escolher: ou ele, ou eu. E eu não vou te dar mais nada’. Daí a nega aqui, apaixonada: ‘então eu fico com ele!’ Pra quê, né! Ele não comprou mais nada pra mim. Me deixou passar o inverno todo de chinelo, pros outros dava tudo, mas pra mim não comprou um calçado sequer. Ele era assim, dava limite mesmo.”

Fonseca e Rizzini (2002), num estudo sobre trabalho doméstico infantil, também se referem à necessidade, entre grupos populares que estudaram, dos pais colocarem limites. Existia o medo de que, uma vez passados os limites, não haveria um retorno possível. Em outras palavras, sugerem que um “erro de juventude”, nesse contexto, poderia ser percebido não como um deslize transitório, mas sim como “uma estrada de mão única”. De maneira que para esses jovens restasse apenas duas opções: “morte ou cadeia”. Para meninas, o medo seria de que a transgressão sexual impossibilitasse um projeto de ascensão social, via educação formal. Podemos supor que, preocupações como essas, informam a grande importância colocada pelas mães dessa pesquisa em definir as fronteiras entre aquilo que é considerado por elas como apropriado ou não para suas crianças em um determinado momento da trajetória familiar.

Seja como forma de dar uma “boa educação” ou de proteger dos perigos das drogas e da iniciação sexual precoce, os discursos sobre a necessidade de se colocar limites claros entre crianças e adultos, entre quem manda e quem obedece, contrasta com a permeabilidade que caracteriza os espaços de convivência familiar e comunitária no morro. Assim, os limites devem dizer respeito não somente aos territórios morais, mas também aos territórios geográficos. Quando não há definição clara de limites, a criança corre o risco de “perder-se”, ultrapassando certas fronteiras sobre territórios considerados mais perigosos. “Eu digo que ele tem que estar sempre perto de casa. Que se for sair tem que avisar. Uma vez ele tinha ganho a bicicletinha e saiu com a gurizada pra rua lá de baixo. Eu não vi, daí fiquei louca atrás dele, perguntei pra todo mundo. Quando ele chegou eu dei uma surra nele. Mas aprendeu, né? Nunca mais saiu sem avisar”.

Outra preocupação percebida nos discursos das mães chefes de família, se refere ao receio de perder a autoridade sobre o filho. Frequentemente isso era apontado como

se uma vez ultrapassada essa fronteira não mais seria possível resgatar o controle sobre as crianças. Lídia, que atualmente mora sozinha com os cinco filhos, certa vez chegou à creche bastante nervosa falando que o seu filho Claiton de seis anos estava se *botando* nela: “Ele já quer se governar sozinho!” Parece que essa dinâmica envolve o “testar limites” por parte das crianças e a necessidade de afirmação da autoridade por parte do adulto. “Eu acho difícil na fase que os meus têm, que não obedecem, que é difícil de segurar.”

Nos casos de famílias chefiadas por mulheres, a negociação da autoridade doméstica pode ser dificultada se este papel esteve até então nas mãos de uma figura masculina, como no caso da família de Lídia. Na ausência dessa figura de autoridade, a mãe pode não conseguir ocupar esse papel, até porque ela também tem esse modelo incorporado. Aparece então o medo de que a criança ou o adolescente se deixe levar por “más companhias”. Conforme afirmou Lídia: “Tenho quatro filhos homens, tenho medo que se virem... (contra ela) Como não posso dar as coisas pra eles, tenho medo que se virem nas drogas, que virem maconheiros, que sejam influenciados por amigos...” Para não perder o controle sobre os filhos, Lídia precisará partir em busca de figuras “alternativas” de autoridade, seja em um novo companheiro, num irmão ou até em algum profissional que encarne esse papel, como um educador, ou uma assistente social³⁵. Assim, situações em que a *agency* infantil se encontra em ambientes com uma “autoridade desautorizada”, percebe-se um perigo em potencial que culmina na demanda urgente de alguma figura de autoridade que possa barrar os avanços abusivos das crianças.

Se por um lado avançar os tênues limites entre adultos e crianças pode arriscar jogá-las no mundo das drogas ou na vivência precoce da sexualidade, por outro os interesses das crianças com relação ao mundo do trabalho ou das atividades domésticas não são atividades de “adultos” que recebam o mesmo tipo de tratamento. Muito embora não me tenha sido evidenciada a presença de crianças que trabalhassem com alguma regularidade entre as famílias entrevistadas, percebi que as iniciativas nesse sentido não eram de modo algum vistas de forma negativa. Diana, orgulhosa da filha, fala para Paula: “Sabe aqueles amostras da Natura que tu nos deu? Tu não imagina que a minha filha levou pra escola e fez negócio, vendeu tudo! Esses dias a professora veio perguntar se eu não tinha mais nada, quando que ia levar de novo,

³⁵ Eu mesma já fui solicitada por algumas mães para conversar com seus filhos “desobedientes”, pois alegavam que já não sabiam mais o que fazer para que lhes dessem ouvidos.

pode?!” (risos) Em alguns casos era também esperado das crianças que contribuíssem em atividades na manutenção da casa. Sobre os principais motivos de conflitos com os filhos, Camila refere: “Acho que eles são rebeldes, birrentos. O guri é mais. Ele é muito preguiçoso. Antes quando eles ficavam sozinhos (tinham na época 3 e 6 anos) ajudavam na casa. Tinha vezes que eu chegava e o Maicon tinha lavado a louça. Claro que não era muito bem lavado que ele era pequeno, mas ele sabia que tinha que ajudar. Desde que minha irmã veio nos ajudar, eles ganharam mais liberdade, então não querem fazer nada”.

O que está em jogo quando o assunto é “colocar limites” é o encaminhamento seguro da criança para um futuro de prosperidade entre seus pares. Nesse sentido percebe-se que o avanço das crianças sobre os territórios que são os esperados para elas no futuro (como uma criança que demonstre interesse ou habilidade para os negócios, ou ainda que faça uma boa faxina), poderá ser percebido de forma positiva pelos adultos. Pode ser entendido como um “bom presságio”, um sinal de que o filho “vai se dar bem na vida”. Isso fica claro na afirmação de uma mãe (acompanhada por mim durante meu trabalho como psicóloga) a respeito do filho que, aos 13 anos, já se sustentava com o próprio trabalho: “tenho orgulho de meu filho com essa idade ser tão batalhador”. É preciso, sem dúvida, levar em consideração que se trata de um contexto socioeconômico no qual os riscos de não se conseguir uma situação favorável no futuro são grandes e isso pode justificar o estímulo, por parte dos pais, às atividades consideradas importantes na sua preparação para o futuro.

Existe uma ambivalência muito grande em relação a quais seriam as atividades estritamente “de adultos” e algumas situações de maior necessidade de recursos ou de crise familiar podem borrar ainda mais essas fronteiras. A maioria das crianças que acompanhei no Projeto Sase-Travessia avançou em território tradicionalmente de adulto (realizando algum trabalho remunerado), em função de situações de crise familiar. Quando o marido de Juliana é preso, por exemplo, seus dois filhos (7 e 13 anos) saem para vender plantas e pedir dinheiro nas sinaleiras. Já os filhos de Diana, vão com a mãe vender paçoquinha no centro quando *a coisa aperta*.

Nesse sentido, nossa hipótese é que em momentos de crise a família pode demandar da criança que ela transponha certos limites que estavam colocados, assumindo alguma atribuição familiar anteriormente ocupada por um adulto. Assim, os limites entre ensaiar-se no mundo dos adultos (brincar de) e efetivamente assumir um encargo familiar irão depender das negociações feitas com os adultos que têm

autoridade sobre a criança assim como da conjuntura familiar do momento e a possibilidade de contar com o apoio externo. Isso indica também que, sendo os limites entre as atividades próprias aos adultos e às crianças algo que não é dado pela *natureza* mas socialmente construído e reproduzido nos diferentes contextos, essas fronteiras precisam ser cotidianamente afirmadas pelas figuras de autoridade.

4.3 Famílias flexíveis

Propomos agora lançar mão de nossos dados etnográficos para voltar à preocupação do início do capítulo, dialogando com noções de famílias e suas organizações. Vários estudos têm demonstrado que famílias de classes populares possuem um tipo de dinamicidade – na tensão entre relações conjugais e relações consangüíneas - que torna a composição da unidade doméstica e até dos próprios limites de família algo fluido (Fonseca, 2000, 2002 e Sarti, 1996). De fato, durante o processo de análise dos dados sobre as dinâmicas familiares dos meus sujeitos, de início, chamou-me a atenção a dificuldade que tinha para encaixá-los em categorias tendo em vista o caráter cambiante das relações e da multiplicidade de arranjos familiares possíveis. No entanto, não se tratava de uma fluidez do tipo aleatória, mas seguia um padrão que chamo aqui “famílias flexíveis”, onde as dinâmicas se desdobram em estreita relação com uma determinada concepção de família.

Segundo Bourdieu (1996), a existência da palavra família pressupõe desde já uma idéia historicamente situada. Mais do que isso, esse autor irá afirmar que *família*, assim como também *infância*, são “termos que sob a aparência de descrevê-la, de fato constroem a realidade social” (1996: 124). Assim, Bourdieu sugere algumas propriedades, ou “pressupostos compartilhados” a respeito dos sentidos que têm sido atribuídos à família, tanto no discurso de especialistas quanto no do senso comum. Trata-se da percepção de família enquanto “mônada”, ou seja, uma realidade delimitada que transcende a seus membros e se empenha “em um trabalho de perpetuação das fronteiras”, um lugar privado, íntimo e estável (1996: 125). Porém, a prática não é uma simples projeção desse ideal estático de família, mas é dinâmica e se constrói a partir e em relação com esse ideal e com as diferentes conjunturas em que ele experienciado.

O sentido que a palavra *família* irá tomar no imaginário de um grupo ou de um indivíduo será determinado pelos seus diferentes contextos e experiências sócio-

subjetivas. Nesse sentido, as pessoas tomam para si valores e referenciais que consideram adequados dentro do seu panorama que se projeta para um determinado horizonte possível/visível. Esse panorama é transmitido aos seus descendentes de forma mais ou menos estruturada. Para entender como se dá essa transmissão de um padrão estrutural ao longo do tempo, poderíamos nos inspirar em Sahlins (1990), e na sua problematização dos processos de engendramento histórico em uma dada sociedade. Segundo esse autor, uma estrutura culturalmente forjada ao ser colocada em prática será transformada pelos imponderáveis da conjuntura, ou seja, terá de se adaptar ao fluxo constante da vida, sempre imprevisível. É o que ele chamará de *estrutura da conjuntura*. Assim, pode-se dizer que existe uma relação dinâmica e dialógica entre os conceitos e idéias - nossas estruturas de conhecimento - e os contextos e conjunturas – o que dá vida, digamos assim, ao nosso conhecimento.

Nesse sentido, poderíamos imaginar que modelos familiares flexíveis adaptar-se-iam melhor aos contextos de grande instabilidade, em um movimento orgânico. Em se tratando de famílias como as descritas neste estudo, a plasticidade familiar ou sua capacidade de preencher os hiatos provocados pelas freqüentes rupturas e instabilidades é fator de suma importância. Segundo afirmou Sarti (1996), em um contexto de instabilidade econômica e social a própria possibilidade de existência da “família” dependerá da sua capacidade de desencadear uma série de arranjos e rearranjos que envolverão a participação ativa do grupo familiar como um todo. Essa seria justamente a sua força.

Nessas novas configurações surgem outros atores e novos papéis familiares podem ser demandados temporariamente: tios se tornam pais, a casa da avó se torna o novo lar da família, os filhos mais velhos passam a ser provedores, ou podem ter de ajudar na casa para que a mãe, por sua vez, assumo o papel de “chefe de família”. Novos e complementares arranjos são demandados daqueles que permanecem nos limites de um grupo familiar ou nas fronteiras entre um e outro grupo. Essas trocas significam também o estabelecimento de novas relações de poder no seio da família.

Paula, conforme mencionado anteriormente, relata que aos quinze anos foi morar com a família do ex-namorado contrariando explicitamente as regras impostas pelo pai. Segundo ela, seu pai era muito duro e as brigas entre os dois bastante freqüentes. Na casa do ex-namorado, junto com sogra e a cunhada, Paula foi rapidamente incorporada como parte da família, contribuindo com as despesas e lá permanecendo mesmo quando o casal já não estava mais junto. Sua ligação com a ex-sogra, conforme relatou, se

estabeleceu de tal forma que seu filho, que veio a nascer anos depois, a chama de avó. No entanto, esse processo todo não significou um rompimento definitivo de Paula com sua família de origem. Com o passar dos anos ela pôde reconstruir os laços familiares, inclusive com o pai. Porém, sua saída de casa lhe rendeu a possibilidade de estabelecer com seus familiares relações novas, pautadas a partir de outro lugar, sobretudo no que tange às relações de poder ali presentes. Poderíamos sugerir a partir dos relatos de Paula sobre a difícil relação que mantinha com o pai na adolescência, que nesse novo ambiente ela tenha encontrado a possibilidade de experimentar a autonomia que não lhe era possível no seu ambiente familiar de origem.

As dinâmicas familiares em grupos populares incluem processos de soma, divisão e multiplicação de parentes de forma muito mais intensificada do que entre as classes mais abastadas (onde tais processos também ocorrem, porém em ritmo mais lento ou com menor visibilidade). É por isso que não é possível nesse estudo compreender Família em termos definitivos, mas sempre numa perspectiva de arranjos mais ou menos estáveis entre os indivíduos ligados por laços de consangüinidade e por relações dinâmicas de alianças e rivalidades. Conforme argumentado anteriormente, a transitoriedade dos laços conjugais, assim como a circulação de pessoas preenchendo o papel de cuidador é um tipo de dinâmica familiar muito presente entre grupos populares. Nesse sentido, ressalto a importância de não se tomar “diferenças” de organização familiar por “problemas” de organização familiar.

Fonseca (2002) argumenta que grande parte das pesquisas feitas entre grupos populares (como aquelas realizadas em hospitais, abrigos para jovens infratores, programas sociais) assim como as notícias veiculadas pela mídia abordam essa população a partir de um olhar focado nas suas situações limites. Dessa forma, o *social* dos grupos populares que chegaria até nós seria imediatamente vinculado à idéia de *problema social*. A partir de estudos com esse tipo de amostra centrada nos casos problemáticos, as conclusões correm o risco de ser tendenciosas: “qualquer característica dos casos problemáticos que difere do hegemonicamente normal é vista como causa do problema” (2002: 55). O risco, conforme argumentou, é que esse tipo de estudo com “amostras viciadas” acabe generalizando e reforçando idéias a respeito de famílias de baixa renda como “intrinsecamente problemáticas”.

Em um diálogo com a psicologia do desenvolvimento e as noções de família nuclear – ou de família “estruturada” – Fonseca (2002) demonstra que essa não é a única dinâmica familiar possível, muito embora tenha sido eleita enquanto Modelo

universal e normativo. Assim, a “desorganização” e o “problema” aparecem quando se comparam dinâmicas “alternativas” a esse Modelo – o qual, diga-se de passagem, tampouco é alcançado por um número significativo de famílias entre as classes médias. De forma semelhante, se argúi aqui que, quando comparadas entre si, as famílias dos grupos populares apresentam uma organização e uma coerência dentro de seu próprio parâmetro.

4.4 Diferenças de famílias em PETI e fora de programa: o questionável legado da “família estruturada”

Um dado que chamou a atenção durante a pesquisa aponta para o fato, paradoxal, de que as famílias incluídas em programa social eram provenientes de contextos familiares aparentemente mais “estáveis” do que aquelas que não tinham nenhuma relação com programas sociais. Nossos dados indicaram que as experiências familiares vividas na infância pelos nossos informantes que *não* estavam vinculados a programas de governo seriam mais freqüentemente caracterizadas pelo tipo de “família flexível” explicitada anteriormente: instabilidade conjugal, circulação de crianças, múltiplas fontes de renda na família. Assim, dos seis indivíduos entrevistados que *não* estavam em programa social, cinco tinham um histórico de separações conjugais na sua família de origem, três não tinham sido criados todo o tempo com os pais biológicos e cinco dessas famílias haviam recebido ou doado crianças. Além disso, em cinco situações a economia da família, seja sob a forma de trabalho ou de ajuda nas lidas domésticas, era mantida por múltiplos agentes tais como pai, mãe, irmãos mais velhos, crianças e/ou outros agregados à família.

Por outro lado, aquelas famílias que *estavam* inscritas em programa social, ou seja que necessitaram de apoio externo para tentar superar alguma crise familiar e/ou financeira, relataram ter vindo de famílias surpreendentemente estáveis. Assim, nossos dados apontam que, paradoxalmente, das 5 informantes que *estavam* em PETI, todas vinham de famílias com estabilidade nas relações conjugais dos pais – seja pelo casamento ou pela separação sem recasamento. Em quatro dessas situações verifica-se também uma estabilidade econômica ligada ao papel do homem provedor – três eram famílias de funcionários públicos. Ou seja, todas eram provenientes de famílias

próximas ao “modelo da família nuclear” e do “homem provedor” e todas acabaram na rede de assistência social.

Uma hipótese possível para explicar esse paradoxo nos leva ao “arenoso terreno” de reconhecer o despreparo dessas mulheres, oriundas de dinâmicas familiares estáveis, para “se virar” num contexto de instabilidade quando essa estrutura familiar é rompida (seja por morte do provedor ou pela separação do marido que fazia o papel de provedor). Assim, não podendo mais contar com o auxílio do pai ou do marido, caso a mulher não tenha estabelecido uma rede de ajuda mútua suficientemente forte (o que é freqüente em relações de dependência e pouco espaço para o exercício da autonomia), acabará caindo na rede pública de assistência (será daí a nossa sensação de "paternalismo" nas políticas públicas?).

A maioria das mulheres de famílias mais "estruturadas" não teve que trabalhar desde cedo para sobreviver e não desenvolveu os atributos ou as capacidades para "se virar" dentro de um contexto de escassez e de múltiplas dificuldades. Por outro lado, vemos que os informantes melhor situados hoje (que não estão em programas sociais), são aqueles que tiveram que efetivamente “se virar” desde muito cedo e/ou os que possuem redes de ajuda mútua solidamente estabelecidas. São indivíduos que encontraram dentro das instabilidades e tensões vivenciadas, possibilidades sócio-subjetivas de agenciar soluções e sentidos para suas experiências de rupturas e instabilidades.

Nota-se ainda que o grau de escolaridade não foi determinante para uma melhor situação, visto que as filhas das famílias mais estáveis tinham maior escolaridade que suas colegas das “famílias flexíveis” e acabaram caindo na rede da assistência. É possível que o maior nível de educação tenha contribuído para a busca por programas de ajuda social, seja porque essas mulheres têm maior consciência dos seus direitos, seja porque tiveram maior facilidade em acessar os programas e de lidar com as burocracias que deles incorre. Em todo o caso, embora com mais anos de estudos, elas acabavam realizando os mesmos tipos de atividades como empregadas domésticas que suas vizinhas “sem estudo”.

Esses dados sugerem que responsabilizar a família “instável” pelos problemas sociais que enfrentam os indivíduos pode ser uma atitude precipitada. Por outro lado, isso não significa que as instabilidades familiares sejam sempre bem resolvidas ou mesmo bem vividas pelos indivíduos. Conforme relatos dos nossos informantes, muitas situações de instabilidades financeiras, abandonos ou perdas de entes queridos são

lembranças dolorosas que, sem dúvida, se desejaria evitar. Seus discursos tendem sempre a enaltecer a família nuclear e a estabilidade conjugal como um ideal a ser alcançado. No entanto, a questão a se ressaltar aqui é que esse tipo de situação de instabilidade familiar vivida na infância por diversos dos nossos informantes *pode* ser experienciada e assimilada sem que com isso o indivíduo esteja fadado a aumentar as estatísticas da violência urbana e dos programas sociais, ou ainda, apresente déficits cognitivos.

Considerações finais

Conforme explicitado no início deste estudo, um dos meus objetivos foi o de refletir sobre a naturalização das nossas categorias de apreensão do mundo para que pudesse a partir disso realizar uma análise sobre as noções e práticas com relação à proteção de crianças em um contexto como o do Morro da Cruz. Seja em se tratando de análises sociais, ou de intervenções sociais, penso que se faz necessário um esforço de ampliação dos horizontes de sentido para que as alteridades encontrem aí um território de diálogo menos carregado significativamente. Conforme nos apontou Wolf (2003) em “Inventando a Sociedade”, nossas “lembranças” conceituais podem nos aprisionar e impedir a percepção das singularidades dos grupos (assim como dos indivíduos) para aquilo que vai além do que podemos imaginar. Nesse sentido esse autor nos alerta para o uso “agressivo” de nossas categorias quando se tenta imputá-las a todo e qualquer contexto ou cultura além daquele no qual emergiram, ou seja, quando essas categorias se pretendem universais e aplicáveis a todas as épocas e lugares, “como parte das luzes universais”. (2003: 321).

O uso de categorias rígidas de análise, além de nos cegar para as alteridades, nos impede também de perceber o caráter processual da dimensão inexorável do tempo nos fenômenos sociais e nesse sentido pode acabar por engessar nossas análises. Penso que tanto as pesquisas quanto às intervenções sociais precisam trazer à baila o caráter relativo de nossos conceitos para que a vida social possa surgir em toda a sua diferença e contradição quanto também na sua capacidade de transformação.

Um olhar sobre a vida no morro nos traz, entre outras coisas, esse desafio de negociar com o tempo ao nos propor um ritmo que pulsa com as intempéries, com as instabilidades cotidianas, com a flexibilidade familiar. A sensação é de que tudo ali está acelerado, as relações, as rupturas, as novas alianças, as fases da vida, a degradação da matéria, das construções e do dinheiro, que é sempre pouco. Família, nova família, menina, mulher, mãe, marido, proteção, perigo, filhos... Todas essas palavras quando isoladas podem nos trazer uma falsa impressão de estabilidade do fenômeno e o contexto do morro escancara para nós essa inverdade. Entre nossos sujeitos da pesquisa o tempo entre ser menino e ser homem é com frequência mais curto do que o seria em contextos mais abastados e nesse sentido o “bom menino” não está distante do “bom homem” ou do “bom pai”, aquele que é trabalhador, que não é um vagabundo, não se

perdeu na bebida. Uma criança passa muito rapidamente a ser apoio para os irmãos menores e esses aprendem desde cedo a importância das relações de reciprocidade fraternas, conforme apontaram nossos dados.

Uma das propostas desse estudo foi a de tentar compreender o percurso que o desenvolvimento urbano tomou e que forjou na cidade diversificadas apreensões e experiências de mundo para diferentes segmentos sociais. Nesse sentido, procurei através de uma análise sobre o percurso sócio-histórico que engendrou distintas cidades dentro da cidade de Porto Alegre, apontar para os aspectos ideológicos que determinaram essa cisão urbana e que culminaram em uma separação ainda mais marcada das experiências de classe (algo que se atualiza nas políticas públicas de hoje conforme procurei demonstrar). Essas cisões no tecido social produziram marcas, limites que, se por um lado têm historicamente impedido a uma parcela da população o acesso a melhores condições de vida e aos benefícios da modernidade urbana, por outro, são também indicativos de um espaço de alteridade na cidade. Nesse sentido, temos apontado para o erro de se confundir ou se reduzir pobreza a um “problema social”. Se por um lado existem desigualdades sociais a serem ultrapassadas, elas se referem muito mais às deliberações políticas “extra-morro” do que a um certo *habitus* popular desajustado que conduziria essas pessoas à pobreza. Ao se colocar em relevo as noções e práticas protetivas com relação às crianças das periferias urbanas, estamos invertendo essa lógica e buscando pensar soluções para as dificuldades vivenciadas por essa população a partir e através daquilo que já funciona e faz sentido para esse grupo específico.

Essa retrospectiva sobre os processos de engendramento histórico das distintas realidades sociais e que culminaram em diferentes experiências de infância, apontou para um tipo de relação entre o poder público e as camadas menos favorecidas historicamente assimétrica. Se por um lado essas relações estabelecidas entre poder público e grupos populares aponta para uma vontade política de superação da pobreza, por outro, conforme argumentado, tomou em grande medida um caráter corretivo ou moralista sobre as práticas populares.

Dentro do que foi analisado nesse estudo, não posso deixar de pensar nas conseqüências das discussões empreendidas aqui para o âmbito da ação e da intervenção social. Percebo que o reconhecimento dos cuidados empreendidos pelas famílias do morro para a proteção de suas crianças e dos perigos que parecem rondar essa fase do desenvolvimento, são aspectos fundamentais para que nossa ajuda não

traga consigo novas formas de dominação simbólica. Nosso objetivo aqui é o de *multiplicar as noções de proteção* a partir do reconhecimento dessas outras lógicas, do seu valor e densidade histórica. Penso que quando definimos a *priori* o que é proteção e o que é perigoso com relação à infância sem levar em consideração aquilo que faz sentido ao grupo ou à família, acabamos por tirar-lhes sua força, deslegitimando suas estratégias protetivas e sua capacidade de criar soluções para seus próprios problemas. Montgomery (2001) nos chama a atenção para as intervenções político-sociais que, ao não considerarem as lógicas locais (muitas vezes por considerarem-nas “inadequadas”), acabam por enfraquecer o grupo desmantelando com qualquer possibilidade deste superar suas dificuldades de forma autônoma.

Uma das formas de enfraquecer as famílias dos grupos populares, por exemplo, é perceber em toda a mãe cujos filhos entram em algum critério de risco social traços de “negligência” ou considerar suas práticas como “inadequadas”. As instabilidades econômicas em que vivem muitas mães chefes de família e seus efeitos sobre a precarização da vida familiar podem, como vimos, acabar muitas vezes pesando *contra* ela. Ou seja, a vítima se torna culpada por ser vítima, sobretudo quando estamos centrados na criança e desconsideramos a complexidade das relações intrafamiliares e econômicas que caracterizam o momento da família. É preciso levar em consideração, por exemplo, os aspectos estruturais da pobreza que incidem de forma determinante sobre as relações familiares. Conforme afirmou Sarti (1996), as instabilidades econômicas levam mais freqüentemente a rupturas conjugais e as famílias chefiadas por mulheres tendem a ter menos possibilidade de inserção no mercado de trabalho. Assim, as mulheres sozinhas tendem a ser mais pobres e sua pobreza as leva a permanecerem mais sós, em um ciclo vicioso de precarização e de impossibilidade de superação da pobreza.

Conforme demonstramos, a prática da circulação de crianças, o apoio das redes familiares (especialmente as redes fraternas), a opção pelos “bicos”, um novo casamento, ou a opção pelo não recasamento, podem ser percebidos como formas de se agenciar a manutenção de uma ordem familiar e conseqüentemente proteger as crianças. Muito embora a prática da circulação de crianças seja uma estratégia muito comum, não é raro causar estranhamento a um profissional desavisado (como eu mesma já presenciei algumas vezes) a ausência de casa de alguma criança que esteja sendo acompanhada em programa social. Assim, quando não há uma percepção acerca do sentido que práticas como essa têm nesse contexto, elas podem ser tomadas como um tipo de “abandono” ou

“negligência” por parte da mãe. Algo semelhante pode acontecer quando a mãe recusa algum emprego formal ou quando não cogita pedir o apoio de um ex-marido quando “recomeça a vida” com outro, conforme vimos.

Se por um lado dissemos que os programas e instituições sociais têm sido fortemente influenciados por organismos internacionais e demais camadas da sociedade formadoras de opinião, por outro, vemos que os arranjos e rearranjos feitos nos programas são muitas vezes provenientes das informações que chegam “das pontas” a partir das relações com o público alvo ou mesmo das dificuldades de sua implementação. Penso que é preciso de fato manter essa via aberta no sentido de levar constantemente para “os cabeças” aquilo que se percebe sobre os efeitos dessas políticas nas realidades locais. Tradicionalmente os discursos hegemônicos tendem a ser usados para mudar as práticas a ele discordantes. Seria possível pensar, a partir do que foi discutido nesse estudo, em usarmos as práticas para mudar os discursos?

A idéia de que a criança é “prioridade absoluta” pode se chocar, como vimos, com a importância que é dada para o grupo familiar como um todo. Nesse sentido, a *proteção das crianças* para nossos sujeitos aparece em íntima relação com a *proteção e a viabilização da família*. É possível que a percepção dessa realidade esteja sendo incorporada em alguma medida pelas políticas sociais. De fato, vemos uma tendência entre os profissionais voltados à proteção de crianças de reconhecer que de nada adiantam ações voltadas exclusivamente para as crianças quando a família está em crise e necessitando de apoio. A inclusão crescente de programas de geração de trabalho e renda voltados para a autonomização das mães é um exemplo dessa preocupação. No entanto, conforme também foi argumentado, é preciso atentar para que não estejamos moralizando a questão e centralizando nas mães a responsabilidade por problemas que são de ordem estrutural e estão bem além das suas capacidades de resolução. Ou ainda para que não estejamos (com o intuito de ajudá-las) sobrecarregando-as de atribuições que, conforme a dinâmica dessas famílias demonstra, precisam ser compartilhadas. O envolvimento das famílias extensas nas situações de crise e na busca por soluções pode ser, nesse sentido, uma estratégia mais em sintonia com as práticas desses grupos. Por outro lado, é importante ressaltar a existência de rivalidades e antagonismos familiares que contrastam com as solidariedades que dão suporte às redes. Nesse sentido, qualquer trabalho com famílias, por mais que possamos aqui apontar para certas regularidades, precisa estar sensível às peculiaridades das dinâmicas desenvolvidas por cada grupo para perceber os pontos de apoio e os “furos” em cada rede.

A percepção da criança como parte do grupo e não como o seu centro corresponde à idéia de que o bem da criança não está acima do bem do grupo. Nesse sentido, ela tenderá a participar desde cedo das relações de reciprocidade que sustentam o grupo de acordo com as diferentes demandas e conjunturas familiares. As práticas que levam a um tipo de infância “encurtada” e a consciência da *agency* infantil entre os grupos populares (evidente na preocupação com o “pôr limites”), contrastam com a noção de infância alongada no tempo e alheia aos assuntos dos adultos, comum entre as camadas médias e altas, conforme já nos apontava Ariès (1981). A tendência moderna de deixar o adolescente alheio às atividades produtivas da família parece-me bastante deslocada nesse contexto, uma lacuna até “perigosa”, ou como já ouvi de cuidadores apreensivos: “*Cabeça vazia, oficina do diabo*”.

A preocupação em colocar “limites” aponta para uma noção de que a criança tem vontade própria e que se não for devidamente “barrada” por uma autoridade legítima poderá “perder-se” por caminhos tortuosos, como o das drogas. Políticas que estejam centralizadas exclusivamente no bem-estar da criança e que não levem em consideração as adversidades cotidianas enfrentadas pela família bem como o tipo de relação que dá sustentação às dinâmicas familiares (como nas relações entre mães chefe de família e seus filhos) podem acabar deslegitimando uma importante autoridade familiar ao se desconfiar da capacidade das mães enquanto cuidadoras. Várias vezes durante meu trabalho como psicóloga social escutei de mães (assim como também de professores) reclamações com relação ao fato de que o ECA tinha dado todos os direitos às crianças e tirado o poder dos adultos. Ou ainda, que o Estatuto tinha dado às crianças os *direitos*, mas “esquecido” de falar sobre seus *deveres* (como o de obedecer aos pais ou ajudar nas tarefas da casa).

Os discursos sobre *proteção infantil* (sobretudo da infância pobre) ou ainda sobre *trabalho infantil* são grandes geradores de mobilização social causando comoções e adesões de poderosas instituições nacionais e internacionais. Sem dúvida isso facilita a aprovação de projetos e o levantamento de recursos públicos. No entanto, conforme Montgomery (2001) nos chama a atenção, tais discursos tendem a ver as situações de forma isolada de outros fatores políticos e sociais ou ainda de forma sensacionalista fazendo com que qualquer coisa seja melhor do que uma realidade percebida e propagada como degradante (2001: 155). Isso justificaria a precariedade dos serviços oferecidos a esse público, afinal, qualquer coisa é melhor do que a situação penosa dessas crianças. O trabalho infantil e a miséria em que vivem muitas crianças e suas

famílias estão diretamente ligados a questões de cunho político e econômico e isso não pode ser obscurecido por programas que têm efeitos apenas paliativos sobre a pobreza e as desigualdades sociais.

Com relação à exploração do trabalho infantil, talvez fosse interessante lembrar que trabalhos insalubres e em condições exploratórias não devem ser realizados por nenhum ser-humano, seja criança ou adulto. Quando centralizamos nossas atenções na criança podemos “esquecer” que seus pais, mães, irmãos, tios e avós trabalhadores (os quais também já foram crianças um dia) muito provavelmente são mal remunerados ou até explorados se levarmos em consideração o panorama de pobreza e injustiça social no Brasil.

A precariedade, a exploração, o desgaste físico e psicológico, a pobreza que nos chocam no trabalho infantil estão presentes também entre adolescentes e adultos da periferia, porém nos chocam menos porque é socialmente definido dessa forma. A ideologia do individualismo e da infância moderna nos acalma a consciência, pois nos leva a tratar adultos e crianças de forma diferenciada. No primeiro caso, nos conduz a pensar que os adultos são responsáveis por suas escolhas, ou seja, tiveram a sua “chance” e não aproveitaram, enquanto as pobres crianças pobres não teriam culpa pela sua situação, sendo, portanto prioridade absoluta³⁶. Essa priorização com relação às políticas para a infância tem muitas vezes como efeito adverso (em vista dos poucos recursos que são investidos nas causas sociais) uma quase *exclusividade* desses recursos para as ações com a infância. Lembro-me de ter esbarrado nisso quando estagiei em serviço voltado para moradores de rua *adultos* e percebia que os apelos às causas infantis faziam calar qualquer argumento a favor de investimentos em programas sociais para adultos. Assim, penso que a luta pelos direitos das crianças, ainda que seja totalmente legítima, não deveria sobressair-se ou obscurecer a luta por justiça social para todos os cidadãos, sem distinção.

Outra questão a ser levantada é que, ao serem consideradas frágeis e incompletas (e os estudos científicos colaboraram para mantê-las dentro desses limites³⁷), as crianças se tornam alvo fácil nas relações de poder de modo que não há pressões contrárias para

³⁶ Isto para não entrar na questão das fases do desenvolvimento infantil discutidas ao longo do trabalho e que conferem à criança uma condição de maleabilidade (ausente nos adultos) que deve ser “trabalhada” para a formação do capital humano adequado. Uma decorrência disso seria a idéia de que o “adulto não tem mais jeito”.

³⁷ Seja a Psicologia com seu estudo sobre as fases do desenvolvimento “normal”, a Educação e seu olhar sobre a socialização de crianças enquanto seres “inacabados”, ou ainda a criança “invisível” nas Ciências Sociais.

que se fale por elas. Conforme afirmou Montgomery sobre as crianças prostitutas estudadas por ela, estas crianças “estão entre o grupo menos empoderado e articulado de qualquer sociedade e existe uma enorme tentação em se falar por elas e interpretar o que dizem, logo, aquilo que é adequado aos preconceitos dos ‘de fora’ Paralelamente existe uma forte tendência a não escutá-las de forma alguma. Sua situação é tão terrível e elas estão em tão óbvia necessidade de ajuda que se torna desnecessário ouvir o que dizem.”³⁸ (2001: 4) Nessa perspectiva, a situação das crianças pobres (duplamente frágeis) legitimaria por si só ações intervencionistas do Estado. Por outro lado, é preciso ressaltar que em toda a história da infância pobre no Brasil verifica-se a existência, entre as classes mais favorecidas, de uma ambigüidade entre o compadecimento e o sentimento de ameaça com relação a estas crianças e adolescentes, o que faz com que sejam ao mesmo tempo alvo de “proteção” e “controle”. Precisam ser *protegidos* quando se mostram *frágeis*, e *controladas* quando apresentam uma conduta *diferente* daquela esperada para crianças.

Por fim, poderíamos retomar alguns dos aspectos que me pareceram fundamentais para entender a partir de que elementos se constroem os discursos e as práticas com relação às crianças no Morro da Cruz. Conforme vimos, existe um grande receio com relação aos fatores desencadeadores das rupturas conjugais (como os conflitos entre padrastos e enteados ou o aparecimento de uma terceira pessoa entre o casal), ou ainda que sejam de alguma forma desestabilizadores do grupo familiar (como as instabilidades financeiras, as ausências da mãe para trabalhar fora, etc). Além disso, apontamos também para os perigos da violência, da dependência e uso de drogas, das más companhias e da sexualidade precoce que podem incidir sobre as crianças as quais não se consiga pôr limites adequados. Um dos problemas que tais eventos acarretam é que eles rompem com as reciprocidades do grupo, causam rupturas, desestabilizam a ordem familiar e dispersam os já poucos recursos em prol de uma possível reordenação (seja como consequência da dependência química, seja como efeito da separação conjugal e da perda de importantes fontes de recursos, financeiros ou afetivos). Isso sugere que há uma noção de que aquilo que acontece a um integrante da rede, seja algo de bom ou de ruim, irá ressoar sobre toda a rede.

³⁸ They “are among the most powerless and least articulate in any society and there is an enormous temptation to speak for them and to interpret what they say, so that it fits in with ‘outsiders’ preconceptions. Alternatively, there is a strong tendency not to listen to them at all. Their situation is so dire and they are in such obvious need of help that it becomes unnecessary to hear what they say.” (tradução da autora)

Conforme vimos com as trajetórias de Tomás e Camila (semelhantes à de outros jovens moradores do Morro da Cruz), as famílias nesse contexto tendem a adquirir um caráter de flexibilidade quando em contato com as instabilidades cotidianas. Isso pode, por um lado, deixar “furos” através dos quais as crianças (como aconteceu com nossos informantes) poderão “perder-se”. Por outro lado, suas trajetórias nos apontam também para o fato de que foi justamente através dessa flexibilidade, dessa maleabilidade das redes de apoio familiares e “alternativas”, que esses mesmos jovens puderam ser resgatados do “mal caminho” e tempos depois construir para si novas perspectivas de futuro.

Enfim, minha hipótese é a de que os cuidados com as crianças acontecem em uma tensão entre a necessidade de se estabelecer limites nos terrenos minados e o estímulo à construção de redes sociais e de reciprocidade (nas quais também a criança precisa se engajar desde cedo). Nesse jogo, as relações familiares são uma peça chave e precisam ser mantidas para o bem do grupo e conseqüentemente da criança. É nesta e desta tensão, entre um fechar-se aos perigos das rupturas familiares e um abrir-se às novas redes de apoio, que se sustenta a vida no morro e que se tecem as redes de proteção entre nossos sujeitos de pesquisa. Ou, como nos alertou Tomás: “Tem que mostrar os dois lados, porque um dia eles podem perder o que tem, e não vão saber o que fazer.”

Referências Bibliográficas

- ABU-LUGOD, Lila. “Writing against culture”. **Recapturing anthropology: working in the present.** (org. by Richard Fox) Santa Fé New México: School of American Research Press, 1991.
- ADORNO, Sérgio. “A experiência precoce da punição”. In: J. S. Martins (org.), **O Massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil.** São Paulo, Hucitec, p 181 – 216, 1993.
- ALVIM, Rosilene. “O Trabalho infante juvenil em discussão”. In: H. S. Martins e J.R. Ramalho (org.), **Terceirização: Diversidade e negociação no mundo do trabalho.** São Paulo: Hucitec, 1994, p 123 – 136.
- _____. “Infância das classes populares: A constituição da infância como problema social no Brasil”. In: A.R.P. Abreu e E.G.F. Pessanha (org.), **O Trabalhador Carioca: Estudo sobre trabalhadores urbanos do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Cj Editora, 1995. p 155 – 169.
- ALVIM, Rosilene e VALLADARES, Lícia. **Infância e Sociedade no Brasil: uma análise da literatura.** In: BIB, Rio de Janeiro, n. 26, p 3 – 37, 2º. Semestre/ 1988.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ATKINSON, Rita (org.). **Introdução à Psicologia.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- BAKOS, Margaret M. **A continuidade administrativa no Governo Municipal de Porto Alegre: 1897 – 1937.** São Paulo, 1986. (Tese de Doutorado em História Econômica, ILFCH/USP).
- BAKTHIN, Mikail. **A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais.** São Paulo: Hucitec, 1987.
- BEE, Helen. **A Criança em Desenvolvimento.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. “Apêndice. O espírito da família”. In: **Razões práticas. Sobre a teoria da ação.** Papirus Editora, 1996. p 124 – 135.
- BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CANCLINI, Nestor G. “Museos, aeropuertos y ventas de garage (las identidades culturales em um tiempo de desterritorialización)”. In: FONSECA, C. (Org.) **Fronteiras da cultura: horizontes e territórios da antropologia na América Latina.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.
- CARVALHO, Inaiá M. **Algumas lições do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.** São Paulo: Perspectiva, vol.18, no.4, p.50-61, 2004.

- CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade etnográfica”. In: GONÇALVES, J. R. S. (Org) **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- COHN, Clarice. **Antropologia da Criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- COMAROFF, Jean e COMAROFF, John. **Ethnography and the historical imagination**. Boulder: Westview Press, 1992.
- DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DE CERTEAU, Michel e DOMINIQUE, Julia. “A beleza do morto: o conceito de cultura popular”, In: REVEL, J. (Org.) **A invenção da sociedade** Lisboa: DIFEL, Memória e Sociedade, 1989.
- DAGNINO, Ricardo, GUADAGNIN, Fábio e SNEL, Gustavo. **Índice de Desenvolvimento Humano dos bairros de Porto Alegre/RS**. V Simpósio de Qualidade Ambiental. Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). Porto Alegre: 2006.
- DINIZ, Débora. “Antropologia e os limites dos direitos humanos: o dilema moral de Tashi”. In: NOVAES, R.R. e LIMA, R.K. (Org.) **Antropologia e direitos humanos**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2001.
- DUBET, François. “O que é uma escola justa?” In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 539 – 555, set/dez 2004.
- DUMONT, Louis. **O Individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- ELIAS. Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- EVANS-PRITCHARD, Edward. “Social anthropology: past and present” **Social Anthropology and other essays**, 1950.
- FASC/CMDCA. **A realidade das Crianças e adolescentes em situação de risco social na grande Porto Alegre: Perfis e índice de vulnerabilidade**. Porto Alegre, 2004.
- FIRTH, Raymond. **Nós, os Tikopia**. São Paulo: Edusp, 1998.
- FLEISCHER, Soraya R. **Parteiras, buchudas e aperreios: uma etnografia do atendimento obstétrico não oficial na cidade de Melgaço, Pará**. Tese de doutorado em Antropologia Social, Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- FONSECA, Cláudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. “Ser mulher, mãe e pobre” In: DelPriore, M (Org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, p 510 – 553, 1997.

- _____. **Família Fofoca e Honra: Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- _____. “Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros”. In: **Psicologia USP: Família.** Vol.13, nº2. São Paulo: p 49 – 68, 2002.
- _____. “Os Direitos da Criança – Dialogando com o ECA”. In: **Antropologia, diversidade e direitos humanos: Diálogos Interdisciplinares.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, p 103 – 115, 2004.
- FONSECA, Claudia e BRITES, Jurema. **Etnografias da Participação.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- FONSECA, Claudia e CARDARELLO, Andréa. “Os direitos dos mais e menos humanos”. In: **Horizontes Antropológicos.** Vol. 10. Porto Alegre: PPGAS, p 83 – 121, 1999.
- FONSECA, Tânia M. G. “A dominação Masculina. Formas (in)sustentáveis de ser homem e mulher.” In: **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis: 1999, vol. 7, n. 1 e 2, p. 206 – 213.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre guia histórico.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1989
- _____. “Os usos da diversidade” In: **Horizontes Antropológicos.** Vol. 10. Porto Alegre: PPGAS, p 13 – 34, 1999.
- _____. **Saber Local. Novos ensaios em antropologia interpretativa.** Petrópolis: Vozes, 2000.
- GREGORI, Maria F. **Viração: experiências de meninos nas ruas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GRIGNON, Claude e PASSERON, Jean-Claude. “Dominocentrismo e dominomorfismo” In **Lo culto y lo popular: miserabilismo y populismo em sociologia y literatura.** Madrid: Las Ediciones de La Piqueta (139 – 184), 1992.
- JARDIM, Marta D.R. **Negociando Fronteiras entre o Trabalho, a Mendicância e o Crime: uma etnografia sobre família e trabalho na grande Porto Alegre.** Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos.** São Paulo: Ed. 34, 2000.
- KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos.** Bauru, SP: EDUSC, 2002.

- L'ESTOILE, B., NEIBURG, F. e SIGAUD, L. (Orgs.) **Antropologia, Impérios e Estados Nacionais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34. 1994.
- LE GALL, Didier et MARTIN, Claude. “Construire um nouveau lien familial: beaux-parents et beaux-grand-parents”. In: GULLESTAD, M et SEGALLEN, M (Orgs) **La famille en Europe: parenté et perpetuation familiale**. Paris: Editions La Découverte, 1995.
- MONTANDON, Cléopâtre. “Sociologia da Infância: Balanço dos Trabalhos em Língua Inglesa”. **Cadernos de Pesquisa**. No. 112, p 33 – 60, março/2001.
- MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- MONTGOMERY, Heather. **Modern Babylon?: prostituting children in Thailand**. New York, Oxford: BerghahnBooks, 2001.
- NEVES, Delma P. **A Perversão do Trabalho Infantil: Lógicas sociais e alternativas de intervenção**. Niterói: Intertexto, 1999.
- OLIVEIRA, Carmem S. **Sobrevivendo no inferno**. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- ORTNER, Sherry. “Theory in antropology since the sixties”. (Orgs. N. Dirks, G. Eley e S. Ortner) In: **Culture/power/history: a reader in contemporary social theory**. Princeton Univ. Press, 1994.
- _____. “Resistence and the problem of thnografic refusal.” In **Comparative Study of Society and History** 37, no.1 (173 – 193) 1995.
- _____. “Introduction”. The fate of “culture”: Geertz and beyond (org. S. Ortner), Berkeley: Univ. of Califórnia Press, 1999.
- PAIM M. H. S. e VIDOR, C. **Delação ou Solidariedade? Algumas reflexões sobre grupos de mútua ajuda em programas de intervenção**. Trabalho apresentado na III Reunião de Antropologia do Mercosul, novembro de 1999.
- PENN, Helen. “Primeira Infância: A Visão do Banco Mundia”. **Cadernos de Pesquisa** n. 115 p. 7 – 24, março/ 2002.
- PERROT, Michelle. “A mulher Popular rebelde”. In: **Os excluídos da história**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- PESAVENTO, Sandra J. **Burguesia Gaúcha. Dominação de capital e disciplina de trabalho. RS: 1889 – 1930**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PRITCHARD, Evans. **Os Nuer. Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1978.

- RIBEIRO, Fernanda. “Conselho Tutelar e negociação de conflitos” In: **Globalização, Estado e Questões Regionais**. Ensaio FEE, ano 19 – n. 2. Porto Alegre: 1998.
- RIZZINI, Irene e FONSECA, Claudia **As meninas e o universo do trabalho doméstico no Brasil: aspectos históricos, culturais e tendências atuais**. Brasília: Sistema de Informação Regional sobre Trabalho Infantil, SIRTI-Organization Internacional de Trabalho. 2002
http://www.oit.org.pe/ipecc/tid/docs/final_praticas_cult_brasil.doc.
- ROSEMBERG, Fúlvia. “Organizações Multilaterais, Estado e Políticas de Educação Infantil”. **Cadernos de Pesquisa** n. 115 p. 25 – 63, março/ 2002.
- RUSSEFF, Ivan. “A Infância no Brasil pelos olhos de Monteiro Lobato.” In: FREITAS, M. C. (Org). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1997.
- SAHLINS, Marshal. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.
- SAMS, Jamie. **As cartas do caminho sagrado: a descoberta do ser através dos ensinamentos dos índios norte-americanos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- SARTI, Cynthia A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1996.
- SCHUCH, Patrice. **Práticas de Justiça: uma etnografia do “Campo de Atenção ao Adolescente Infrator” no Rio Grande do Sul, depois do Estatuto da Criança e do adolescente**. Tese de doutorado em Antropologia Social. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- SCOTT, James. **“Weapons of the Weak: everyday forms of peasant resistance”**. New Haven: Yale University Press, 1985.
- SILVA, Helio e MILITO, Claudia. **Vozes do meio fio**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1995.
- SIROTA, Régine. “Emergência de uma Sociologia da Infância: Evolução do Objeto e do Olhar”. **Cadernos de Pesquisa**. No. 112, p 7 – 31, março/2001.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- TURNER, Terrance. “Anthropology and Multiculturalism: what is anthropology that multiculturalists should be mindful of it?” (David T. Goldeberg, ed). In: **Multiculturalism: a critical reader**. Cambridge/Oxford: Blackwell, 1994.
- ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (Orgs). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- WACQUANT, Loic. **Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WILLIS, Paul. **Aprendendo a ser trabalhador: escola resistência e reprodução social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

WOLF, Eric. “Inventando a Sociedade”. In: Feldman & Lins Ribeiro (Orgs) **Antropologia e Poder. Contribuições de Eric Wolf**. São Paulo, Editora da Universidade de Brasília & Editora da Unicamp, p 307 – 324, 2003.

Obs I: A banca examinadora esteve composta pelas antropólogas Patrice Shuch (UFRGS) e Fernanda Ribeiro (PUC/RS) e pela psicóloga Tania Galli Fonseca (UFRGS).

Obs II: A fotografia da capa foi feita por mim e retrata parte da fachada da capela que se localiza no topo do Morro da Cruz. A parte externa da capela está toda adornada com grafites feitos por artistas locais e, pelo que ouvi dizer, por um grupo de São Paulo que esteve visitando o morro há não muito tempo atrás. Aliás, os grafites são uma característica muito presente na paisagem de periferia urbana do morro.